NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (Companhia) relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

O início de 2021 começou com muitas incertezas ainda decorrentes da pandemia, porém com a expectativa de recuperação da economia após o desenvolvimento das vacinas contra a Covid-19.

Apesar das incertezas e do modesto crescimento econômico do país, a Companhia cresceu cerca de 17% frente ao ano anterior, resultado apoiado pela expressiva quantidade de renovações dos nossos contratos, o que demonstra a confiança dos nossos clientes e reforça o nosso *back log*.

Esse ano de 2021 marcou uma grande transformação na Companhia, com a reorientação das prioridades para o mercado privado, principalmente na área industrial, como mineração, papel e celulose, além de petróleo e energia. Para tanto, foram feitos grandes investimentos na reestruturação das áreas, criação de novas filiais e Diretorias, com destaque para Inovação e Tecnologia.

A Companhia manteve todos os pressupostos de excelência na prestação dos seus serviços, com a manutenção do Sistema de Gestão Integrado e das Certificações ISO 9.001, 14.001 e 45.001 além da ISO 37.001 - Antissuborno, uma das únicas do setor no país a obter tal certificação. Além disso, a Companhia tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Apesar do cenário político e econômico do país ainda estar muito complexo para esse ano de 2022, os investimentos realizados e a reestruturação efetuada projetam o início de um novo ciclo de forte crescimento já a partir desse ano.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe ao longo do ano, bem como a todos os nossos clientes e parceiros de negócios.

São Paulo, 24 de março de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	135.511	41.122
Contas a receber de clientes	5	28.352.427	27.339.432
Demais contas a receber		262.945	225.293
Partes relacionadas	6	750.686	153.166
		29.501.569	**27.759.013**
Não circulante			
Ativos financeiros	4	276.000	175.000
Contas a receber de clientes	5	14.730.975	12.281.142
Depósitos judiciais		180.688	154.036
Demais contas a receber		26.206	15.606
Partes relacionadas	6	5.879.758	3.892.736
		21.093.627	**16.518.520**
Imobilizado	8	1.966.411	1.657.345
Intangível	9	619.140	596.162
Arrendamento mercantil	7	820.711	1.211.324
		3.406.262	**3.464.831**
Total do ativo		**54.001.458**	**47.742.364**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		717.975	693.918
Financiamentos e empréstimos	10	7.931.495	5.325.102
Obrigações sociais	12	9.237.727	8.306.352
Obrigações tributárias	11	1.998.470	1.492.749
Parcelamentos de tributos	11	558.896	16.737
Arrendamento mercantil	7	821.223	524.179
		21.265.786	**16.359.037**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	2.668.926	4.304.997
Parcelamentos de tributos	11	1.769.836	19.525
Arrendamento mercantil	7	325.964	885.139
Provisões para contingências trabalhistas	13	110.000	110.000
Provisões tributárias diferidas líquidas	14	524.789	1.732.869
		5.399.515	**7.052.530**
Patrimônio líquido			
Capital social		13.700.000	13.700.000
Reserva de capital		4.200.000	2.300.000
Reservas de lucros		9.436.157	8.330.797
	15	**27.336.157**	**24.330.797**
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.001.458**	**47.742.364**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2020		**8.000.000**	**5.700.000**	**1.110.518**	**6.853.280**	**-**	**21.663.798**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	366.999	366.999
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.300.000	-	-	-	2.300.000
Aumento de capital social		5.700.000	(5.700.000)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	18.350	-	(18.350)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	348.649	(348.649)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**13.700.000**	**2.300.000**	**1.128.868**	**7.201.929**	**-**	**24.330.797**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.105.360	1.105.360
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	15.a	-	1.900.000	-	-	-	1.900.000
Constituição de reserva legal		-	-	55.268	-	(55.268)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.050.092	(1.050.092)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**13.700.000**	**4.200.000**	**1.184.136**	**8.252.021**	**-**	**27.336.157**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional bruta		**96.036.789**	**82.182.105**
Deduções da receita bruta		(12.097.120)	(10.628.138)
Receita operacional líquida	16	**83.939.669**	**71.553.967**
Custo de prestação de serviços	17	(70.853.314)	(60.875.505)
Lucro bruto		**13.086.355**	**10.678.462**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(9.418.310)	(7.700.827)
Lucro antes do resultado financeiro		**3.668.045**	**2.977.635**
Resultado financeiro líquido	19	(2.174.986)	(1.923.787)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**1.493.059**	**1.053.848**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(1.143.477)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(342.330)	511.713
Lucro antes da participação nos lucros e resultados		**1.150.729**	**422.084**
Participação dos empregados nos lucros		(45.369)	(55.085)
Lucro líquido do exercício		**1.105.360**	**366.999**
Total de ações		13.700.000	13.700.000
Lucro por ação		0,08	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	1.105.360	366.999
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**1.105.360**	**366.999**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	1.105.360	366.999
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	570.785	472.020
Depreciação e amortização arrendamento	735.502	531.933
Provisão para juros incorridos sobre empréstimos	946.096	1.299.290
Decréscimo/(Acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(3.462.829)	(3.250.443)
Demais contas a receber	(175.905)	(314.536)
Arrendamento mercantil	(344.890)	(135.576)
(Decréscimo)/Acréscimo em passivos		
Fornecedores	24.056	(457.668)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(972.117)	(1.329.775)
Obrigações tributárias	1.590.111	(70.207)
Arrendamento mercantil	(262.130)	(291.516)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**685.415**	**(2.068.985)**
Das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado/intangível	(902.828)	(167.979)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(902.828)**	**(167.979)**
Das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	7.305.806	12.676.828
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(6.309.463)	(10.663.161)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	1.900.000	2.300.000
Operações com partes relacionadas	(2.584.541)	(2.506.771)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**311.802**	**1.806.896**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**94.389**	**(430.068)**
No início do exercício	41.122	471.190
No final do exercício	135.511	41.122
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**94.389**	**(430.068)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 2021 e 2020 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações. **1.1.** As rápidas medidas contingenciais adotadas pela Companhia no enfrentamento da pandemia do Covid-19 evitaram alterações significativas nos seus negócios, especialmente no seu relacionamento com clientes e colaboradores. A adoção das referidas medidas também evitou alterações importantes na estrutura das demonstrações financeiras do exercício de 2021 em comparação com 2020. Para o exercício de 2022 a Companhia segue atenta ao avanço da pandemia e os possíveis efeitos que podem impactar seus negócios, avaliando a necessidade da manutenção das medidas contingenciais já adotadas. **2. Apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 24 de março de 2022. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram suprimidas os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis** - Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. **d) Demonstrações de resultados abrangentes** - Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moedas estrangeiras** - A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **3.2. Instrumentos financeiros - 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. • **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. **3.2.3. Capital social** - As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.3. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação** - A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma individual e coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.4.2. Ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Receita operacional** - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.7. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. **3.8. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.10. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **3.11. Arrendamentos** - Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período, se encontram apresentados na Nota 7. **3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações** - Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Ativo circulante		
Caixa	10.200	2.300
Bancos	111.359	38.129
Aplicações financeiras	13.952	693
	135.511	**41.122**
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	276.000	175.000
	276.000	**175.000**

As aplicações financeiras de longo prazo se referem a títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito a restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência.

5. Contas a receber de cliente	2021	2020
Ativo circulante		
Medições a faturar	27.161.410	23.972.667
Faturas a receber	1.191.017	3.366.765
	28.352.427	**27.339.432**
Ativo não circulante		
Medições a faturar (a)	7.842.004	7.842.004
Retenções contratos de clientes (b)	6.888.971	4.439.138
	14.730.975	**12.281.142**

(a) Os valores de medições a faturar registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; (b) Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas	2021	2020
Ativo circulante		
Núcleo Holding Ltda. (i)	750.686	131.166
Outros	-	22.000
	750.686	**153.166**
Ativo não circulante		
Núcleo Holding Ltda. (ii)	5.879.758	3.892.736
	5.879.758	**3.892.736**

(i) Referem-se a operações de conta corrente entre partes relacionadas, sem atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado; (ii) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento Mercantil - IFRS 16	2021	2020
Ativo não circulante		
Contrato de locação	2.558.688	2.213.799
(-)Depreciação de contrato de locação	(1.737.977)	(1.002.475)
	820.711	**1.211.324**

Descrição	Contrato de Locação de Imóveis	Total
Custo ou custo atribuído		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**2.078.222**	**2.078.222**
Adições - Atualização Contratual	135.577	**135.577**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.213.799**	**2.213.799**
Adições - Atualização Contratual	344.889	**344.889**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.558.688**	**2.558.688**
Depreciação		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(470.541)	**(470.541)**
Depreciação no período	(531.934)	**(531.934)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(1.002.475)**	**(1.002.475)**
Depreciação no período	(735.502)	**(735.502)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.737.977)**	**(1.737.977)**
Valor contábil		
Em 1º de janeiro de 2020	**1.607.681**	**1.607.682**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.211.324**	**1.211.324**
Em 31 de dezembro de 2021	**820.711**	**820.711**
Passivo circulante		
Contrato de locação	821.223	524.179
	821.223	**524.179**
Passivo não circulante		
Contrato de locação	2.888.085	2.477.542
(-) Juros a Apropriar sobre contrato de locação - taxa 5%	(329.397)	(263.743)
(-) Pagamentos realizados	(1.699.904)	(984.571)
(+) Apropriação de juros	288.403	180.090
(-) Transferência para curto prazo	(821.223)	(524.179)
	325.964	**885.139**

Parcelas do ativo não circulante

Ano	Valor
2023	325.964
	325.964

8. Imobilizado

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações imóveis terceiros	Direito de uso	Marcas e patentes	Imóveis	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído												
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**527.476**	**310.379**	**90.754**	**858.011**	**3.881**	**2.647.160**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**-**	**5.466.005**
Adições	-	17.585	-	-	-	94.999	-	-	-	-	10.352	122.936
Baixas	-	-	-	(74.707)	-	-	-	-	-	-	-	(74.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**527.476**	**327.964**	**90.754**	**783.304**	**3.881**	**2.742.159**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**10.352**	**5.514.234**
Adições	11.228	43.734	-	408.950	-	213.892	-	-	-	-	26.864	704.668
Baixas	-	-	-	(223.000)	-	-	-	-	-	-	-	(223.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**538.704**	**371.698**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**2.956.051**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**37.216**	**5.995.902**
Depreciação												
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**(349.218)**	**(221.931)**	**(90.754)**	**(858.011)**	**(3.881)**	**(1.845.928)**	**(134.341)**	**-**	**-**	**(119.452)**	**-**	**(3.623.516)**
Depreciação no período	(29.124)	(18.353)	-	-	-	(201.753)	(35.351)	-	-	(23.499)	-	(308.080)
Baixas	-	-	-	74.707	-	-	-	-	-	-	-	74.707
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(378.342)**	**(240.284)**	**(90.754)**	**(783.304)**	**(3.881)**	**(2.047.681)**	**(169.692)**	**-**	**-**	**(142.951)**	**-**	**(3.856.889)**
Depreciação no período	(25.763)	(19.534)	-	(79.158)	-	(215.375)	(32.273)	-	-	(23.499)	-	(395.602)
Baixas	-	-	-	223.000	-	-	-	-	-	-	-	223.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(404.105)**	**(259.818)**	**(90.754)**	**(639.462)**	**(3.881)**	**(2.263.056)**	**(201.965)**	**-**	**-**	**(166.450)**	**-**	**(4.029.491)**
Valor contábil												
Em 1º de janeiro de 2020	**178.258**	**88.448**	**-**	**-**	**-**	**801.232**	**250.119**	**56.358**	**-**	**468.074**	**-**	**1.842.490**
Em 31 de dezembro de 2020	**149.134**	**87.680**	**-**	**-**	**-**	**694.478**	**214.768**	**56.358**	**-**	**444.575**	**10.352**	**1.657.345**
Em 31 de dezembro de 2021	**134.599**	**111.880**	**-**	**329.792**	**-**	**692.995**	**182.495**	**56.358**	**-**	**421.076**	**37.216**	**1.966.411**

A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição	*Software*	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**814.912**	**553**	**815.465**
Adições	45.043	-	45.043
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**859.955**	**553**	**860.508**
Adições	198.159	-	**198.159**
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.058.114**	**553**	**1.058.667**
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**(100.406)**	**-**	**(100.406)**
Amortização no período	(163.940)	-	(163.940)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(264.346)**	**-**	**(264.346)**
Amortização no período	(175.181)	-	**(175.181)**
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(439.527)**	**-**	**(439.527)**
Valor contábil			
Em 01 de janeiro de 2020	**714.506**	**553**	**715.059**
Em 31 de dezembro de 2020	**595.609**	**553**	**596.162**
Em 31 de dezembro de 2021	**618.587**	**553**	**619.140**

A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R$ 619.140 refere-se substancialmente a implantação de *software*, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R$ (175.181).

10. Financiamentos e empréstimos

Natureza	Taxa de juros	2021	2020
Capital de giro - Banco do Brasil	4,21% a.m.	2.000.000	1.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	13,22% a.a.	959.801	1.563.012
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6% a.a. + CDI	2.000.000	-
Célula de crédito bancário - Banco Safra	-	-	29
Célula de crédito bancário - Banco BNDES	15,65% a.a. + TLP	-	490.654
Célula de crédito bancário - Banco Santander	10,88% a.a. a 21,82% a.a.	3.841.799	5.193.783
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	12,70% a.a. a 13,76% a.a.	832.452	1.382.621
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	10,56% a.a.	154.693	-
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	15,66% a.a. a 25,90% a.a.	811.676	-
		10.600.421	**9.630.099**
Circulante		7.931.495	5.325.102
Não circulante		2.668.926	4.304.997

O passivo não circulante no valor de R$ 2.668.926 tem vencimentos em 2023 e 2024 no valor de R$ 2.397.850 e R$ 271.076, respectivamente.

	Saldo Inicial	Captação Empréstimos	Juros provisionados	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo final
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	1.000.000	4.000.000	77.138	(1.000.000)	(77.138)	4.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Safra	29	-	-	(29)	-	-
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	-	285.587	11.586	(130.894)	(11.587)	154.692
Célula de crédito bancário - Banco BNDES	490.654	-	39.490	(485.774)	(44.370)	-
Célula de crédito bancário - Banco Santander	5.193.783	1.377.695	479.276	(2.729.680)	(479.275)	3.841.799
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	1.382.621	-	148.633	(574.120)	(124.681)	832.453
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	1.563.012	-	137.403	(550.813)	(189.801)	959.801
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	-	1.642.524	52.570	(838.153)	(45.265)	811.676
	9.630.099	**7.305.806**	**946.096**	**(6.309.463)**	**(972.117)**	**10.600.421**

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil imóveis; Itaú aval; Santander título de Capitalização e cédula de crédito bancário BNDES; Daycoval aval e cédula de crédito bancário BNDES.

11. Obrigações tributárias	2021	2020
PIS	82.510	74.707
Cofins	379.501	343.879
IRRF	949.841	1.073.127
ISS	2.012.072	1.573.335
IOF	45.987	-
Parcelamentos	2.328.732	36.262
Compensação de impostos	(1.481.675)	(1.578.209)
Outros	10.234	5.910
	4.327.202	**1.529.011**
Passivo circulante (Obrigações Tributárias)	1.998.470	1.492.749
Passivo circulante (Parcelamento de Tributos)	558.896	16.737
Passivo não circulante (Parcelamento de Tributos)	1.769.836	19.525

12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias	2021	2020
FGTS a recolher	323.395	360.224
INSS a recolher	617.685	613.212
Salários e ordenados	2.279.644	2.143.303
Provisão de férias e encargos sociais	5.935.530	5.142.747
Outros	81.473	46.866
	9.237.727	**8.306.352**

13. Provisões para contingências trabalhistas	2021	2020
Contingências	110.000	110.000
	110.000	**110.000**

A Companhia possui processos em andamento com perspectiva de perdas possíveis que montam o saldo de R$ 110.000 de natureza trabalhista.

14. Obrigações tributárias	2021	2020
Imposto de renda	1.754.640	1.463.416
Contribuição social	1.052.784	878.050
PIS	549.452	540.824
Cofins	2.530.810	2.491.066
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	(2.359.113)	(2.235.484)
Saldo de impostos a compensar	(3.003.784)	(1.405.003)
	524.789	**1.732.869**

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	2020
Prejuízo fiscal IRPJ	1.728.289	1.637.385
Base negativa da CSLL	630.824	598.099
	2.359.113	**2.235.484**
IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrados com pessoa jurídica de direito público	1.754.640	1.463.416
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrados com pessoa jurídica de direito público	1.052.784	878.050
	2.807.424	**2.341.466**

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D11-D7EB-0B07-8EEC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D11-D7EB-0B07-8EEC.

...continuação

(b) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição social	1.447.690	998.763
Adições no período	3.721.989	8.295.597
Exclusões no período	(5.533.292)	(4.388.996)
Lucro/(Prejuízo) antes da compensação	**(363.613)**	**4.905.364**
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real	-	(1.471.609)
Lucro/(Prejuízo) fiscal	**(363.613)**	**3.433.755**
Alíquota fiscal combinada	**34%**	**34%**
Diferenças permanentes líquidas	-	24.000
Imposto de Renda e Contribuição Social creditados no resultado	**-**	**24.000**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	-	(1.143.477)
Diferido	(342.330)	511.713
	(342.330)	**(631.764)**

15. Patrimônio líquido - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 13.700.000 (2020 - R$ 13.700.000) e representado por 13.700.000 (2020 - 13.700.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. A Companhia celebrou em 27 de novembro de 2020 e em 31 de dezembro 2021 contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor de R$ 2.300.000 e R$ 1.900.000, respectivamente e futuramente será efetuado o seu respectivo aumento de capital, com base na proporção de 1 (uma) ação para cada 1,00 (um real) adiantado. **b) Reserva legal** - É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros** - O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida	2021	2020
Receita operacional bruta	96.036.789	82.182.105
(-) Iss sobre receita operacional	(4.401.194)	(3.704.563)
(-) Cofins sobre receita operacional	(6.323.139)	(5.688.559)
(-) PIS sobre receita operacional	(1.372.787)	(1.235.016)
	83.939.669	**71.553.967**

17. Custo de prestação de serviços	2021	2020
Custos com pessoal	(34.374.895)	(31.152.651)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(26.485.454)	(22.014.432)
Benefícios aos empregados	(5.072.317)	(4.487.963)
Serviços prestados pessoa jurídica	(3.669.586)	(1.969.761)
Locações e condomínio	(529.675)	(373.431)
Viagens	(597.050)	(463.791)
Demais custos	(124.337)	(413.476)
	(70.853.314)	**(60.875.505)**

18. Despesas administrativas e gerais	2021	2020
Despesas com pessoal	(1.699.520)	(1.835.563)
Encargos sociais sobre despesas com pessoal	(937.189)	(640.057)
Benefícios aos empregados	(438.242)	(403.418)
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.839.599)	(1.098.109)
Locações e condomínio	(426.863)	(458.389)
Viagens	(22.961)	(53.642)
Comerciais	(1.333.129)	(948.738)
Tributárias	(1.131.209)	(805.946)
Depreciações e amortizações	(1.306.286)	(1.003.954)
Provisões legais	-	(184.732)
Demais despesas administrativas	(283.312)	(268.279)
	(9.418.310)	**(7.700.827)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas

Despesas financeiras	2021	2020
Juros	(2.160.949)	(1.956.251)
Tarifas bancárias	(112.875)	(106.516)
Outros	(87.462)	(78.259)
	(2.361.286)	**(2.141.026)**
Receitas financeiras	**2021**	**2020**
Juros	104.078	209.596
Rendimentos financeiros	327	4.832
Outros	81.895	2.811
	186.300	**217.239**
Resultado financeiro	**(2.174.986)**	**(1.923.787)**

20. Gestão de riscos - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros; risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. **a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro)** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **21. Cobertura de seguros** - A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Chubb Seguro Brasil S.A. com vigência de 29/07/2021 a 29/07/2022. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais). **22. Avais, fianças e garantias** - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha ativos oferecidos em garantias a terceiros que se refere a um imóvel sob nº de registro/matrícula 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Santos.

A Diretoria

João Carlos Gomes – Contador CRC 1SP183927/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Núcleo Engenharia Consultiva S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador - CRC 1 SP 166001/O-3

André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

Sovila Participações S.A.

CNPJ/ME 06.007.683/0001-95 - NIRE 35.300.502.710

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29/04/2022

Sovila Participações S.A., com sede em São Paulo SP, na R. Barroso Neto, 91, sala 1, Butantã, CEP 05585-010 ("Companhia"), vem, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("LSA") convocar os acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 29/04/2022, às 14h30, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021; e **(iii)** eleger os membros da diretoria. Os documentos de que trata o Art. 133 da LSA encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e oportunamente serão divulgados na Central de Balanços e no site da controladora da Companhia (www.bahema.com.br), nos termos do art. 294, III da LSA.

São Paulo, 30/03/2022

Bruno Bertolucci Belliboni - Diretor Presidente

ALPHAVILLE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

AVISO AOS ACIONISTAS

ALPHAVILLE S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), comunica aos senhores acionistas que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2022, estarão disponíveis na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, bem como disponibilizados no sistema da CVM/B3 e no site da Companhia no dia 31 de março de 2022. Comunicamos, ainda, que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, os referidos documentos serão oportunamente publicados no jornal "Jornal O Dia".

São Paulo, 29 de março de 2022.

KLAUSNER HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA - Diretor Presidente
GUILHERME DE PUPPI E SILVA - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo n° 0062209-79.2012.8.26.100 - C. 2205 0(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13 Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Antonio Carrer, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Adelino Transportes Ltda. ME, CNPJ 05.334.604/0001-98, com endereço à Rodovia BR 101, KM 334, Humaitá, CEP 88704-800, Tubarao - SC e Michel Medeiros de Jesus - ME, CNPJ 10.929.442/0001-70, com endereço à Rodovia BR 101 , Km 337, 1199, CEP 88704-800, Tubarao - SC, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Daycoval S/A, alegando em síntese: o recebimento de R$ 172.072,08 (set/2012), referente a Cédula de Crédito firmada entre as partes em dez/2011, n° 6946. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, expede-se edital para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais e corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertido de que no caso será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de novembro de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000871-55.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDSON NOGUEIRA DA ROCHA JR (CPF/MF:184.630.858-57) que Itaú Unibanco S.A lhes ajuizou ação de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 130.560,88 devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2022. 31/03 e 01/04/2022

EDITAL. Processo Digital nº: **1133832-74.2021.8.26.0100.** Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges. Requerente: Fernanda Marques Ferraz Savoia e outro. EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1133832-74.2021.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, DR. LEONARDO AIGNER RIBEIRO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Paulo Savoia Dias da Silva e Fernanda Marques Ferraz Savoia, que solteira assinava Fernanda Marques Ferraz de Sá, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento, de Separação Total de Bens, para o REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2022. 31/03 e 01/04/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0039547-09.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Duplicata. Exequente: Auto Posto Atlanta Ltda. Executado: Gledson Gallatti. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0039547-09.2021.8.26.0100. A Dra. Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Gledson Gallatti (CPF. 280.543.038-74), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Auto Posto Atlanta Ltda, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 6.881,28 (setembro de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1111316-07.2014.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária. Requerente: BANCO BRADESCO S/A. Requerido: Luciano dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1111316-07.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Carleial de Andrade, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Luciano dos Santos (CPF. 156.951.928-54), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 144.577,48 (junho de 2021), representada pelo contrato de empréstimo com alienação fiduciária número 2941115621. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2022. 30 e 31 / 03 / 2022

7ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro/SP. DECISÃO. Processo nº: **0017489-49.2020.8.26.0002** - Cumprimento de sentença. Exequente: Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho. Executado: Alexsandro da Silva Cirino. CONCLUSÃO. Em 23/03/2022, faço estes autos conclusos ao(à) MM.(a) Juiz(a) de Direito, Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA BARNA/ CLÁUDIA CARNEIRO CALBUCCI RENAUX. Vistos. Fl. 87: Ciência à autora quanto à Carta AR devolvida: DESCONHECIDO. INTIME-SE POR EDITAL, para os termos da Decisão de fl. 68, conforme segue: "Vistos. Dou por penhorada a quantia bloqueada (R$ 904,75). Confirme a serventia, se houve transferência para conta judicial. Caso negativo, requisite-se. No sistema RENAJUD consta um único veículo em nome do executado (fls. 58). A pesquisa realizada no sistema INFOJUD resultou positiva (fls. 59/67). Fica o devedor intimado, na pessoa do curador especial e pela imprensa. Sem prejuízo, expeça-se carta de intimação. Sem manifestação no prazo de 05 (cinco) dias levante-se em favor da parte credora, observando-se o prazo em dobro, considerando-se a atuação da Defensoria Pública. Com expedição de mandado de levantamento eletrônico, devendo o credor apresentar o formulário próprio. Considerando a penhora parcial, indique o credor bens à penhora. No silêncio ao arquivo. Int. CIÊNCIA À DEFENSORIA PÚBLICA. São Paulo, 03 de março de 2022. Claudia Carneiro Calbucci Renaux Juiz de Direito". SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO COMO EDITAL COMPLEMENTAR, CUMPRINDO SUA PUBLICAÇÃO NO DJ A FUNÇÃO DO ARTIGO 257. Desnecessária qualquer outra providência, já que a própria publicação única significará publicidade no Diário de Justiça e na própria Internet, para os fins do Artigo 841 do CPC. O prazo do edital será de 20 dias, a partir de quando fluirá o prazo de 15 dias para pagamento. CIÊNCIA À DEFENSORIA PÚBLICA. Int. São Paulo, 23 de março de 2022. Claudia Carneiro Calbucci Renaux. Juiz(a) de Direito. 30 e 31 / 03 / 2022

40ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP - FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047715-97.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a **RUI MOURA CRUZ**, CPF 038.888.348-05, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 10.962,41 (novembro/2021)**, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022.

8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1029821-91.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). HENRIQUE DADA PAIVA. na forma da Lei, etc.. ***FAZ SABER*** a(o) **MARCELO ZAUHY CORADI**, Brasileiro, CPF 306.335.398-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando a cobrança de **R$ 5.068,20 (26/03/2021)**, referente ao inadimplemento das contribuições do Plano de Saúde Cabesp-Família dos meses de setembro e outubro de 2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

Unigel Participações S.A.

CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 35.300.192.087

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Março de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de março de 2022, às 11:30 horas, na sede social da Unigel Participações S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n° 105, 11° andar, sala Unigel Participações, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-010. **2. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Daniel Zilberknop, na qualidade de Presidente, e Sr. Murilo Cruz Garcia, na qualidade de Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta do Conselho de Administração da Companhia formalizada em reunião realizada em 16 de março de 2022, a realização, pela Companhia, da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), por meio de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, observada a possibilidade de distribuição parcial das debêntures, sendo o volume de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme de colocação, e o volume de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços de colocação ("Oferta Restrita"), em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), de acordo com os termos e condições listados abaixo; **(ii)** a celebração do "Instrumento Particular de Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." entre a Companhia, na qualidade de emissora, e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures ("Escritura de Emissão"); **(iii)** a autorização aos diretores da Companhia para **(a)** negociar os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; **(b)** adotar todas e quaisquer medidas e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, **(b.1)** a formalização da Escritura de Emissão, **(b.2)** a contratação dos coordenadores da Oferta Restrita e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta Restrita, tais como o agente de liquidação, a Agência de Classificação de Risco, o escriturador, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros, **(b.3)** a formalização do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, bem como a celebração de quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações, em caráter irrevogável e irretratável, em nome da Companhia, com vigência até a quitação integral das Obrigações Garantidas ("Procurações"); e **(iv)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a consecução das matérias constantes desta ordem do dia. **6. Deliberações:** Após exame das matérias acima descritas, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** aprovar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita será destinada para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Companhia; **(b) Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(c) Distribuição e Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), sob o (i) o regime de garantia firme de colocação com relação ao montante de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação para o montante de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), de forma individual e não solidária, a serem prestados na proporção cabível a cada Coordenador, conforme detalhado no âmbito do Contrato de Distribuição. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição da taxa final da Remuneração (conforme abaixo definido) e a alocação das ordens recebidas dos Investidores Profissionais. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, estando desde já as partes obrigadas a celebrar tal aditamento, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas ou aprovação societária adicional da Emissora. **(d) Número da Emissão:** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(e) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(f) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, sendo o volume de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme, e o volume de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços, sendo certo que as Debêntures que não tiverem sido colocadas junto a Investidores Profissionais serão automaticamente canceladas, o que será formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária por qualquer das Partes ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(g) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 08 de abril de 2022 ("Data de Emissão"); **(h) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures; **(i) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput* da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Emissora; **(j) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total e/ou aquisição facultativa das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 08 de abril de 2027 ("Data de Vencimento"); **(k) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(l) Quantidade:** Serão emitidas até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures; **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (cada uma, uma "Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Na Primeira Data de Integralização, as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização. As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização; **(n) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(o) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI *Over*"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de, até 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento)], conforme a ser verificado no Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; **(p) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de outubro de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 08 dos meses de abril e outubro, até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela prevista na Escritura de Emissão; **(q) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, devidas sempre no dia 08 de abril dos anos subsequentes (cada uma, uma "Data de Amortização"), a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de abril de 2025, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela prevista na Escritura de Emissão; **(r) Classificação de Risco:** Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"); **(s) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(t) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "Dia(s) Útil(eis)", entende-se que o prazo é contato em dias corridos; **(u) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(v) Repactuação:** Não haverá repactuação programada; **(w) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas ("Resgate Antecipado Facultativo Total") a partir do 31° (trigésimo-primeiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 08 de novembro de 2024, inclusive. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) do prêmio de Resgate, calculado conforme abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive) e de eventuais encargos ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Para o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures incidirá prêmio correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano calculado pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; **(x) Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme descrito na Escritura de Emissão; **(y) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Instrução CVM nº 620, de 17 de março de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 620"), e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação; **(z) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31° (trigésimo-primeiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 08 de novembro de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária, (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver), e (iv) do prêmio de Resgate, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão, incidente sobre os montantes indicados nas alíneas (i) e (ii) acima ("Valor da Amortização Extraordinária"). Para a Amortização Extraordinária das Debêntures, incidirá prêmio correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano calculado pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, que será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(aa) Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência das seguintes hipóteses, aqui listados de forma resumida, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos e máximos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos ali previstos (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"), incluindo mas não se limitando: **(1)** não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; **(2)** (a) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas; ou (b) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes (a ser definido na Escritura de Emissão); **(3)** declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no âmbito do mercado financeiro ou de capitais da Emissora; **(4)** caso a Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Distribuição sejam objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora, por suas controladoras e/ou pelas suas controladas; **(5)** em caso de cessão, venda ou qualquer forma de transferência ou alteração do controle da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes (a ser definido na Escritura de Emissão); **(6)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; **(7)** transformação do tipo societário da Emissora; **(8)** realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto da Escritura de Emissão, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; **(9)** se a Escritura de Emissão for declarada totalmente inválida, nula ou inexequível; **(10)** caso quaisquer declarações e garantias prestadas pela Emissora sejam falsas ou inverídicas; **(11)** não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; **(12)** protesto de títulos contra a Emissora; **(13)** descumprimento de decisão condenatória arbitral, administrativa ou judicial com exigibilidade imediata contra a Emissora; **(14)** caso a Escritura de Emissão seja objeto de questionamento judicial por terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora que vise a anulação, nulidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão e/ou quaisquer de suas disposições; **(15)** alteração ou modificação do objeto social principal disposto no Estatuto Social da Emissora; **(16)** inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação de pagamento fora do âmbito do mercado financeiro ou de capitais; **(17)** inadimplemento pela Emissora de quaisquer dívidas no âmbito do mercado financeiro ou de capitais da Emissora; **(18)** sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou das Controladas Relevantes (a ser definido na Escritura de Emissão); **(19)** desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, de propriedade ou posse, direta ou indireta, de bens da Emissora; **(20)** caso quaisquer declarações e garantias prestadas na Escritura de Emissão sejam incorretas ou incompletas; **(21)** cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes (a ser definido na Escritura de Emissão); **(22)** redução de capital social da Emissora; **(23)** descumprimento do seguinte índice e limite financeiro a ser definido na Escritura de Emissão; **(bb) Demais condições:** Todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. **(ii)** autorizar a celebração da Escritura de Emissão; **(iii)** autorizar os diretores da Companhia a **(a)** negociar os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; **(b)** adotar todas e quaisquer medidas e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, **(b.1)** a formalização da Escritura de Emissão, **(b.2)** a contratação dos coordenadores e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta Restrita, tais como o agente de liquidação, o escriturador, a B3, o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros, **(b.3)** a formalização do Contrato de Distribuição, bem como a celebração de quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de Procurações; e **(iv)** ratificar todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a consecução das matérias ora deliberadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Daniel Zilberknop (Presidente) e Murilo Cruz Garcia (Secretário). Acionistas Presentes: Cigel Participações S.A. e Henri Armand Slezynger. *Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel e confere com a ata original lavrada no livro próprio.* São Paulo, 16 de março de 2022. **Mesa: Daniel Zilberknop** - Presidente; **Murilo Cruz Garcia** - Secretário. **JUCESP** nº 157.339/22-1 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D11-D7EB-0B07-8EEC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5D11-D7EB-0B07-8EEC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5D11-D7EB-0B07-8EEC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5D11-D7EB-0B07-8EEC

Hash do Documento

1B06A53FCF37E8FA601A217992FF47064BCC3D8A93353525824328FF34461816

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.868/0001-57

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2021 e 31/12/2020, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 31 de março de 2022

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.611	15.502
Caixa restrito	7	4.974	–
Ativo financeiro de concessão	8	42.054	42.634
Contas a receber	9	5.052	9.521
Impostos e contribuições a compensar	–	2.894	340
Outras contas a receber	–	548	750
		68.133	**68.747**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	–	–	14.885
Impostos diferidos	16.1	6.317	4.858
Contas a receber	9	19.889	15.928
Ativo Financeiro de Concessão	8	158.951	158.052
		185.157	**193.723**
Imobilizado	–	26	30
Intangível	10	1.402	1.463
		186.585	**195.216**
Total do ativo		**254.718**	**263.963**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Fornecedores	11	17.574	13.313
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	5.432	95.570
Arrendamento mercantil	13	313	629
Obrigações e encargos trabalhistas	–	1.337	1.442
Obrigações tributárias	14	1.145	1.884
Partes relacionadas	15	12	136
Dividendos	19.2	193	241
		26.006	**113.215**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	86.534	–
Arrendamento mercantil	13	1.000	1.265
Impostos diferidos	16.2	62.423	55.048
Provisões	17	12.273	7.687
Receita Diferida	18	2.825	3.032
		165.054	**67.032**
Total do passivo		**191.060**	**180.247**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	30.457	30.457
Reserva de lucros	19.2	33.200	53.260
Total do patrimônio líquido		**63.658**	**83.717**
Total do passivo e patrimônio líquido		**254.718**	**263.963**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas	–	55.847	59.969
Custos	21	(51.379)	(49.678)
Lucro bruto	20	**4.468**	**10.291**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(7.080)	(7.729)
Outras despesas/receitas operacionais	–	(1.200)	1.178
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		**(3.813)**	**3.740**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	42.952	41.552
Despesas financeiras	24	(11.559)	(8.381)
		31.393	**33.171**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**27.581**	**36.911**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.3	(5.346)	(9.067)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.3	(2.887)	(3.742)
Lucro líquido do exercício		**19.347**	**24.102**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	19.347	24.102
Resultado abrangente do exercício	**19.347**	**24.102**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.581	36.911
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(10)	(140)
Encargos sobre empréstimos	10.187	7.141
Depreciações	300	296
Variações Monetárias sobre ativo financeiro	(41.550)	(36.404)
Demais variações monetárias	(773)	(1.396)
Reequilíbrio financeiro	(3.192)	(14.541)
Apropriação Receitas diferidas	(207)	(207)
Provisões	4.586	3.950
Apropriação dos impostos diferidos (PIS COFINS) impostos no resultado	571	1.539
	(2.507)	**(2.851)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	41.295	36.065
Contas a receber	4.468	(378)
Impostos e contribuições a compensar	(2.550)	–
Adiantamentos a fornecedores	224	574
Outras contas a receber	(21)	(24)
Fornecedores	4.261	5.392
Obrigações e encargos trabalhistas	(104)	316
Obrigações tributárias	(739)	611
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.887)	(3.742)
Arrendamento mercantil CPC 06	(581)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**40.858**	**36.102**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	(4.974)	–
Mútuo concedido	–	(14.885)
Mútuo recebido	14.885	–
Aquisições Ativo imobilizado/intangível	(236)	–
Aquisições do ativo financeiro em formação	(53)	(752)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**9.621**	**(15.637)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Amortizações de financiamentos	(2.461)	(765)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	(8.754)	(4.455)
Custo na captação de recursos de terceiros	(2.176)	–
Captação de arrendamento mercantil	166	–
Pagamentos de arrendamentos	(535)	(861)
Pagamentos de juros sobre arrendamento mercantil	(32)	(41)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros	**(13.792)**	**(6.122)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Pagamento de dividendos	(35.653)	(6.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.802)	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(124)	(200)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	**(39.579)**	**(6.200)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.891)	8.143
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.502	7.358
No fim do exercício	12.611	15.501
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.891)	8.143

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**30.457**	**3.297**	**31.971**	**–**	**65.725**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**24.102**	**24.102**
Constituição da reserva legal	–	–	**1.206**	–	**(1.206)**	**–**
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	**22.896**	**(22.896)**	**–**
Dividendos pagos	19.2	–	–	**(6.241)**	–	**(6.241)**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2019	19.2	–	–	**131**	–	**131**
		–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2020		**30.457**	**4.503**	**48.757**	**–**	**83.717**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	**19.347**	**19.347**
Constituição da reserva legal	–	–	**966**	–	**(966)**	**–**
Constituição da reserva de lucros	–	–	–	**18.381**	**(18.381)**	**–**
Dividendos pagos	19.2	–	–	**(35.653)**	–	**(35.653)**
Juros sobre capital próprio pagos	19.2	–	–	**(3.802)**	–	**(3.802)**
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	19.2	–	–	**(193)**	–	**(193)**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2020	19.2	–	–	**241**	–	**241**
Em 31 de dezembro de 2021		**30.457**	**5.469**	**27.731**	**–**	**63.658**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: **i.** Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; **ii.** Construção e implantação do Complexo Hospitalar; **iii.** Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **iv.** Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **v.** Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; **vi.** Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábeis - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021). As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2). Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações. Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021). Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia da COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo. **3.3. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. **3.4. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente. **3.5. Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IRPJ e CSLL. **3.6. Adiantamento a fornecedor:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. **3.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 17.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.10. Contratos de arrendamento:** Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.12. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **3.13. Apurações do resultado:** A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente. A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras". **3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **4.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **4.3. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Reclassificações de contas patrimoniais:** A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e optou pela reclassificação destes valores para a rubrica de Contas a Receber no Ativo não circulante, considerando que não há uma data provável para recebimento desses recursos. Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar: (a) a natureza da reclassificação; (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e (c) a razão para a reclassificação. **Ativo financeiro de concessão**:

	31/12/2020	Reclassicação	31/12/2020
Movimentações ativo financeiro em formação	383.376	(10.450)	372.926
Variação monetária sobre ativo financeiro	113.766	–	113.766
Recebimentos de aportes	(192.489)	–	(192.489)
Recebimentos contraprestação fixa	(93.517)	–	(93.517)
	211.136	(10.450)	200.686

Contas a receber:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Contas a receber			
Parcela variável	9.526	–	9.526
Reequilíbrio financeiro	5.477	10.450	15.927
Receita Acessória	19	–	19
Direito de exploração	(24)	–	(24)
	14.999	10.450	25.449

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Bancos	331	64
Aplicações financieras		
Banco Bradesco S/A	11.913	15.437
Banco do Brasil S/A	–	1
Banco Santander S/A	367	–
	12.611	**15.502**

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI. **7. Caixa restrito;** O saldo de caixa restrito no montante de R$ 4.974 refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 8 (oito) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios e serviço da dívida. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados. **8. Ativo financeiro de concessão:** O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	Reclassificado 31/12/2020	Movimentações	31/12/2021
Movimentações ativo financeiro em formação	372.926	64	372.990
Variação monetária sobre ativo financeiro	113.766	41.550	155.316
Recebimentos de aportes	(192.489)	–	(192.489)
Recebimentos contraprestação fixa	(93.517)	(41.295)	(134.812)
	200.686	319	201.005

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,49% 2021 e TIR 1,44% 2020), são reconhecidos no resultado.

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Ativo Financeiro de concessão	201.005	200.686
	201.005	200.686
Circulante	42.054	42.634
Não circulante	158.951	158.052

9. Contas a receber:

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Contas a receber		
Parcela variável	5.060	9.525
Reequilíbrio financeiro	19.889	15.928
Receita Acessória	13	20
Direito de exploração	(20)	(24)
	24.942	25.449
Circulante	5.052	9.521
Não circulante	19.889	15.928

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias. A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorridos os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

10. Intangível:

Intangível	Custo	Atualização de contrato	Amortização acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Direito de uso do ativo	1.755	19	(589)	1.185	1.463
Softwares	217	–	–	217	–
	1.972	19	(589)	1.402	1.463

11. Fornecedores:

	31/12/2021	31/12/2020
Spdm - Hosp. Reg. de Sorocaba Bata Cinza	14.268	9.816
Demais Fornecedores	3.306	3.497
	17.574	13.313

A Companhia possui contrato firmado com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina ("SPDM") para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de Sorocaba denominados como "bata cinza". Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia esclarece que, como já pontuado à SPDM ao longo dos últimos anos, não concorda com os valores reclamados pelo fornecedor e que serão adotadas as medidas jurídicas cabíveis sobre o tema.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	Circulante	Não circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
BNDES - Ponte A (a)	IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	311	6.795	7.106	7.778
BNDES - Ponte B (a)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	1.145	24.897	26.042	26.657
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a.	Agosto de 2034	1.465	31.838	33.303	33.899
(–) Custos na captação de recursos			(106)	(942)	(1.048)	–
			2.815	62.588	65.403	68.334
			Circulante	Não circulante	Total	Total
1º emissão de debêntures (c)	CDI + 3,60% a.a	Setembro de 2029	2.784	24.755	27.539	–
(–) Custos na captação de empréstimos			(219)	(908)	(1.127)	–
			2.565	23.847	26.412	–
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Daycoval Banco Múltiplo - Leasing (d)	Prefixada 0,8336% a.m.	Setembro de 2024	65	108	173	94
(–) Ajuste a valor presente			(13)	(9)	(22)	(4)
Bradesco Leasing - Leasing	Leasig financeiro CDI + 0,3195 % a.m.	–	–	–	–	405
(–) Ajuste a valor presente			–	–	–	(23)
			52	99	151	472
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Bradesco - Capital de giro (e)	CDI +2,20% a.a.		–	–	–	26.764
			–	–	–	26.764

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	5.432	95.570
Não Circulante	86.534	–
	91.966	95.570

a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11° contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R$ 33.102 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9° contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R$ 33.258 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. Os recursos são destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de Sorocaba. c) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R$ 27.160 totalizando um montante de 27.160 debêntures com valor Nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais. Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba. d) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R$ 166 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba. e) Em agosto de 2021, o saldo de empréstimo bancário no montante de R$ 27.160 (31/12/2021 - R$ 26.764) foi quitado com os recursos recebidos na emissão das debêntures. **Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:**

Saldos no início do exercício	95.570
Emissão de debêntures	27.160
Liquidação de empréstimos (Bradesco)	(27.160)
Arrendamento mercantil	166
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	10.187
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(2.996)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(8.786)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	(2.176)
Saldo no final do exercício	91.966

Os recursos captados na emissão de debêntures foram destinados à quitação do saldo de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, desta forma os valores foram apresentados líquidos na Demonstração do Fluxo de Caixa. **As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:**

Empréstimos

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2034	Total
Ponte A	335	372	407	445	5.236	6.795
Ponte B	1.238	1.374	1.501	1.640	19.145	24.897
Capital de Giro	1.583	1.757	1.920	2.097	24.482	31.838
	3.155	3.504	3.828	4.182	48.862	63.531

Debêntures

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	Total
1ª emissão de debêntures	2.795	3.030	3.343	3.698	11.890	24.755
	2.795	3.030	3.343	3.698	11.890	24.755

Leasing

	2023	2024	Total
Banco Daycoval	57	41	99
	57	41	99

Garantias da operação: A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP à Companhia. Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, Conta Reserva mencionado na nota explicativa nº 7 - Caixa Restrito. **Cláusulas Contratuais Restritivas -** ***Covenants:*** Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir: ICP - Índice de Capital Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20;

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	63.658	83.717
Ativo Total	254.718	263.963
ICP	0,25	0,32

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições: ICSD igual ou superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES; ICSD inferior a 1,30 e superior a 1,20 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES; ICSD inferior a 1,20, fica a beneficiária vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES. ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,30;

	31/12/2021	31/12/2021
Geração Operacional de Caixa	**34.896**	**36.359**
Ebitda ajustado	37.783	40.101
(–) Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.887)	(3.742)
Serviço da dívida	**(11.782)**	**(6.123)**
Pagamento de juros	(8.786)	(4.497)
Pagamento de principal	(2.996)	(1.626)
ICSD	2,96	5,94

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES. **13. Arrendamento mercantil:** A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras. Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	313	629
Não Circulante	1.000	1.265
	1.313	1.894

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.894
Novos contratos	–
Pagamentos - principal	(448)
Pagamentos - juros	(241)
Apropriação de encargos financeiros	108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.313

14. Obrigações tributárias:

	31/12/2021	31/12/2020
Cofins a recolher	427	534
ISS a recolher	415	390
IRPJ a recolher	–	381
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	125	147
CSLL a recolher	–	143
INSS retido na fonte	58	113
Pis a recolher	88	112
ISS retido na fonte	25	50
IR retido na fonte	7	12
ICMS a recolher	–	2
	1.145	1.884

15. Partes relacionadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Eng.e Com S.A.	12	136
Passivo circulante	**12**	**136**

Os saldos de contas correntes passivas referem-se ao contrato com a Controladora de compartilhamento de despesas do escritório central. A Companhia também possui com a Controladora, contrato de

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1FFE-B694-FC49-631A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1FFE-B694-FC49-631A.

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

subarrendamento de imóvel. Os valores de subarrendamento estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e nota 12 - Arrendamento mercantil. **16. Impostos diferidos: 16.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bases temporárias		
Base de cálculo temporárias exercícios anteriores	14.288	5.582
Movimentações da base do diferido, líquidos	4.289	8.706
Base ajustada	18.577	14.288
Imposto de renda diferido	4.645	3.572
Contribuição social diferido	1.672	1.286
	6.317	4.858

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira. **16.2. Impostos diferidos registrados no Passivo:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$ 62.423 (R$ 55.048 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	8.548	9.220
Variação monetária do ativo financeiro	22.700	17.938
Reequilíbrio financeiro	4.600	3.687
	35.848	30.845
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	3.077	3.319
Variação monetária do ativo financeiro	8.172	6.458
Reequilíbrio financeiro	1.656	1.327
	12.905	11.104
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.417	1.529
Variação monetária do ativo financeiro	590	466
Reequilíbrio financeiro	252	199
	2.259	2.194
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	6.542	7.056
Variação monetária do ativo financeiro	3.630	2.867
Reequilíbrio financeiro	1.239	982
	11.411	10.905
Total dos impostos diferidos passivos	**62.423**	**55.048**

16.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado:

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição Social	Total 31/12/2021	Imposto de renda	Contribuição Social	Total 31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**27.580**	**27.580**	**27.580**	**36.911**	**36.911**	**36.911**
Adições	31.158	31.158	31.158	29.005	29.005	29.005
Realização da margem da construção	2.698	2.698	2.698	2.532	2.532	2.532
Realização da variação monetária	22.500	22.500	22.500	16.733	16.733	16.733
Bases temporárias	4.585	4.585	4.585	8.706	8.706	8.706
Outras adições	1.375	1.375	1.375	1.034	1.034	1.034
Exclusões	(50.028)	(50.028)	(50.028)	(51.290)	(51.290)	(51.290)
Margem da Construção	(10)	(10)	(10)	(140)	(140)	(140)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(41.551)	(41.551)	(41.551)	(36.403)	(36.403)	(36.403)
Juros sobre capital próprio	(3.802)	(3.802)	(3.802)	–	–	–
Reequilíbrio financeiro	(3.652)	(3.652)	(3.652)	(14.747)	(14.747)	(14.747)
Outras exclusões	(1.013)	(1.013)	(1.013)	–	–	–
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	**8.709**	**8.709**	**8.709**	**14.627**	**14.627**	**14.627**
Compensações de prejuízos fiscais		–	–	3.351	3.351	3.351
Base de cálculo após compensações	**8.709**	**8.709**	**8.709**	**11.276**	**11.276**	**11.276**
Imposto calculado	**(2.153)**	**(784)**	**(2.936)**	**(2.795)**	**(1.016)**	**(3.811)**
(–) PAT Programa de atenção ao trabalhador	50	–	50	68	–	68
Impostos correntes registrados no resultado	**(2.103)**	**(784)**	**(2.887)**	**(2.726)**	**(1.016)**	**(3.742)**
Descrição:	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Total 31/12/2021**	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Total 31/12/2020**
Ativo financeiro de concessão	672	243	915	598	216	814
Variação monetária de ativo financeiro	(4.763)	(1.715)	(6.478)	(4.917)	(1.770)	(6.687)
Bases temporárias	1.072	386	1.458	2.176	784	2.960
Reequilibro financeiro	(913)	(329)	(1.242)	(3.687)	(1.327)	(5.014)
			–			
Compensação de prejuízo fiscal	–	–	–	(838)	(302)	(1.140)
Impostos diferidos registrados no resultado	**(3.932)**	**(1.414)**	**(5.346)**	**(6.668)**	**(2.399)**	**(9.067)**

17. Provisões:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para reinvestimento	12.273	7.687
	12.273	7.687

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA. **17.1. Passivo Contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R$ 416 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis, de origem trabalhista. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis. **18. Receita diferida:** O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita diferida	2.825	3.032
	2.825	3.032

19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital Social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado. **19.2. Dividendos:** Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2021, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R$ 35.653 (R$ 6.110 em 2020) e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 3.802; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatório no montante de R$ 193 em 2021; os acionistas optaram pelo não recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020 no montante de R$ 241. Os valores foram revertidos para a conta de reserva de lucros.

20. Lucro bruto

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de concessão	60.123	56.782
Receita de construção da concessão	64	892
Receitas acessórias	499	541
Receitas sobre reequilíbrio financeiro	2.707	9.585
Tributos sobre concessão	(7.123)	(6.726)
Tributos sobre construção da concessão	(3)	(33)
Tributos sobre as receitas acessórias	(46)	(50)
Tributos sobre reequilíbrio financeiro	(250)	(887)
Dedução sobre receitas acessórias	(124)	(135)
Receita operacional líquida (b)	**55.847**	**59.969**
(–) Custo da construção	(53)	(752)
(–) Custo da operação	(51.326)	(48.926)
Lucro bruto (a)	**4.468**	**10.291**
Margem % ((a)/(b))	8,00%	17,16%

21. Custos:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(32.719)	(31.947)
Custo com pessoal	(4.990)	(5.161)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.590)	(3.590)
Manutenção Predial	(2.715)	(2.426)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.716)	(2.761)
Serviços de TI	(2.118)	(1.848)
Reposição ativo financeiro	(399)	(72)
Outros custos	(1.079)	(1.123)
	(51.326)	**(48.926)**
Custo da construção do ativo financeiro	(53)	(752)
	(51.379)	**(49.678)**

22. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(5.323)	(5.528)
Serviços de terceiros	(652)	(1.103)
Depreciações e amortizações	(300)	(296)
Impostos e taxas	(137)	(232)
Outras receitas/despesas	(668)	(568)
	(7.080)	**(7.729)**

23. Receitas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias s/ativo financeiro	41.550	36.404
Juros sobre mútuo	1.115	526
Juros sobre aplicações financeiras	1.110	290
Variações monetárias s/reequilíbrio	770	1.388
Juros sobre atraso no recebimento	485	4.955
Outras receitas financeiras	17	19
Impostos sobre receitas financeiras	(2.095)	(2.030)
	42.952	**41.552**

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

24. Despesas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre empréstimos	(10.109)	(7.055)
Despesas financeiras sobre provisão	(996)	(361)
Custos nas transações com empréstimos	(128)	–
Juros sobre arrendamento (CPC 06)	(120)	(139)
Juros sobre arrendamento	(78)	(86)
Iof sobre operações financeiras	(12)	(14)
Outras despesas financeiras	(116)	(726)
	(11.559)	**(8.381)**

25. Informações complementares de Ebitda (não auditado): Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	(3.813)	3.740
(+)depreciações/amortizações	300	296
Ebitda	(3.513)	4.036
(+) Recebimento parcela fixa	41.295	36.065
Ebitda ajustado	**37.783**	**40.101**

26. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

(em milhares de reais) Ramo	Montante da Cobertura
Riscos nomeados	16.156
Responsabilidade civil	10.000
Responsabilidade civil hospitalar	10.000
Riscos nomeados	335.354

27. Efeitos Covid: Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

Diretoria

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente

Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Cláudia Cavalcante Braga - Contadora - CRC 1SP 272540/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.** - São Paulo – SP - **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido a compensação de determinados ativo, totalizando o montante de R$ 10.450. Auditamos a reclassificação mencionada na referida nota e em nossa opinião tal reclassificação é apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1SP 223326/O-3

Preços da indústria têm inflação de 0,56% em fevereiro, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos na saída das fábricas, registrou inflação de 0,56% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,20%) e em fevereiro de 2021 (5,16%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula taxas de 1,77% no ano e de 20,05% em 12 meses.

Os preços subiram em 15 das 24 atividades industriais pesquisadas. Os destaques ficaram com as indústrias extrativas (8,34%), refino de petróleo e biocombustíveis (1,70%) e alimentos (0,70%).

Por outro lado, nove atividades tiveram deflação (queda de preços), entre elas metalurgia (-2,55%).

Analisando-se as quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve alta de preços em todas elas: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,64%), bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,50%), bens de consumo semi e não duráveis (0,75%) e bens de consumo duráveis (0,15%). (Agencia Brasil)

Menos de um terço dos contribuintes enviou declaração do IR

A pouco menos de um mês do fim do prazo, menos de um terço dos contribuintes enviou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 11h da quarta-feira (30), 9.256.613 declarações foram enviadas. O número equivale a 27,1% dos 34,1 milhões de documentos esperados pelo Fisco para este ano.

O prazo de entrega começou na segunda-feira (7) e irá até as 23h59min59s de 29 de abril. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Neste ano, a declaração terá prazo mais curto, de 7 de março a 29 de abril. Por causa da operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, o programa gerador da declaração não pôde ser baixado no fim de fevereiro, como tradicionalmente ocorre. A declaração, no entanto, traz novidades tecnológicas.

A principal inovação será o recebimento da restituição (ou o pagamento do imposto) por meio de Pix. O sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central já estava disponível para outras obrigações tributárias, como pagamento de impostos por pessoas jurídicas e por micro e pequenas empresas do Simples Nacional. O recurso agora chega às pessoas físicas.

Outra mudança importante é a ampliação do acesso à declaração pré-preenchida, na qual o contribuinte recebe um formulário preenchido e apenas confirma os dados antes de os enviar ao Fisco. Desde o último dia 15, a ferramenta está disponível para os contribuintes com certificação digital e para os cidadãos com conta nível prata ou ouro no Portal gov.br.

Os códigos para identificar bens e direitos mudaram na declaração deste ano. Quem importou a declaração de 2021 para preencher o Imposto de Renda teve os códigos automaticamente alterados pelo programa gerador para os bens informados no ano passado. No entanto, a inclusão de itens que não constavam nas declarações anteriores ficou mais demorada. Quem tiver dúvidas pode consultar as páginas 172 a 175 do documento "Instruções de preenchimento – Ajuda do Programa IRPF 2022", criado pela Receita Federal. (Agencia Brasil)

Maiores cidades do Grande Rio já flexibilizam uso de máscaras

O município de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, anunciou na terça-feira (30) que o uso de máscaras em locais fechados deixará de ser obrigatório na sexta-feira (1º). Com a decisão, a medida de prevenção contra a covid-19 passará a ser facultativa em todas as maiores cidades do Grande Rio: capital, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e Belford Roxo.

Ao anunciar a medida nas redes sociais, a prefeitura destacou a importância da vacinação. "É fundamental que todos se vacinem, tomem a dose de reforço e continuem com o cuidado, atentos às medidas de higiene. O que nos trouxe essa conquista foi a responsabilidade de cada um e precisamos seguir nesse caminho. Faça sua parte."

A máscara continua a ser obrigatória em unidades de saúde e em veículos do transporte público que circulam na cidade. O município também recomenda a continuidade da utilização para imunossuprimidos e pessoas com sintomas gripais.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro divulgou, na última sexta-feira (22), que o risco para covid-19 no estado estava no patamar "muito baixo" pela terceira semana seguida. No mapa, as duas áreas que abrangem a região metropolitana e a área da Baixada Litorânea foram classificadas com a bandeira verde, que indica risco muito baixo, enquanto as demais receberam a bandeira amarela, que significa risco baixo.

Em entrevista à Agência Brasil e à Rádio Nacional, na semana passada, o secretário estadual de saúde, Alexandre Chieppe, avaliou que o carnaval e a flexibilização do uso de máscaras em diversas cidades do estado não alteraram a tendência de queda da incidência da covid-19. Segundo o último boletim do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apesar de o cenário ser de otimismo no país como um todo, ainda é prudente a manutenção do uso de máscaras em determinados ambientes fechados, com grandes concentrações de pessoas (a exemplo dos transportes coletivos), ou em ambientes abertos em que haja aglomerações.

O estado do Rio de Janeiro publicou um decreto em 3 de março autorizando que os municípios decidissem sobre a flexibilização do uso de máscaras em seu território. No dia seguinte, Duque de Caxias, o terceiro município mais populoso do estado, foi a primeira cidade da região metropolitana a desobrigar o uso de máscaras em locais abertos e fechados.

O município do Rio de Janeiro já havia liberado a população de usar máscara em locais abertos, no ano passado, e ampliou a flexibilização para ambientes fechados no dia 7 de março, após reunião do comitê científico da cidade.

Na mesma semana que a capital, a decisão também foi tomada em Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Itaboraí, São João de Meriti, Maricá e Paracambi. Já na semana seguinte, foi a vez de Seropédica, Guapimirim, Queimados, Rio Bonito e Tanguá.

Segunda cidade mais populosa da região, São Gonçalo manteve a obrigatoriedade da máscara em ambientes fechados até o dia 23. Outra cidade em que a obrigatoriedade permaneceu por mais tempo foi Japeri, que tornou o uso facultativo em 25 de março.

A cidade de Magé publicou uma nota oficial no último dia 19 desmentindo informações que circulavam nas redes sociais sobre uma suposta flexibilização do uso de máscaras. Desde então, não foi publicado no site oficial da prefeitura ou nas redes sociais qualquer medida de flexibilização. No boletim epidemiológico divulgado hoje, o município recomenda que a população "use máscara sempre que estiver fora de casa, lave bem as mãos e evite aglomerações".

Também consideradas parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro pela Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018, Petrópolis e Cachoeiras de Macacu suspenderam a obrigatoriedade de apenas em ambientes abertos. (Agencia Brasil)

Presidente da Câmara condena uso midiático das dependências da Casa

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), condenou na quarta-feira, (30) o "uso midíatico" da Casa, depois de o deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) ter passado a noite em seu gabinete, a fim evitar o uso de tornozeleira eletrônica, determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

"Condeno o uso midiaìtico das depende˜ncias da Ca˜mara, mas sou guardiaÞo da sua inviolabilidade. NaÞo vamos cair na armadilha de tensionar o debate para dar palanque aos que buscam holofote", disse Lira, em nota. Ele afirmou ainda que a "casa do povo é sagrada" e que tambeìm tem uma dimensaÞo simboìlica na ordem democraìtica.

Na terça-feira, (29), Moraes voltou a determinar que o deputado use o monitoramento eletrônico, após a Polícia Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP) não terem conseguido cumprir a medida.

Na decisão, o ministro proibiu Daniel Silveira de deixar o Rio de Janeiro, exceto para questões relacionadas ao exercício do mandato na Câmara, em Brasília.

Moraes atendeu a um pedido feito pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, que argumentou que o deputado vem agindo contra a democracia por se pronunciar com ataques ao STF e seus membros em eventos com ampla divulgação nas redes sociais.

O presidente do STF também determinou que, se for preciso, a reinstalação da tornozeleira poderá ser feita "nas dependências dos Deputados, em Brasília, devendo esta Corte ser comunicada perfeitamente". A medida, segundo o magistrado, "não impede o exercício do mandato".

Em sessão da Câmara, de terça-feira, Daniel Silveira criticou a decisão do ministro Alexandre de Moraes e disse que não iria cumpri-la. Na avaliação do deputado, cabe aos parlamentares decidir sobre a restrição de liberdade de seus pares, mesmo rito previsto em casos de prisão. Silveira argumentou ainda que não caberia ao Judiciário impor medidas cautelares a um parlamentar.

"Aqui, eu falo em tribuna: não será acatada a ordem do Alexandre de Moraes enquanto não for deliberada pela Casa. Quem decide isso são os deputados", disse.

Para o presidente da Câmara, o ideal seria que o plenário do STF analisasse o caso do deputado "o mais rápido possível".

"Seria desejaìvel que o plenaìrio do STF examinasse os pedidos o mais raìpido possiìvel, e que a Justic'˜a siga a partir dessa decisaÞo final da nossa Corte Suprema", disse Lira.

Silveira chegou a ser preso em flagrante em fevereiro de 2021, no âmbito de um inquérito que apura a realização de atos contra instituições democráticas, após ele ter divulgado vídeos com ameaças a ministros do Supremo. Posteriormente, ele se tornou réu no mesmo processo.

A prisão preventiva foi convertida em domiciliar, mas o deputado voltou ao cárcere em junho, por decisão de Moraes, após ter violado o monitoramento eletrônico ao menos 22 vezes.

A atuação de Silveira fez com que o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovasse, em julho do ano passado, a suspensão, por seis meses, do mandato parlamentar. A medida, entretanto, não foi cumprida, pois ainda precisaria ser analisada pelo plenário da Câmara. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 238D-FEE8-850B-FD27.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 238D-FEE8-850B-FD27.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1FFE-B694-FC49-631A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1FFE-B694-FC49-631A

Hash do Documento

A39FF1D9ECF232F859804206742C300BCFD6AD79F70CE8720DEB02AE3C1425E1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.862/0001-80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sa s.; os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2021 e 31/12/2020, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 31 de março de 2021.

A Diretoria

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.346	15.205
Caixa restrito	7	3.713	–
Ativo financeiro de concessão	8	34.410	34.885
Contas a receber	9	4.166	7.783
Impostos e contribuições a compensar	10	1.424	825
Adiantamentos a fornecedores	11	53.004	12.829
Outras contas a receber		153	298
		150.216	**71.825**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	19.1	14.187	8.515
Contas a receber	9	8.677	7.152
Ativo financeiro de concessão	8	174.960	176.051
		197.824	**191.718**
Imobilizado		14	16
Intangível	12	1.423	1.463
Ativo financeiro em formação	13	141.820	83.007
		341.081	**276.204**
Total do ativo		**491.297**	**348.029**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
Circulante			
Fornecedores	14	29.035	14.091
Empréstimos e financiamentos	15	5.414	135.212
Arrendamento mercantil	16	313	629
Obrigações e encargos trabalhistas		1.410	1.407
Obrigações tributárias	17	1.483	1.115
Partes relacionadas	18	12	40.124
Dividendos	23.2	87	149
		37.755	**192.727**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	244.631	–
Arrendamento mercantil	16	1.000	1.265
Partes relacionadas	18	233	233
Impostos diferidos	19.2	69.649	53.423
Provisões	21	10.890	6.811
Receita Diferida	22	1.595	1.711
		327.998	**63.443**
Total do passivo		**365.753**	**256.169**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	65.637	40.739
Reserva de lucros	23.2	59.907	51.121
Total do patrimônio líquido		**125.544**	**91.859**
Total do passivo e patrimônio líquido		**491.297**	**348.029**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas		258.490	166.839
Custos dos serviços prestados	25	(240.957)	(154.631)
Lucro bruto	24	**17.533**	**12.208**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(9.875)	(8.245)
Outras despesas/receitas operacionais		(120)	739
Lucro antes do resultado financeiro		**7.539**	**4.702**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	33.083	31.348
Despesas financeiras	28	(27.051)	(12.978)
		6.032	**18.369**
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		**13.570**	**23.072**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	19.3	(4.845)	(8.200)
Lucro líquido do exercício		**8.726**	**14.871**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	8.726	14.871
Resultado abrangente do exercício	**8.726**	**14.871**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.570	23.072
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(24.442)	(14.045)
Depreciações e amortizações	298	293
Encargos sobre empréstimos	21.438	10.760
Juros sobre mútuo	2.450	628
IOF	297	10
Variações monetárias sobre ativo financeiro	(32.012)	(27.324)
Demais variações monetárias	(376)	(705)
Reequilíbrio financeiro	(1.679)	(6.471)
Provisões	4.079	3.500
Apropriação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (PIS/COFINS)	5.712	4.755
	(10.781)	**(5.643)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	33.789	29.509
Contas a receber de clientes	3.618	(301)
Impostos e contribuições a compensar	(63)	276
Adiantamentos a fornecedores	(40.176)	(1.206)
Outras contas a receber	142	313
Fornecedores	14.943	7.340
Obrigações e encargos trabalhistas	2	219
Obrigações tributárias	366	253
Arrendamento mercantil CPC 06	(581)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.260**	**30.899**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento de cliente	164.864	55.080
Caixa restrito	(3.712)	–
Aquisição bens patrimoniais/intangível	(256)	–
Aquisições do ativo financeiro em formação	(192.624)	(113.121)
Custos de empréstimos com ativo financeiro em formação	(6.823)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(38.551)**	**(58.041)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	120.131	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.785)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.454)	(6.592)
Custo na captação de recursos com terceiros	(5.519)	–
Captação de arrendamento mercantil	124	–
Amortização de arrendamento	(96)	(336)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(7)	(14)
Captação de mútuo com partes relacionadas	16.000	39.350
Amortização de mútuo com partes relacionadas	(55.000)	–
Pagamento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	(3.734)	–
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	**50.660**	**32.408**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	24.898	8.223
Partes relacionadas	(125)	(207)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamentos com acionistas	**24.773**	**8.016**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**38.141**	**13.283**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.205	1.922
No fim do exercício	53.346	15.205
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**38.141**	**13.283**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

		Capital Social			Reserva de Lucros			
	Notas	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros do período	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**52.000**	**(19.484)**	**32.516**	**2.020**	**34.328**	**–**	**68.864**
Integralização de capital social		–	8.223	**8.223**	–	**–**	–	**8.223**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	**–**	14.871	**14.871**
Constituição da reserva legal		–	–	–	744	–	(744)	**–**
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	14.128	(14.128)	**–**
Dividendos	23.2	–	–	–	–	(149)	**–**	**(149)**
Reversão de dividendos mínimos 2019	23.2	–	–	–	–	49	**–**	**49**
Em 31 de dezembro de 2020		**52.000**	**(11.261)**	**40.739**	**2.764**	**48.356**	**–**	**91.859**
Integralização de capital social	23.1	–	7.799	**7.799**	–	**–**	–	**7.799**
Aumento capital social	23.1	17.099	–	**17.099**	–	**–**	–	**17.099**
Lucro líquido do exercício		–	–	**–**	–	**–**	8.726	**8.726**
Constituição da reserva legal		–	–	–	436	–	(436)	**–**
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	8.290	(8.290)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	23.2	–	–	–	–	(87)	–	**(87)**
Reversão de dividendos mínimos 2020	23.2	–	–	**–**	–	149	–	**149**
Em 31 de dezembro de 2021		**69.099**	**(3.462)**	**65.637**	**3.200**	**56.707**	**–**	**125.544**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: **i.** Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; **ii.** Construção e implantação do Complexo Hospitalar; **iii.** Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **iv.** Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; **v.** Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; **vi.** Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes (01 de setembro de 2015, Hospital Estadual de São José dos Campos e, 17 de julho de 2019, Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher). O Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher encontra-se em fase de construção com previsão de conclusão em julho de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021). As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2). Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações. Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021). Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. • Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo. **3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Os saldos nas contas de Ativo financeiro em formação, referem-se à construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher com previsão de entrega para julho de 2022. **3.3. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente. **3.4. Impostos e Contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL. **3.5. Adiantamentos a fornecedores:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. **3.6. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.7. Adiantamentos de clientes:** Correspondem aos valores recebidos pelo Poder Concedente como Aportes de Recursos destinados à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 20.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.9. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.10. Contratos de arrendamento:** Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.12. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **3.13. Apurações do resultado:** A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente. A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras". **3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **4.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **4.3. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.4. Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Reclassificação de contas patrimoniais:** A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e, os recebimentos de Aportes públicos destinados a construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes e, optou pela reclassificação destes valores conforme segue abaixo: Reclassificação de reequilíbrio financeiro sobre ISS para o Contas a Receber Ativo Não circulante:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	355.026	(2.034)	352.991
Atualização do ativo financeiro	89.519	–	89.519
Recebimentos de aportes	(155.056)	–	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	–	(76.519)
	212.970	(2.034)	210.936

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Parcela variável	7.795	–	7.795
Receita acessória	18	–	18
Direito de exploração	(30)	–	(30)
Reequilíbrio financeiro	5.117	2.034	7.151
	12.900	2.034	14.934

Reclassificação dos recebimentos de Aportes do Poder Concedente contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes para a conta de Ativo Financeiro em formação:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Custo incorrido			
Construção em andamento	114.368	–	114.368
Margem na construção	17.355	–	17.355
Serviços de construção	11.629	–	11.629
Materiais de construção	14.135	–	14.135
Equipamentos hospitalares	–	–	–
Encargos sobre empréstimo	–	–	–
IOF Sobre empréstimos	–	–	–
Recebimento de aportes públicos	–	(74.480)	(74.480)
	157.487	**(74.480)**	**83.007**

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Adiantamento de clientes	74.480	(74.480)	–
	74.480	**(74.480)**	**–**

Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar: (a) a natureza da reclassificação; (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e (c) a razão para a reclassificação.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	185	55
Aplicações financieras		
Banco Bradesco S.A.	52.615	15.149
Banco Itau S.A.	1	1
Banco Santander S.A.	545	–
	53.346	15.205

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI. **7. Caixa restrito:** O saldo de caixa restrito no montante de R$ 3.713 refere-se a conta reserva vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 2 (duas) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados. **8. Ativo financeiro de concessão:** O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	Reclassificado 31/12/2020	Movimentações	31/12/2021
Transferência ativo financeiro em formação	352.991	212	353.203
Atualização do ativo financeiro	89.519	32.012	121.531
Recebimentos de aportes	(155.056)	–	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	(33.789)	(110.308)
	210.936	(1.565)	209.370

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	209.370	210.936
	209.370	210.936
Circulante	34.410	34.885
Não Circulante	174.960	176.051

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,05% 2021 e 1,00% 2020), são reconhecidos no resultado. **9. Contas a receber:**

	31/12/2021	31/12/2020
Parcela variável	4.140	7.795
Receita acessória	44	18
Direito de exploração	(18)	(30)
Reequilíbrio financeiro	8.677	7.152
	12.843	14.936
Circulante	4.166	7.783
Não Circulante	8.677	7.152

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias. A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC. **10. Impostos e contribuições a compensar:**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo de IRPJ	548	252
Saldo negativo de CSLL	118	57
Impotos pagos a maior	758	516
	1.424	825

11. Adiantamento a fornecedor: Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	32.521	10.560
Elekta Solutions A.B	5.394	–
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	4.871	472
Siemens Healthcare Diagnósticos	4.100	–
Condor Internacional	2.333	528
SPDM - Hospital Reg. de São José dos Campos Bata Cinza	276	674
Comissaria de despachos Montreal Ltda.	–	305
Demais fornecedores	3.509	290
	53.004	12.829

12. Intangível:

Intangível	Vida útil em anos	Custo	Atualização contratual	Amortização acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Locação de Imóvel	6	1.755	19	(588)	1.186	1.463
Software		237	–	–	237	–
		1.992	19	(588)	1.423	1.463

13. Ativo financeiro em formação:

	Reclassificado 31/12/2020	Adições	Recebimentos	Transferências	31/12/2021
Custo incorrido					
Construção em andamento	114.368	116.515	–	–	230.883
Margem na construção	17.355	24.442	–	(28)	41.769
Serviços de construção	11.629	5.774	–	–	17.403
Materiais de construção	14.135	69.425	–	(26)	83.534
Equipamentos hospitalares	–	910	–	(158)	752
Encargos sobre empréstimo	–	4.645	–	–	4.645
IOF Sobre empréstimos	–	2.178	–	–	2.178
Recebimento de aportes públicos	(74.480)	–	(164.864)	–	(239.344)
	83.007	**223.889**	**(164.864)**	**(212)**	**141.820**

O saldo da conta Ativo Financeiro em Formação refere-se à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. Com base nos fluxos de caixas projetados, a Companhia aplica o percentual de 11,02% como margem na construção. Os valores de aquisições e margem da construção relativos ao Hospital Estadual de São José dos Campos no montante de R$ 212 foram transferidos para a conta de "Ativo financeiro de concessão".

14. Fornecedores:

	31/12/2021	31/12/2020
SPDM - Associação Paulista para o Des da Medicina	10.489	7.253
Philips Medical System Ltda.	5.535	706
Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.	5.480	–
Demais fornecedores	7.531	6.132
	29.035	**14.091**

A Companhia possui contrato firmado com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina ("SPDM") para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de São José dos Campos denominados como "bata cinza". Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia esclarece que, como já pontuado à SPDM ao longo dos últimos anos, não concorda com os valores reclamados pelo fornecedor e que serão adotadas as medidas jurídicas cabíveis sobre o tema.

15. Empréstimos e financiamentos:

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
BNDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	965	21.681	22.646	23.319
BNDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.554	34.641	36.195	36.804
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.918	42.758	44.677	45.258
BNDES - Financiamento (c)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	750	90.000	90.750	–
(-) Custos na transação			(246)	(3.010)	(3.256)	–
			4.941	**186.071**	**191.012**	**105.381**
			Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Total**
1º emissão de debêntures (d)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	842	60.340	61.182	–
(-) Custos na transação			(408)	(1.854)	(2.262)	–
			433	**58.486**	**58.919**	**–**
			Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Total**
Daycoval leasing - Banco Múltiplo (e)	Pré fixada 0,8336% a.m.	Julho de 2024	48	81	129	87
(-) Ajuste a valor presente			(9)	(6)	(15)	(3)
			39	**75**	**114**	**84**
			Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Total**
Bradesco - Capital de giro (f)	CDI + 2,20% a.a.		–	–	–	29.748
			–	**–**	**–**	**29.748**

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	5.414	135.212
Não Circulante	244.631	–

a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11° contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R$ 58.727 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9° contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R$ 44.592 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. Os recursos são destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de São José dos Campos. c) Em 31 de agosto de 2021 a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional com crédito autorizado de R$ 120.000. A Companhia recebeu o valor de R$ 90.000 que será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. Os recursos serão destinados ao apoio à implantação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. d) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R$ 60.340 totalizando um montante de 60.340 debêntures com valor Nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais. Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. e) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R$ 123 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de São José dos Campos. f) Em agosto de 2021, o saldo de empréstimo bancário no montante de R$ 30.209 (31/12/2021 - R$ 29.748) foi quitado com parte dos recursos recebidos na emissão das debêntures. **Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação.**

Saldos no inicio do exercício	135.212
Emissão de debêntures	60.340
Liquidção de empréstimos (Bradesco)	(30.209)
Captação de empréstimos	90.000
Arrendamento mercantil	124
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	21.438
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(2.881)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(18.461)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	(5.519)
Saldo no final do exercício	250.044

Parte dos recursos captados na emissão de debêntures foram destinados à quitação do saldo de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, desta forma os valores foram apresentados líquidos na Demonstração do Fluxo de Caixa. **As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:**

Empréstimos

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2036	Total
Ponte A	1.033	1.155	1.270	1.397	16.827	21.681
Ponte B	1.665	1.859	2.041	2.242	26.833	34.641
Capital de Giro	2.055	2.294	2.520	2.767	33.121	42.758
Empréstimos	2.555	3.806	4.224	4.669	74.745	90.000
	7.309	9.114	10.055	11.074	151.527	189.080

Debêntures

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	Total
Banco Bradesco	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	60.340
	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	60.340

continua –☆

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 51E3-79F3-C0A7-111F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 51E3-79F3-C0A7-111F.

continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Leasing

	2023	2024	Total
Banco Daycoval	43	32	75
	43	32	75

Garantias da operação: A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP a Companhia. Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, Conta Reserva mencionado na nota explicativa nº 7 - Caixa Restrito. **Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants:** Os cálculos dos covenants vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	125.544	91.859
Ativo Total	491.297	348.029
ICP	0,26	0,26

16. Arrendamento mercantil: A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras. Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	313	629
Não Circulante	1.001	1.265
	1.313	1.894

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.894
Novos contratos	–
Pagamentos - principal	(448)
Pagamentos - juros	(241)
Apropriação de encargos financeiros	109
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.313

17. Obrigações tributárias:

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recolher	568	491
ISS a recolher	440	238
INSS retido na fonte	105	97
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	134	127
PIS a recolher	119	104
ISS na fonte	29	23
IR retido na fonte	13	10
ICMS a Pagar	75	25
	1.483	**1.115**

18. Partes relacionadas: Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Contas-correntes passivas			
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	–	245	369
Julio Capobianco	Selic + 4,90 a.a.	–	25.103
Inova Saúde Sorocaba SPE S/A	CDI + 0,35 a.m.	–	14.885
		245	40.357

Adicionalmente a Companhia possui contrato de empreitada para a construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher e, contrato de sublocação e compartilhamento de despesas. Os valores estão demonstrados nas notas 13 - Ativo financeiro em formação na rubrica Construções em Andamento R$ 230.883 (114.368 em 2020), R$ 32.521 (R$ 10.560 - 2020) reconhecido como Adiantamento a fornecedor demonstrado na nota 10 - Adiantamentos a fornecedores e, nota 15 - Arrendamento mercantil. **19. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado: 19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	13.339	12.348
Prejuízo fiscal do exercício	12.912	991
Base ajustada	26.251	13.339
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	6.563	3.334
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	2.363	1.202
Base contábil temporária		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	11.705	4.659
Movimentação da base do diferido, líquidos	3.766	7.046
Base ajustada	15.471	11.705
Imposto de renda diferido sobre base temporária	3.868	2.925
Contribuição social diferido sobre base temporária	1.393	1.054
Total no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda	10.431	6.259
Contribuição social	3.756	2.256
	14.187	8.515

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira. **19.2. Impostos registrados no passivo:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$ 69.649 (R$ 53.423 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	14.879	11.278
Variação monetaria do ativo financeiro	17.833	14.171
Reequílibrio financeiro	2.153	1.684
	34.865	27.133
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	5.357	4.060
Variação monetaria do ativo financeiro	6.420	5.102
Reequílibrio financeiro	775	607
	12.553	9.769
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.267	2.399
Variação monetaria do ativo financeiro	464	368
Reequílibrio financeiro	90	64
	3.821	2.831
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	15.080	11.071
Variação monetaria do ativo financeiro	2.853	2.267
Reequílibrio financeiro	477	351
	18.410	13.689
Total dos impostos diferidos passivos	**69.649**	**53.423**

19.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado:

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
			31/12/2021			31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**13.571**	**13.571**	**13.571**	**23.072**	**23.072**	**23.072**
Adições	32.859	32.859	32.859	24.044	24.044	24.044
Realização da margem da construção	10.038	10.038	10.038	3.274	3.274	3.274
Realização da variação monetária	17.362	17.362	17.362	12.678	12.678	12.678
Bases temporárias	4.059	4.059	4.059	7.046	7.046	7.046
Outras adições	1.400	1.400	1.400	1.046	1.046	1.046
Exclusões	(59.342)	(59.342)	(59.342)	(48.107)	(48.107)	(48.107)
Margem da construção	(24.442)	(24.442)	(24.442)	(14.045)	(14.045)	(14.045)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(32.012)	(32.012)	(32.012)	(27.324)	(27.324)	(27.324)
Reequilíbrio financeiro	(1.875)	(1.875)	(1.875)	(6.738)	(6.738)	(6.738)
Outras exclusões	(1.013)	(1.013)	(1.013)	–	–	–
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	**(12.913)**	**(12.913)**	**(12.913)**	**(992)**	**(992)**	**(992)**

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
			31/12/2021			31/12/2020
Ativo financeiro de concessão	(3.601)	(1.296)	(4.897)	(2.693)	(969)	(3.662)
Variação monetária de ativo financeiro	(3.662)	(1.318)	(4.981)	(3.662)	(1.318)	(4.980)
Bases temporárias	942	339	1.280	1.761	634	2.395
Reequilíbrio financeiro	(469)	(169)	(638)	(1.684)	(606)	(2.291)
Provisão prejuízo fiscal	3.228	1.161	4.389	248	89	337
Impostos diferidos registrados no resultado	**(3.561)**	**(1.283)**	**(4.845)**	**(6.030)**	**(2.171)**	**(8.200)**

20. Adiantamento de Clientes: Os recebimentos de Aportes públicos no montante de R$ 74.480 em 2020, contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes foram reclassificados para a conta de Ativo financeiro em formação conforme nota explicativa N° 5. **21. Provisões:**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para reinvestimento	10.870	6.811
Provisão para contingência trabalhista	20	–
	10.890	**6.811**

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA. **21.1. Passivo contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R$ 1.623, sendo R$ 575 de origem trabalhista e R$ 1.048 de origem tributária. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis. **22. Receita diferida:** O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de São José dos Campos.

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Exploração	1.595	1.711
	1.595	**1.711**

Essa contratação contemplou o recebimento a título de outorga, no valor de R$ 2.700 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação será realizada por 17 anos (204 meses) de acordo com o contrato. **23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social:** Em 2021 a Companhia realizou o aumento de capital no montante e R$ 17.099 com integralizações no montante de R$ 24.898 (R$ 8.223 em 2020). O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 69.099, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R$ 65.637 (R$ 40.739 em 2020). **23.2. Dividendos:** Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim;; os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 149 relativos ao ano de 2020. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros. **24. Lucro bruto:**

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção da concessão	221.758	127.166
Receita da concessão	49.182	46.447
Receitas acessórias	334	419
Receita de reequilíbrio financeiro	1.283	1.783
(–) Deduções sobre receitas acessórias	(84)	(105)
Tributos sobre construção da concessão	(10.425)	(5.449)
Tributos sobre concessão	(3.408)	(3.218)
Tributos sobre receitas acessórias	(31)	(39)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(119)	(164)
Receita operacional líquida (b)	**258.490**	**166.840**
(–) Custo de construção da concessão	(197.316)	(113.121)
(–) Custo com a operação	(43.641)	(41.511)
Lucro bruto (a)	**17.533**	**12.208**
Margem % ((a)/(b))	**6,78%**	**7,32%**

O aumento nas linhas de "Receita da construção de concessão" e "Custo de construção de concessão" referem-se ao avanço da obra do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. **25. Custos:**

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(27.594)	(26.800)
Custo com pessoal	(4.235)	(4.437)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.537)	(2.873)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.181)	(3.181)
Serviços de TI	(2.125)	(1.777)
Manutenção Predial	(2.031)	(1.878)
Reposição ativo financeiro	(283)	(127)
Outros custos	(655)	(437)
	(43.641)	(41.510)
Custo da construção do ativo financeiro	(197.316)	(113.121)
	(240.957)	**(154.631)**

26. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(7.182)	(6.313)
Serviços de terceiros	(1.023)	(1.231)
Despesas gerais	(733)	(249)
Impostos e taxas	(638)	(159)
Depreciações e amortizações	(298)	(293)
	(9.875)	**(8.245)**

27. Receitas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias sobre Ativo financeiro	32.012	27.324
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.890	143
Multa e juros sobre atraso no recebimento	397	4.688
Variações monetárias sobre reequilíbrio	349	682
Outras receitas financeiras	50	41
Impostos sobre receitas financeiras	(1.615)	(1.530)
	33.083	**31.348**

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno. **28. Despesas financeiras:**

	31/12/2021	31/12/2020
Juros s/empréstimos	(16.786)	(10.747)
Indenizações	(5.741)	–
Juros s/mútuo	(2.450)	(628)
Despesas financeiras s/provisão	(878)	(319)
IOF sobre operações financeiras	(379)	(38)
Despesas e comissões bancárias	(342)	(30)
Custos nas transações com empréstimos	(270)	–
Juros s/arrendamento CPC 06	(156)	(139)
Juros s/arrendamento	(7)	(14)
Outras Despesas financeiras	(41)	(1.063)
	(27.051)	**(12.978)**

29. Informações complementares de Ebitda (não auditado): Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	7.539	4.702
(+) depreciações/amortizações	298	293
Ebitda	7.836	4.995
(+) Recebimento parcela fixa	33.789	29.509
Ebitda ajustado	41.625	34.504

30. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Garantia setor público	39.929
Responsabilidade Civil	10.000
Responsabilidade Civil hospitalar	10.000
Riscos Nomeados	328.446

31. Efeitos COVID: Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

Diretoria

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente
Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora

Cláudia Cavalcante Braga - CRC SP 272540-O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido à compensação de determinados ativos e passivos, totalizando o montante de R$ 74.480 no ativo e R$ 74.480 no passivo. Auditamos as reclassificações mencionadas na referida nota e em nossa opinião tais reclassificações são apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles intenos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1SP 223326/O-3

Preços da indústria têm inflação de 0,56% em fevereiro, diz IBGE

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos na saída das fábricas, registrou inflação de 0,56% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,20%) e em fevereiro de 2021 (5,16%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula taxas de 1,77% no ano e de 20,05% em 12 meses.

Os preços subiram em 15 das 24 atividades industriais pesquisadas. Os destaques ficaram com as indústrias extrativas (8,34%), refino de petróleo e biocombustíveis (1,70%) e alimentos (0,70%).

Por outro lado, nove atividades tiveram deflação (queda de preços), entre elas metalurgia (-2,55%).

Analisando-se as quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve alta de preços em todas elas: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,64%), bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,50%), bens de consumo semi e não duráveis (0,75%) e bens de consumo duráveis (0,15%). (Agencia Brasil)

Menos de um terço dos contribuintes enviou declaração do IR

A pouco menos de um mês do fim do prazo, menos de um terço dos contribuintes enviou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 11h da quarta-feira (30), 9.256.613 declarações foram enviadas. O número equivale a 27,1% dos 34,1 milhões de documentos esperados pelo Fisco para este ano.

O prazo de entrega começou na segunda-feira (7) e irá até as 23h59min59s de 29 de abril. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Neste ano, a declaração terá prazo mais curto, de 7 de março a 29 de abril. Por causa da operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, o programa gerador da declaração não pôde ser baixado no fim de fevereiro, como tradicionalmente ocorre. A declaração, no entanto, traz novidades tecnológicas.

A principal inovação será o recebimento da restituição (ou o pagamento do imposto) por meio de Pix. O sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central já estava disponível para outras obrigações tributárias, como pagamento de impostos por pessoas jurídicas e por micro e pequenas empresas do Simples Nacional. O recurso agora chega às pessoas físicas.

Outra mudança importante é a ampliação do acesso à declaração pré-preenchida, na qual o contribuinte recebe um formulário preenchido e apenas confirma os dados antes de os enviar ao Fisco. Desde o último dia 15, a ferramenta está disponível para os contribuintes com certificação digital e para os cidadãos com conta nível prata ou ouro no Portal gov.br.

Os códigos para identificar bens e direitos mudaram na declaração deste ano. Quem importou a declaração de 2021 para preencher o Imposto de Renda teve os códigos automaticamente alterados pelo programa gerador para os bens informados no ano passado. No entanto, a inclusão de itens que não constavam nas declarações anteriores ficou mais demorada. Quem tiver dúvidas pode consultar as páginas 172 a 175 do documento "Instruções de preenchimento – Ajuda do Programa IRPF 2022", criado pela Receita Federal. (Agencia Brasil)

Maiores cidades do Grande Rio já flexibilizam uso de máscaras

O município de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, anunciou na terça-feira (30) que o uso de máscaras em locais fechados deixará de ser obrigatório na sexta-feira (1º). Com a decisão, a medida de prevenção contra a covid-19 passará a ser facultativa em todas as maiores cidades do Grande Rio: capital, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e Belford Roxo.

Ao anunciar a medida nas redes sociais, a prefeitura destacou a importância da vacinação. "É fundamental que todos se vacinem, tomem a dose de reforço e continuem com o cuidado, atentos às medidas de higiene. O que nos trouxe essa conquista foi a responsabilidade de cada um e precisamos seguir nesse caminho. Faça sua parte."

A máscara continua a ser obrigatória em unidades de saúde e em veículos do transporte público que circulam na cidade. O município também recomenda a continuidade da utilização para imunossuprimidos e pessoas com sintomas gripais.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro divulgou, na última sexta-feira (22), que o risco para covid-19 no estado estava no patamar "muito baixo" pela terceira semana seguida. No mapa, as duas áreas que abrangem a região metropolitana e a área da Baixada Litorânea foram classificadas com a bandeira verde, que indica risco muito baixo, enquanto as demais receberam a bandeira amarela, que significa risco baixo.

Em entrevista à Agência Brasil e à Rádio Nacional, na semana passada, o secretário estadual de saúde, Alexandre Chieppe, avaliou que o carnaval e a flexibilização do uso de máscaras em diversas cidades do estado não alteraram a tendência de queda da incidência da covid-19. Segundo o último boletim do Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apesar de o cenário ser de otimismo no país como um todo, ainda é prudente a manutenção do uso de máscaras em determinados ambientes fechados, com grandes concentrações de pessoas (a exemplo dos transportes coletivos), ou em ambientes abertos em que haja aglomerações.

O estado do Rio de Janeiro publicou um decreto em 3 de março autorizando que os municípios decidissem sobre a flexibilização do uso de máscaras em seu território. No dia seguinte, Duque de Caxias, o terceiro município mais populoso do estado, foi a primeira cidade da região metropolitana a desobrigar o uso de máscaras em locais abertos e fechados.

O município do Rio de Janeiro já havia liberado a população de usar máscara em locais abertos, no ano passado, e ampliou a flexibilização para ambientes fechados no dia 7 de março, após reunião do comitê científico da cidade.

Na mesma semana que a capital, a decisão também foi tomada em Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Itaboraí, São João de Meriti, Maricá e Paracambi. Já na semana seguinte, foi a vez de Seropédica, Guapimirim, Queimados, Rio Bonito e Tanguá.

Segunda cidade mais populosa da região, São Gonçalo manteve a obrigatoriedade da máscara em ambientes fechados até o dia 23. Outra cidade em que a obrigatoriedade permaneceu por mais tempo foi Japeri, que tornou o uso facultativo em 25 de março.

A cidade de Magé publicou uma nota oficial no último dia 19 desmentindo informações que circulavam nas redes sociais sobre uma suposta flexibilização do uso de máscaras. Desde então, não foi publicado no site oficial da prefeitura ou nas redes sociais qualquer medida de flexibilização. No boletim epidemiológico divulgado hoje, o município recomenda que a população "use máscara sempre que estiver fora de casa, lave bem as mãos e evite aglomerações".

Também consideradas parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro pela Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018, Petrópolis e Cachoeiras de Macacu suspenderam a obrigatoriedade apenas em ambientes abertos. (Agencia Brasil)

Presidente da Câmara condena uso midiático das dependências da Casa

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), condenou na quarta-feira, (30) o "uso midíatico" da Casa, depois de o deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) ter passado a noite em seu gabinete, a fim evitar o uso de tornozeleira eletrônica, determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

"Condeno o uso midiaìtico das depende˜ncias da Ca˜mara, mas sou guardiaÞo da sua inviolabilidade. NaÞo vamos cair na armadilha de tensionar o debate para dar palanque aos que buscam holofote", disse Lira, em nota. Ele afirmou ainda que a "casa do povo é sagrada" e que tambeìm tem uma dimensaÞo simboìlica na ordem democraìtica.

Na terça-feira, (29), Moraes voltou a determinar que o deputado use o monitoramento eletrônico, após a Polícia Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP) não terem conseguido cumprir a medida.

Na decisão, o ministro proibiu Daniel Silveira de deixar o Rio de Janeiro, exceto para questões relacionadas ao exercício do mandato na Câmara, em Brasília.

Moraes atendeu a um pedido feito pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, que argumentou que o deputado vem agindo contra a democracia por se pronunciar com ataques ao STF e seus membros em eventos com ampla divulgação nas redes sociais.

O presidente do STF também determinou que, se for preciso, a reinstalação da tornozeleira poderá ser feita "nas dependências dos Deputados, em Brasília, devendo esta Corte ser comunicada perfeitamente". A medida, segundo o magistrado, "não impede o exercício do mandato".

Em sessão da Câmara, de terça-feira, Daniel Silveira criticou a decisão do ministro Alexandre de Moraes e disse que não iria cumpri-la. Na avaliação do deputado, cabe aos parlamentares decidir sobre a restrição de liberdade de seus pares, mesmo rito previsto em casos de prisão. Silveira argumentou ainda que não caberia ao Judiciário impor medidas cautelares a um parlamentar.

"Aqui, eu falo em tribuna: não será acatada a ordem do Alexandre de Moraes enquanto não for deliberada pela Casa. Quem decide isso são os deputados", disse.

Para o presidente da Câmara, o ideal seria que o plenário do STF analisasse o caso do deputado "o mais rápido possível".

"Seria desejaìvel que o plenaìrio do STF examinasse os pedidos o mais raìpido possiìvel, e que a Justic'˜a siga a partir dessa decisaÞo final da nossa Corte Suprema", disse Lira.

Silveira chegou a ser preso em flagrante em fevereiro de 2021, no âmbito de um inquérito que apura a realização de atos contra instituições democráticas, após ele ter divulgado vídeos com ameaças a ministros do Supremo. Posteriormente, ele se tornou réu no mesmo processo.

A prisão preventiva foi convertida em domiciliar, mas o deputado voltou ao cárcere em junho, por decisão de Moraes, após ter violado o monitoramento eletrônico ao menos 22 vezes.

A atuação de Silveira fez com que o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovasse, em julho do ano passado, a suspensão, por seis meses, do mandato parlamentar. A medida, entretanto, não foi cumprida, pois ainda precisaria ser analisada pelo plenário da Câmara. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 51E3-79F3-C0A7-111F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 51E3-79F3-C0A7-111F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/51E3-79F3-C0A7-111F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 51E3-79F3-C0A7-111F

Hash do Documento

902DF33A18C27EFBB8EC24BBF93E9543B181B2BBD02DC3E5969866D537BDB067

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 12:43 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Planeta Securitizadora S.A. - (atual denominação da Gaia Securitizadora S.A.) - CNPJ/ME nº 07.587.384/0001-30

Relatório da Administração

Apesar de fundada no ano de 2005, a Planeta Securitizadora S.A. ("PlanetaSec") tornou-se operacional somente em 2009, quando da entrada de novos sócios e executivos na empresa, que tinham a missão de estruturar operações financeiras dentro dos segmentos de atuação, sempre de forma ágil e eficaz. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidos R$ 1.855.755 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e cinco milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil reais) em certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a Companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2021, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à PlanetaSec e/ou às demais Companhias pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 2021.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.906	2.724
Aplicações financeiras	5	335	450
Contas a receber	6	730	403
Adiantamentos		3	10
Impostos a recuperar	7	150	166
Total do ativo circulante		**3.124**	**3.753**
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Imobilizado	8	6	14
Total do ativo não circulante		**6**	**14**
Total do ativo		**3.130**	**3.767**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Circulante			
Contas a pagar	9	73	55
Obrigações tributárias	10	127	389
Partes relacionadas	18	138	157
Dividendos a pagar	12	19	142
Total do passivo circulante		**357**	**743**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo-			
Outras obrigações a pagar	11	-	-
Total do passivo não circulante		**-**	**-**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		699	699
Reserva legal		124	82
Reserva de lucros		1.950	2.243
Total do patrimônio líquido		**2.773**	**3.024**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.130**	**3.767**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita líquida de prestação de serviços	13	**1.079**	**1.762**
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.315)	(1.316)
Outras receitas operacionais	14	377	309
Total		**(938)**	**(1.007)**
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**141**	**755**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	224	166
Despesas financeiras	16	(43)	(6)
Resultado financeiro líquido		**181**	**160**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**322**	**915**
Imposto de renda e contribuição social	17	**(127)**	**(316)**
Lucro líquido do exercício		**195**	**599**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**699**	**699**
Lucro líquido básico e diluído por ações do capital social no fim do exercício - R$		**0,2796**	**0,8569**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**195**	**599**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**195**	**599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**195**	**599**
Ajuste para		
Depreciação	7	7
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	115	100
Contas a receber	(327)	(147)
Adiantamentos	7	(10)
Impostos a recuperar	16	(24)
Obrigações tributárias	(262)	329
Contas a pagar e outras obrigações	18	22
Partes relacionadas	(18)	120
Dividendos a pagar	(124)	(57)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(373)**	**940**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(446)	(688)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(446)**	**(688)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(818)**	**251**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.724	2.473
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.906	2.724
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(818)**	**251**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas	**1.589**	**2.273**
Receita bruta de prestação de serviço	1.212	1.964
Outras receitas	377	309
Insumos adquiridos de terceiros	**(704)**	**(916)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(704)	(916)
Valor adicionado bruto	**885**	**1.357**
Depreciação	**(7)**	**(7)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**878**	**1.350**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	224	166
Valor adicionado total a distribuir	**1.102**	**1.516**
Distribuição do valor adicionado	**1.102**	**1.516**
Pessoal	**583**	**359**
Remuneração direta	581	356
Outros	2	3
Impostos, taxas e contribuições	**317**	**552**
Federais	256	454
Municipais	61	98
Remuneração de capital de terceiros	**7**	**6**
Juros	7	6
Remuneração de capitais próprios	**195**	**599**
Lucros retidos	195	599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Reserva de lucros	Reserva legal	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado)	13	699	-	2.362	52	3.113
Lucro do exercício		-	599	-	-	599
Constituição de reserva legal		-	(30)	-	30	-
Distribuição de dividendos		-	-	(688)	-	(688)
Constituição de reserva de lucros		-	(569)	569	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	13	699	-	2.243	82	3.024
Lucro do exercício		-	195	-	-	195
Constituição de reserva legal		-	(42)	-	42	-
Distribuição de dividendos		-	-	(446)	-	(446)
Constituição de reserva de lucros		-	(153)	153	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	699	-	1.950	124	2.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Planeta Securitizadora S.A. ("Companhia" ou "Securitizadora"), anteriormente denominada Gaia Securitizadora S.A, constituída em 01 de setembro de 2005 e com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso nº 633 - 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - Brasil obteve seu registro na JUCESP em 29 de julho de 2005, para operar no mercado imobiliário brasileiro como uma sociedade securitizadora, adquirindo recebíveis imobiliários e do agronegócio oriundos de originadores como construtoras, incorporadoras, revendas e produtores rurais, emitindo e colocando no mercado financeiro e de capitais os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) e, ainda, a realização de operações no mercado de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e do agronegócio. A Companhia recebeu em 28 de julho de 2006 o registro, como companhia aberta, de número 2022-2 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condição básica para o desenvolvimento dos negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidos R$ 1.855.755 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e cinco milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil reais) em certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

Data	Emissão / Série	Tipo Lastro	Montante total
Fev-21	4ª/158ª	Concentrado	27.038
Fev-21	4ª/163ª	Concentrado	18.816
Fev-21	4ª/172ª	Concentrado	25.000
Fev-21	4ª/173ª	Pulverizado	27.940
Fev-21	4ª/174ª	Concentrado	100.000
Abr-21	4ª/160ª	Concentrado	63.348
Abr-21	4ª/161ª	Concentrado	15.400
Abr-21	4ª/175ª	Concentrado	41.000
Abr-21	4ª/180ª	Pulverizado	45.000
Abr-21	4ª/181ª	Pulverizado	60.313
Abr-21	4ª/182ª	Pulverizado	35.104
Abr-21	20ª/1ª	Concentrado	127.200
Abr-21	20ª/2ª	Concentrado	10.000
Mai-21	4ª/178ª	Pulverizado	8.800
Mai-21	4ª/179ª	Pulverizado	2.200
Ago-21	4ª/159ª	Concentrado	56.000
Ago-21	4ª/176ª	Concentrado	26.099
Ago-21	4ª/177ª	Concentrado	95.300
Ago-21	4ª/183ª	Pulverizado	4.500
Ago-21	4ª/184ª	Pulverizado	2.500
Ago-21	4ª/187ª	Concentrado	2.500
Ago-21	4ª/188ª	Concentrado	2.500
Ago-21	4ª/189ª	Concentrado	2.500
Ago-21	4ª/190ª	Concentrado	2.500
Ago-21	4ª/191ª	Concentrado	2.250
Ago-21	4ª/192ª	Concentrado	2.250
Ago-21	4ª/193ª	Concentrado	2.250
Ago-21	4ª/194ª	Concentrado	2.250
Ago-21	4ª/195ª	Concentrado	11.000
Ago-21	4ª/196ª	Pulverizado	8.000
Ago-21	4ª/197ª	Pulverizado	9.000
Ago-21	4ª/198ª	Pulverizado	9.000
Ago-21	4ª/199ª	Pulverizado	9.000
Ago-21	27ª/1ª	Pulverizado	18.004
Set-21	26ª/1ª	Pulverizado	89.316
Set-21	26ª/2ª	Pulverizado	5.254
Set-21	26ª/3ª	Pulverizado	10.507
Set-21	27ª/2ª	Pulverizado	69.835
Nov-21	4ª/205ª	Pulverizado	5.958
Nov-21	4ª/206ª	Pulverizado	4.902
Nov-21	4ª/200ª	Pulverizado	8.000
Nov-21	4ª/201ª	Pulverizado	1.000
Nov-21	4ª/207ª	Pulverizado	40.284
Nov-21	4ª/208ª	Pulverizado	40.284
Nov-21	4ª/209ª	Pulverizado	49.753
Nov-21	4ª/210ª	Pulverizado	49.753
Nov-21	4ª/211ª	Concentrado	4.461
Nov-21	4ª/212ª	Concentrado	19.575
Nov-21	4ª/213ª	Concentrado	12.337
Nov-21	4ª/214ª	Concentrado	12.928
Nov-21	4ª/215ª	Concentrado	18.260
Nov-21	4ª/216ª	Concentrado	100
Nov-21	4ª/217ª	Concentrado	50.000
Dez-21	29ª/1ª	Pulverizado	315.007
Dez-21	29ª/2ª	Pulverizado	53.736
Dez-21	29ª/3ª	Pulverizado	1.853
Dez-21	24ª/1ª	Pulverizado	70.627
Dez-21	24ª/2ª	Pulverizado	7.062
Dez-21	24ª/3ª	Pulverizado	5.401
Dez-21	4ª/218ª	Concentrado	65.000
			1.885.755

1.1. Impactos do Covid-19: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e, desde então, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. Com base em todos os acontecimentos, a administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença na associação e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. Nessa linha, a Administração estabeleceu um plano de contingência, cujo objetivo é monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da associação. Os quatro pilares são: (i) Segurança das pessoas; (ii) Continuidade das atividades essenciais; (iii) Monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) Preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise. Entre as principais iniciativas implementadas, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office para 100% (cem por cento) das áreas da Companhia, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores, redução do ciclo financeiro, preservação do caixa e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da Companhia. Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da avaliou suas estimativas de forma a identificar possíveis impactos do COVID-19 nos negócios da Associação, conforme segue: **Redução do valor recuperável ("impairment"):** A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o "impairment" de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por "impairment". Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro do COVID-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, se houver, não pode ser estimado com segurança no momento. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de "impairment". **Liquidez:** Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Companhia. A administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais. **Valos justo de outros ativos e passivos:** No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia. Contudo, alterações incomuns significativas ocorreram no valor dos ativos financeiros em muitos mercados desde o início do surto.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 30 de março de 2022. **2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Os administradores decidiram pela reversão da provisão para contingência constituída quando do indeferimento à restituição de imposto de renda sobre as aplicações financeiras das operações, pleiteada pela Companhia em 2016, onde ela recorreu da decisão negativa e aguardava o andamento do processo. Após nova atualização do tema, considerando a probabilidade de êxito (possível) do processo e também que a discussão em aberto estava circunscrita à restituição do imposto (polo ativo), entendeu-se que tratava-se de um erro e, portanto, sujeito à correção por meio de reversão da provisão. Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais foram originalmente emitidas em 22 de março de 2021, e atendendo aos requisitos do pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a administração decidiu reapresentá-las procedendo aos ajustes relativos à identificação de erros de exercício anterior. Os efeitos dessas correções no balanço estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 11.

Ativo	Nota	2020 Reapresentado	Ajustes	2020 Originalmente Apresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.724	-	2.724
Aplicações financeiras	5	450	-	450
Contas a receber	6	403	-	403
Adiantamentos		10	-	10
Impostos a recuperar	7	166	-	166
Total do ativo circulante		**3.753**	**-**	**3.753**
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Imobilizado	8	14	-	14
Total do ativo não circulante		**14**	**-**	**14**
Total do ativo		**3.767**	**-**	**3.767**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020 Reapresentado	Ajustes	2020
Circulante				
Contas a pagar	9	55	-	55
Obrigações tributárias	10	389	-	389
Partes relacionadas	18	157	-	157
Dividendos a pagar	12	142	-	142
Total do passivo circulante		**743**	**-**	**743**
Não circulante				
Exigível ao longo prazo				
Outras obrigações a pagar	11	-	(1.733)	1.733
Total do passivo não circulante		**-**	**(1.733)**	**1.733**

...continuação

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020 Reapresentado	Ajustes	2020
Patrimônio líquido	12			
Capital social		699	-	699
Reserva legal		82	-	82
Reserva de lucros		2.243	1.733	510
Total do patrimônio líquido		**3.024**	**1.733**	**1.291**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.767**	**-**	**3.767**

	Capital social	Lucros acumulados	Reserva de lucros	Reserva legal	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (Originalmente apresentado)	**699**	**-**	**629**	**52**	**1.380**
	-	**599**	**-**	**-**	**599**
Lucro líquido do exercício	-	**(30)**	**-**	**30**	**-**
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(688)	-	(688)
Constituição de reserva de lucros	-	(569)	569	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Originalmente apresentado)	**699**	**-**	**510**	**82**	**1.291**
Ajuste em 1º de janeiro de 2020					
Reversão de provisão	-	-	1.733	-	1.733
Saldos em 1 de dezembro de 2020 (Reapresentados)	**699**	**-**	**2.362**	**52**	**3.113**
Lucro do exercício	-	599	-	-	599
Constituição de reserva legal	-	(30)	-	30	-
Distribuição de dividendos	-	-	(688)	-	(688)
Constituição de reserva de lucros	-	(569)	569	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentados)	**699**	**-**	**2.243**	**82**	**3.024**

O ajuste realizado para fins de reapresentação não impactou os números anteriormente publicados na demonstração de resultado de demonstração do fluxo de caixa.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros com a finalidade de receber fluxos de caixa em termos contratuais, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre os valores em aberto. O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

	Anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício ou quando há evidências de que o ativo imobilizado apresenta mudanças que possam indicar deterioração ou perda, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(l) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(m) Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis imobiliários (CRI) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. **(n) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.906	2.724
	1.906	**2.724**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados), cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% (95% em 2020) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, cujo vencimento é para dezembro de 2024.

5. Aplicações financeiras

	2021	2020
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	335	450
	335	**450**

A taxa média para os Certificados de Recebíveis Imobiliários é de 12,5% a.a. mais a correção do IPCA, cujo vencimento é para 2025. **5.1. Hierarquias de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo das Aplicações Financeiras da Companhia:

	Tipo de Instrumento	2021 Nível 1	2021 Nível 2	2021 Nível 3	2020 Nível 1	2020 Nível 2	2020 Nível 3
Certificados de depósitos bancários	Valor justo (VJR)	-	1.906	-	-	2.724	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	Custo amortizado	-	335	-	-	450	-

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2021	2020
Saldo inicial	**3.174**	**3.023**
Aplicação(resgate)	(1.156)	(15)
Receita financeira	224	166
Saldo final	**2.242**	**3.174**

6. Contas a receber de clientes: É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao Patrimônio Separado.

	2021	2020
Créditos de curto prazo (a)	730	403
Total circulante	**730**	**403**

(a) Refere-se a clientes e valores pagos pela Companhia que serão rateados e recebidos proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

7. Impostos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	118	123
Outros	32	43
	150	**166**

(a) Imposto de renda e contribuição social antecipados serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

8. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2021 Saldo líquido	2020 Saldo líquido
Móveis e utensílios	10	73	(67)	6	14
		73	**(67)**	**6**	**14**

9. Contas a pagar

	2021	2020
Adiantamento de clientes	46	30
Contas a pagar (a)	26	24
Salários a pagar	1	1
	73	**55**

(a) Refere-se a despesas a pagar com auditoria, telecomunicações, e demais despesas administrativas.

10. Obrigações tributárias

	2021	2020
IRPJ/CSLL a recolher (b)	64	270
PIS e COFINS a recolher (b)	31	61
ISS a recolher (a)	31	57
Outros	1	1
	127	**389**

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte incidentes sobre serviços tomados pela Companhia. (b) Refere-se substancialmente a contribuições sociais retidas na fonte incidentes sobre serviços tomados pela Companhia.

11. Outras obrigações a pagar: Inicialmente, o valor contabilizado referente ao IR a restituir foi reclassificado após a realização de atualização interna junto ao nosso time jurídico/fiscal sobre o tema. Após nova atualização do tema ficou decidido pela reversão referente a reserva de contingência constituída, tendo como embasamento o entendimento que se tratava de um erro de interpretação quanto a sua contabilização, motivo este pelo qual realizamos a reapresentação dos saldos.

	2021	2020 Reapresentado	Ajustes	2020 Originalmente apresentado
IRRF a restituir (a)	-	-	(1.733)	1.733
Total	**-**	**-**	**(1.733)**	**1.733**

(a) Referem-se a pleitos de restituição/compensação de imposto de renda retido na fonte sobre rentabilidade das aplicações financeiras registradas no patrimônio separado referente às operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRIs referente ao exercício de 2012.

12. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$ 699 (R$ 699 em 2020) dividido em 699.012 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo todas já sido integralizadas. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	Ações 2021	Ações 2020
Planetasec Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	699.011	699.011
Outros (a)	0,01%	1	1
Capital subscrito	**100%**	**699.012**	**699.012**

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2021, houve distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 427 (quatrocentos e vinte e sete mil reais) e a provisão de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto social de R$ 19. **Lucro básico por ação:** De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social, conforme demonstrado abaixo.

	2021	2020
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	195	599
Média ponderada do número de ações durante o exercício	699	699
Lucro/(prejuízo) básico e diluído (R$)	0,2789	0,8569

13. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviço	1.212	1.964
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	(133)	(202)
	1.079	**1.762**

14. Outras receitas operacionais: A composição das outras receitas operacionais refere-se exclusivamente ao valor arrecadado pela recuperação de custo pelo serviço de banco liquidante que incidem quando há eventos de pagamentos de investidores, cobrado da Companhia pela instituição financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se demonstradas a seguir:

	2021	2020
Taxa de registro de pagamentos	377	309
	377	**309**

15. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se demonstradas a seguir:

	2021	2020
Provisão despesas judiciais	-	(372)
Despesas com pessoal	(585)	(358)
Despesas com serviços de pessoas jurídicas (a)	(149)	(202)
Despesas com utilidades e serviços	(130)	(90)
Perdas com operações	(109)	(25)
Associações	(96)	(60)
Despesas de ocupação (b)	(88)	(102)
Despesas com anúncios e publicações/marketing	(50)	(42)
Despesas tributárias (c)	(20)	(34)
Taxas	(19)	(19)
Despesas com depreciações e amortizações	(7)	(7)
Outras	(62)	(5)
	(1.315)	**(1.316)**

(a) Refere-se substancialmente a serviços de consultoria contábil e jurídica, auditoria, entre outros. (b) Refere-se substancialmente aluguel do estabelecimento e condomínio. (c) Refere-se substancialmente a TFE, taxas de registros e outros impostos.

16. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se demonstradas a seguir:

	2021	2020
Juros sobre aplicação financeira	224	166
Despesas financeiras	(43)	(6)
	181	**160**

17. Imposto de renda: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, encontram-se demonstrado a seguir:

Descrição	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.	323	915
(-) Adições/ exclusões permanentes	123	85
(=) Base de cálculo	**446**	**1.000**
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 15%	(67)	(150)
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 10%	(21)	(76)
(x) Aplicação de alíquota da CSLL 9%	(39)	(90)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(127)**	**(316)**
Alíquota efetiva	**39,56%**	**34,54%**

18. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Planetasec Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2021, possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Planetasec Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora. Segue abaixo as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021 Ativo (passivo)	2021 Receita (despesa)	2020 Ativo (passivo)	2020 Receita (despesa)
Rateio de custos (a)	-	(569)	-	(343)
Contas a pagar (b)	(138)	-	(157)	-
Contas a receber	-	-	-	-
Total líquido	**(138)**	**(569)**	**(157)**	**(343)**

(a) Refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRI's, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Planetasec Assessoria Financeira Ltda. (b) Em 2021, refere-se substancialmente ao rateio de custos do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRI's apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com quitação prevista para até 31 de março de 2022.

19. Remuneração do pessoal-chave da administração: No que se refere a remuneração fixa, os honorários dos administradores foram estabelecidos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio 2021, no montante global de R$ 13 (R$ 13 em 31 de dezembro de 2020), englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 20 de maio de 2021.

20. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Planeta Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós fixados, fundos de investimento e CRI. **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R$ 1.906 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Certificados de Recebíveis Imobiliários, indexados a taxas de juros e Fundo de Investimento Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

21. Análise de sensibilidade: A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários, certificados de recebíveis imobiliários e fundos de investimentos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2021 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2021, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 9,25% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalculou-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 6,94% a.a. 4,63% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 30 de dezembro de 2021.

Operação	Posição 2021	Fator de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	2.242	CDI	9,25%	6,94%	4,63%
Receita projetada	-	-	207	156	104

22. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos Subsequentes: Contrato de compra e venda: A PLANETA SECURITIZADORA S.A. ("Planeta") vem a público comunicar aos investidores e ao mercado em geral, em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, que foi celebrado nessa data o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Planeta, a Nova Atlantis Participações Ltda. ("Nova Atlantis"), a Opea Capital S.A. ("Opea"), entre outras partes ("CCV"). Nos termos do CCV, a Opea adquiriu quotas representativas de 98,6% (noventa e oito inteiros e seis décimos por cento) do capital social total e votante da Nova Atlantis, tornando-se a quotista majoritária da Nova Atlantis e controladora indireta da Planeta ("Alienação do Controle"). Todas as condições para efetivação do negócio foram satisfeitas na data de assinatura do CCV. A Planeta ressalta que a gestão de suas operações, inclusive de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio existentes e futuros, não será impactada pela Alienação do Controle, de modo que a mesma equipe continuará acompanhando o dia a dia das emissões e atividades da Planeta, conjuntamente com o departamento de Relações com Investidores.

Presidente e Diretor Financeiro - João Paulo dos Santos Pacífico

Responsável Técnico: Aline Aparecida Lima de Santos - Contadora - CRC 1SP301316/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.938-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Lucas Drummond Alves, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 11900577 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 070.219.596-05, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da PLANETA SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.369.149 ("Companhia"), DECLARA, para todos os fins e efeitos, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2021 e 2020; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de março de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Planeta Securitizadora S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Planeta Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Reapresentação das demonstrações financeiras: Em 22 de março de 2021, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais da Gaia Securitizadora S.A., antiga denominação da Planeta Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Conforme descrito na Nota 2.1, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro descrita na referida nota explicativa, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, nossa opinião considera esta alteração e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis imobiliários: Porque é um PAA: A Companhia mantém registrado direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis imobiliários em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros e a avaliação do desenho das atividades de controle; (ii)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1607-F376-931F-7AB9.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1607-F376-931F-7AB9.

Planeta Securitizadora S.A. - (atual denominação da Gaia Securitizadora S.A.) - CNPJ/ME nº 07.587.384/0001-30

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; (iii) recálculo das comissões. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos; **Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

MAZARS

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Douglas Souza de Oliveira - Sócio
Contador CRC 1SP191325/O-0

CCR

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
São Paulo, 30 de março de 2022.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.185	985	Fornecedores		19	6
Aplicações financeiras	6	-	1.822	Fornecedores - partes relacionadas	9	3	-
Contas a receber	7	11.447	8.085	Imposto de renda e contribuição social		1.183	101
Contas a receber - partes relacionadas	9	1	-	Impostos e contribuições a recolher		324	11
Despesas antecipadas		2	1	Obrigações sociais e trabalhistas		28	14
Tributos a recuperar		44	9	Dividendos a pagar	9	3.596	2.125
Total do ativo circulante		14.679	10.902	Outras obrigações	11	1.351	933
				Total do passivo circulante		6.504	3.190
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Realizável a longo prazo				Capital social	12a	7.100	7.100
Contas a receber	7	1.224	1.959	Reserva de lucros	12b	1.468	1.233
Imobilizado	10	15.270	15.384	Dividendo adicional proposto	12c	16.101	16.722
Total do ativo não circulante		16.494	17.343			24.669	25.055
Total do ativo		31.173	28.245	**Total do passivo e patrimônio líquido**		31.173	28.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.100	738	48	10.347	-	18.233
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.947	8.947
Destinações:						
Reserva Legal	-	447	-	-	(447)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.125)	(2.125)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	6.375	(6.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.100	1.185	48	16.722	-	25.055
Distribuição de dividendos em 20 de abril de 2021	-	-	-	(4.775)	-	(4.775)
Distribuição de dividendos em 20 de dezembro de 2021	-	-	-	(6.630)	-	(6.630)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.615	14.615
Destinações:						
Reserva legal	-	235	-	-	(235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.596)	(3.596)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	10.784	(10.784)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.100	1.420	48	16.101	-	24.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	17.150	10.652
Custos dos serviços prestados			
Depreciação		(183)	(158)
Custo com pessoal		(114)	(100)
Lucro bruto		16.853	10.394
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(229)	(31)
Provisão para perda esperada		(1)	(43)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		102	(102)
Despesas legais e judiciais		(11)	(24)
Outras despesas		(12)	(77)
		(151)	(277)
Outros resultados operacionais		36	-
Resultado antes do resultado financeiro		16.738	10.117
Resultado financeiro	14	5	67
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		16.743	10.184
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8	(2.128)	(1.237)
Lucro líquido do exercício		14.615	8.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	14.615	8.947
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	14.615	8.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.615	8.947
Ajustes por:		
Depreciação	183	158
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	43
Rendimento de aplicação financeira	216	-
	15.015	9.148
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.628)	(2.798)
Contas a receber - partes relacionadas	(1)	-
Despesas antecipadas	(1)	-
Tributos a recuperar	(35)	1
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	13	(605)
Fornecedores - partes relacionadas	3	(1)
Obrigações sociais e trabalhistas	14	(2)
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	1.395	(650)
Outros de contas a pagar	418	732
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.193	5.825
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição do ativo imobilizado	(69)	(1.542)
Aplicações financeiras	1.606	122
Caixa líquido provenientes das (usado nas) atividades de investimentos	1.537	(1.420)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos a acionistas controladores	(13.530)	(3.449)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(13.530)	(3.449)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.200	956
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	985	29
No final do exercício	3.185	985
	2.200	956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia Five Trilhos Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos" ou "Companhia"), sediada a Avenida Chedid Jafet, nº 222, 4ºandar, bloco B, sala 5, Vila Olímpia - São Paulo - SP. Constituída em 28 de agosto de 2018, é uma subsidiária integral da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e tem por objeto social a exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo. Tais atividades são permitidas pelo Contrato de Concessão nº 003/2018, firmado entre a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, inclusive a exploração comercial (i) de espaços destinados à propaganda e publicidade; (ii) de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo (iii) da rede de infraestrutura e imobiliária das áreas remanescentes; (iv) de estacionamentos; bem como o desenvolvimento de atividades correlatas ou complementares as referidas acima. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir de 4 de agosto de 2018 que foi a data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, administrada por sua Controladora. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Receitas de contratos com clientes:*** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. A Companhia também aufere receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***d) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***e) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***f) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. ***g) Benefícios a empregados:*** • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***h) Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia, com dedução de R$ 20.000 a.m. para imposto de renda e 9% sobre 32% da receita operacional bruta da Companhia para a contribuição social. O lucro presumido é um meio de tributação simplificada, utilizada para determinar a base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas com faturamento limitado até R$ 78.000. O valor do imposto a ser pago é variável, pois a incidência dos impostos depende do tipo de atividade de cada entidade. Para apuração da base de cálculo do lucro presumido são utilizados percentuais padronizados, previamente definidos em lei, os quais são aplicados sobre o montante correspondente à receita operacional bruta da Companhia. ***i) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***j) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • CPC 50 - Contratos de seguros; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 30 de março de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas na nota explicativa nº 15 Instrumentos financeiros.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 15. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e outras obrigações	1.370
Fornecedores - partes relacionadas	3
Dividendos a pagar	3.596

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa e bancos	561	15
Fundos de investimentos	2.624	970
Total - Caixa e equivalentes de caixa	3.185	985

Aplicações financeiras	2021	2020
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	1.822
Total - Aplicações financeiras	-	1.822

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,96% do CDI, equivalente a 4,35% a.a., em 31 de dezembro de 2021 (88,99% do CDI, equivalente a 2,46% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber:	2021	2020
Circulante		
Receitas com multimídia (a)	8.136	5.229
Receitas com locação de espaço (b)	1.542	853
Receitas com locação de estacionamento (c)	1.813	2.046
	11.491	8.128
Provisão para perda esperada - contas a receber (d)	(44)	(43)
	11.447	8.085
Não Circulante		
Receitas com locação de espaço (b)	1.224	1.959
	1.224	1.959

Idade de vencimento dos títulos:	2021	2020
Crédito a vencer	10.807	5.253
Créditos vencidos até 60 dias	1.859	16
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	4.775
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	18
Créditos vencidos há mais de 180 dias	44	25
	12.715	10.087

(a) Crédito a receber da Eletromídia S.A., decorrentes de comercialização e veiculação de publicidade de mídia digital e estática; (b) Crédito a receber decorrente de aluguel de espaço comercial, lojas e quiosques; (c) Crédito a receber decorrente de aluguel de espaço para estacionamento; e (d) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes com base no lucro presumido. A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Receita bruta	23.051	11.057
(-) Devoluções, abatimentos	(4.180)	-
Dedução receita bruta	32%	32%
	6.039	3.538
Demais receitas	36	-
Receita financeira	253	168
Base para imposto de renda e contribuição social	6.328	3.706
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Imposto de renda lucro presumido	**(949)**	**(556)**
Dedução da base para IR adicional	(240)	(240)
Base para imposto de renda lucro presumido adicional	6.088	3.466
Alíquota imposto de renda adicional	10%	10%
Imposto de renda adicional lucro presumido	**(609)**	**(347)**
Alíquota contribuição social lucro presumido	9%	9%
Contribuição social lucro presumido	**(570)**	**(334)**
Total imposto de renda e contrbuição social	**(2.128)**	**(1.237)**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os mesmos da sua Controladora a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada "ViaMobilidade".

	Saldos 2021 - Ativo - Contas a receber	Saldos 2021 - Passivo - Dividendos a pagar	Saldos 2021 - Passivo - Fornecedores/contas a pagar	Saldos 2020 - Passivo - Dividendos a pagar
Controladora				
Via Mobilidade	-	3.596 (b)	-	2.125 (b)
Outras partes relacionadas				
Linhas 8 e 9	1 (a)	-	-	-
ViaQuatro	-	-	3 (a)	-
Total	1	3.596	3	2.125

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. – (Via Mobilidade), nos montantes pagos de R$ 2.066 (R$ 2.416 em 2020) e a pagar de R$ 1.087 (R$ 255 em 2020).
(a) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo o vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento; e (b) Refere-se a dividendos a pagar ViaMobilidade.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Transferências	Saldo final
Valor de custo					
Benfeitorias em imóveis de terceiros		3.162	-	3.652	6.814
Benfeitorias em imóveis de terceiros - em andamento		12.380	69	(3.652) (b)	8.797
Total do custo		15.542	69	-	15.611
Valor de depreciação					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	(158)	(183)	-	(341)
Total depreciação		(158)	(183)	-	(341)
Total geral		15.384	(114)	-	15.270

	Taxa média anual de depreciação %	2019 Saldo inicial	2020 Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	3.162	3.162
Benfeitorias em imóveis de terceiros - em andamento		-	1.542	10.838 (b)	12.380
Total do custo		-	1.542	14.000	15.542
Valor de depreciação					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	-	(158)	-	(158)
Total depreciação		-	(158)	-	(158)
Total geral		-	1.384	14.000	15.384

(a) Em 2020, R$ 14.000 refere-se à transferência do saldo do intangível para o ativo imobilizado em andamento. (b) O montante em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos 122 pontos comerciais que ainda permanecem em andamento devido as obras não estarem concluídas, onde dos 172 inicialmente em andamento, 50 foram transferidos para o definitivo. Em 2020, tratava-se de 137 pontos comerciais que ainda permanecem em andamento e 35 foram transferidos para o definitivo no exercício.

11. Outras obrigações	2021	2020
Receitas antecipadas	1.351	832
Outros	-	101
	1.351	933

12. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 7.100, composto por 7.100.000 ações ordinárias, sendo sua controladora direta a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., detentora de 100% de suas ações. **b. Reserva de lucros: a. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. **b. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **c. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por ações (Lei nº 6.404/76). Em 20 de abril de 2021, foi aprovado através de Ata de Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos à conta de Dividendos adicionais propostos do exercício de 2020 no montante de R$ 4.775, correspondente a R$ 0,6725 por ação. Os dividendos foram pagos em 22 de abril de 2021. Em 20 de dezembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração o pagamento de parte do saldo de dividendos adicionar propostos das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 6.630, correspondente a R$ 0,9338 por ação. Os dividendos foram pagos em 23 de dezembro de 2021. A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendo adicional no montante de R$ 10.784, a serem aprovados na AGO de 2022. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	14.615
(-) Constituição de reserva legal	(235)
Lucro líquido ajustado	14.380
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	3.596
Dividendos aprovados e pagos	3.596

13. Receitas operacional	2021	2020
Receitas com multimídia	18.690	7.961
Receitas com locação de espaço	3.960	2.679
Receitas com locação para estacionamento	401	417
Receita bruta	23.051	11.057
Impostos sobre receitas	(653)	(405)
Devoluções e abatimentos	(5.248)	-
Deduções das receitas brutas	(5.901)	(405)
Receita operacional líquida	17.150	10.652

14. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras		
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(248)	(101)
	(248)	(101)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	240	98
Juros e outras receitas financeiras	13	70
	253	168
Resultado financeiro líquido	5	67

15. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora final CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021 - Valor justo através do resultado	2021 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2021 - Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	2020 - Valor justo através do resultado	2020 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2020 - Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	561	-	-	15	-	-
Aplicações financeiras	2.624	-	-	2.792	-	-
Contas a receber	-	11.447	-	-	10.044	-
Contas a receber - Partes relacionadas	-	1	-	-	-	-
Passivos						
Fornecedores e outras obrigações	-	-	(1.370)	-	-	(939)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(3)	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	(3.596)	-	-	(2.163)
	3.185	11.448	(1.373)	2.807	10.044	(939)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras -** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras obrigações, fornecedores - partes relacionadas e dividendos a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

Nível 2	2021	2020
Aplicações financeiras	2.624	2.792

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R$ [4]	Efeito em R$ no resultado - Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Itaú Soberano) [3]	CDI [2]	2.624	235	176	117
Total do efeito de ganho ou (perda)			235	176	117
As taxas de juros consideradas foram [1]:					
	CDI [2]		9,15%	6,86%	4,58%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

16. Demonstração dos fluxos de caixa: **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Dividendos a pagar
Saldo Inicial	2.125
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Dividendos pagos	13.530
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	13.530
Outras variações	
Outras variações para dividendos a pagar	(12.059)
Total das outras variações	(12.059)
Saldo Final	3.596

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas - Presidente do conselho
Luciano José Porto Fernandes - Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe - Conselheiro
Gustavo Marques do Canto Lopes - Conselheiro
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Conselheiro

Composição da Diretoria

Francisco Pierrini - Diretor Presidente
Maurício Dimitrov- Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Five Trilhos Administração e Participações S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Five Trilhos Administração e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Five Trilhos Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP-196907/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1607-F376-931F-7AB9.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1607-F376-931F-7AB9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1607-F376-931F-7AB9 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1607-F376-931F-7AB9

Hash do Documento

E77F55D3BCF395BF4937DED59B43BBBCDB8339BDC636B0670EE1BA686518BE21

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

SF 455 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

(em constituição)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 03 de janeiro de 2022, às 10 horas, na sede social da **SF 455 Participações Societárias S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, Bairro Pinheiros, CEP 05407-003. **2. Convocação e Presença**: Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital inicial da Companhia, a saber: **(a) Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 30267600-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.147.028-63, residente e domiciliado à Rua Fabia, nº 800, apto 51B, Vila Romana, São Paulo - SP CEP: 05051-030; e **(b) Lawrence Santini Echenique**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 437276703 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.198.918-28, residente e domiciliado à Rua Candido Lacerda, nº 312, Apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo - SP CEP: 03336-010; **3. Mesa**: Após eleitos pelos acionistas fundadores acima qualificados, os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva** e secretariados pelo Sr. **Lawrence Santini Echenique**. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de **SF 455 Participações Societárias S.A**.; (ii) a subscrição e integralização do capital social da Companhia; (iii) a eleição dos diretores da Companhia; (iv) a remuneração dos diretores da Companhia; e (v) a definição dos jornais de grande circulação que realizarão a publicação dos atos societários da Companhia. **5. Deliberações**: Após a discussão das matérias, os acionistas fundadores, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **SF 455 Participações Societárias S.A**., bem como o projeto de estatuto social apresentado aos presentes, o qual foi anexado à presente ata na forma do Anexo I. 5.2. Aprovar, sem quaisquer ressalvas, a subscrição de 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 (um real) cada uma, totalizando um valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. 5.3. A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia são subscritas pelos acionistas fundadores presentes, de acordo com as seguintes proporções: (a) o acionista **Luis Guilherme de Souza Silva** subscreveu 200 (duzentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo valor total de R$200,00 (duzentos reais), a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo II; e (b) o acionista **Lawrence Santini Echenique** subscreveu 200 (duzentas) ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo valor total de R$200,00 (duzentos reais), a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo III; 5.4. O Capital será integralizado em moeda corrente do País em até 12 meses, a contar da data de expedição da Autorização de Funcionamento Jurídico. 5.5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia. 5.6. Em seguida, nos termos do estatuto social, os acionistas fundadores elegeram, por unanimidade, para um mandato unificado de 1 (um) ano, os seguintes diretores sem designação específica: (i) o Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 30.267.600-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.147.028-63, residente e domiciliado à Rua Fabia, nº 800, Apto 51B, Vila Romana, São Paulo - SP CEP: 05051-030; (ii) e Sr. **Lawrence Santini Echenique**, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 43.727.670-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.198.918-28, residente e domiciliado à Rua Candido Lacerda, nº 312, Apto 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo - SP CEP: 03336-010; 5.6.1. Os diretores aceitam os cargos para os quais foram eleitos e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os diretores ora eleitos tomam posse em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Registro de Atas da Diretoria. 5.7. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observado o disposto na legislação aplicável e no estatuto social que ora passa a reger a Companhia. 5.8. Aprovar o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um outro de grande circulação para serem os jornais de grande circulação que serão utilizados para as publicações determinadas pela Lei das Sociedades por Ações, quando necessárias. 5.9. Autorizar os diretores ora eleitos a ultimar todas as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **1. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 03 de janeiro de 2022. Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -**Presidente, **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Acionistas Subscritores: **Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique**. Diretores Eleitos: **Luis Guilherme de Souza Silva, Lawrence Santini Echenique.** Advogado Responsável: **Luis Guilherme de Souza Silva -** OAB/SP nº 316.225. JUCESP NIRE nº 3530058428-7 em 05.01.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações da SF 455 Participações Societárias S.A., realizada em 03 de janeiro de 2022. **Estatuto Social da SF 455 Participações Societárias S.A. -** *(em constituição)* - **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro.** A **SF 455 Participações Societárias S.A**. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjuntos 11 e 13, Bairro Pinheiros, CEP 05407-003, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. **Artigo Quarto.** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital: Artigo Quinto.** O capital social é de R$400,00 (quatrocentos reais), representado por 400 (quatrocentas) ações, sendo todas ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro**. Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Segundo.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo Sétimo.** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Primeiro.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e suas remunerações serão fixadas pela Assembleia Geral que os eleger, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos. **Parágrafo Segundo.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo Oitavo.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer 2 (dois) diretores, agindo em conjunto, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de 2 (dois) diretores, em conjunto, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, exceto em relação às procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único.** Dependerão de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Onze.** Compete à Diretoria gerenciar o andamento dos negócios da Companhia, praticando todos os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo Doze.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI - Disposições Gerais: Artigo Treze.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Artigo Quatorze.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável. **Artigo Quinze.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo Dezesseis.** A sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 1% previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Dezessete.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Dezoito.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, será proposta perante o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente, **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Advogado Responsável: **Luis Guilherme de Souza Silva -** OAB/SP nº 316.225. Anexo II à Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações da SF 455 Participações Societárias S.A., realizada em 03 de janeiro de 2022. **Boletim de Subscrição:** Emissora: SF 455 Participações Societárias S.A. Subscritor: LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 30.267.600-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 355.147.028-63, residente e domiciliado à Rua Fabia, nº 800, Apto. 51B, Vila Romana, São Paulo - SP CEP: 05051-030. Data da Emissão: 03 de janeiro de 2022. Ações Subscritas: 200 (duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Preço de Emissão Total: R$200,00 (duzentos reais), sendo integralizado o valor parcial de 10% das ações subscritas, totalizando o valor de R$ 20,00 destinados à conta de capital social. Integralização: Em moeda corrente nacional. **Luis Guilherme de Souza Silva.** Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente, **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Anexo III à Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações da SF 455 Participações Societárias S.A., realizada em 03 de janeiro de 2022. **Boletim de Subscrição:** Emissora: SF 455 Participações Societárias S.A. Subscritor: LAWRENCE SANTINI ECHENIQUE, brasileiro, casado, regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 43.727.670-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.198.918-28, residente e domiciliado à Rua Candido Lacerda, nº 312, Apto. 52, Bairro Vila Regente Feijó, São Paulo - SP CEP: 03336-010. Data da Emissão: 03 de janeiro de 2022. Ações Subscritas: 200 (duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Preço de Emissão Total: R$200,00 (duzentos reais), sendo integralizado o valor parcial de 10% das ações subscritas, totalizando o valor de R$ 20,00 destinados à conta de capital social. Integralização Em moeda corrente nacional. **Lawrence Santini Echenique.** Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente, **Lawrence Santini Echenique -** Secretário.

Unigel Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.303.439/0001-07 - NIRE nº 35.300.192.087

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Março de 2022

Data, Hora e Local: 16 de março de 2022, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, sala Unigel Participações, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-010, reuniram-se os Conselheiros da **Unigel Participações S.A. ("Companhia"). Convocação e Presença:** Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, com participação da totalidade dos membros do Conselho, participando ainda, como secretário autorizado o Sr. Murilo Cruz Garcia. **Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Henri Armand Slezynger e Secretário da Mesa: Murilo Cruz Garcia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a proposta do Conselho de Administração aos acionistas em relação **(a)** à aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de até **R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)** ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), por meio de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, observada a possibilidade de distribuição parcial das debêntures, sendo o volume de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme de colocação, e o volume de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços de colocação ("Oferta Restrita"), em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); e **(b)** a celebração, na qualidade de emissora das debêntures, do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A."* junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das debêntures ("Escritura de Emissão"). **(ii)** a autorização à Diretoria para adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da emissão, incluindo, mas sem limitação **(a)** a formalização da Escritura de Emissão; **(b)** a contratação dos coordenadores da Oferta Restrita e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como o agente de liquidação, o escriturador, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (B3), o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e os assessores legais, dentre outros; **(c)** a celebração do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A."*; bem como **(d)** a celebração de quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações, em caráter irrevogável e irretratável; e **Deliberações:** Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos Conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram: **(i)** A realização, pela Companhia, de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de até **R$ 500.000.000,00** (quinhentos milhões de reais), com as seguintes características e condições: **A) Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita será destinada para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Companhia; **B) Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **C) Distribuição e Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A."* ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), sob o (i) o regime de garantia firme de colocação com relação ao montante de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação para o montante de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), de forma individual e não solidária, a serem prestados na proporção cabível a cada Coordenador, conforme detalhado no âmbito do Contrato de Distribuição. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição da taxa final da Remuneração (conforme abaixo definido) e a alocação das ordens recebidas dos Investidores Profissionais. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, estando desde já as partes obrigadas a celebrar tal aditamento, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas ou aprovação societária adicional da Emissora. **D) Número da Emissão:** a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia. **E) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única. **F) Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de até **R$ 500.000.000,00** (quinhentos milhões de reais), observada a possibilidade de distribuição parcial das debêntures, sendo o volume de **R$ 400.000.000,00** (quatrocentos milhões de reais) distribuído em regime de garantia firme, e o volume de **R$ 100.000.000,00** (cem milhões de reais) distribuído em regime de melhores esforços, sendo certo que as Debêntures que não tiverem sido colocadas junto a Investidores Profissionais serão automaticamente canceladas, o que será formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária por qualquer das Partes ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos na Escritura de Emissão. **G) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 08 de abril de 2022 ("Data de Emissão"). **H) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures. **I) Espécie:** As debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Companhia para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Companhia. **J) Prazo e Data de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) das Debêntures e/ou Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) e/ou aquisição facultativa das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme os termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo portanto em 08 de abril de 2027. **K) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão. **L) Quantidade:** Serão emitidas até **500.000 (quinhentas mil)** debêntures. **M) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (cada uma, uma "Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Na Primeira Data de Integralização, as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada pro rata temporis desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização. As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. **N) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **O) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios mensais a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), que corresponderão a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI Over"), acrescida de um spread (sobretaxa) de até 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a ser verificado no Procedimento de Bookbuilding ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração em questão, a data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou a data de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com fórmula indicada na Escritura de Emissão. **P) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de outubro de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 08 dos meses de abril e outubro, até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela prevista na Escritura de Emissão. **Q) Amortização do saldo Do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, devidas sempre no dia 08 de abril dos anos subsequentes (cada uma, uma "Data de Amortização"), a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de abril de 2025, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela prevista na Escritura de Emissão. **R) Classificação de Risco:** Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a *Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda.* ("Agência de Classificação de Risco"). **S) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **T) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas ("Resgate Antecipado Facultativo Total") a partir do 31° (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 08 de novembro de 2024, inclusive. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) do prêmio de Resgate, calculado conforme abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive) e de eventuais encargos ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Para o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures incidirá prêmio correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano calculado pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. **U) Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme descrito na Escritura de Emissão. **V) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Instrução CVM nº 620, de 17 de março de 2020, conforme alterada, e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. **W) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31° (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 08 de novembro de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária, (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver), e (iv) do prêmio de Resgate, calculado conforme formula prevista na Escritura de Emissão, incidente sobre os montantes indicados nas alíneas (i) e (ii) acima ("Valor da Amortização Extraordinária"). Para a Amortização Extraordinária das Debêntures, incidirá prêmio correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano calculado pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, que será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **X) Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência das seguintes hipóteses, aqui listados de forma resumida, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais hipóteses serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos ali previstos (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"), incluindo mas não se limitando: **(1)** não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; **(2)** (a) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas; ou (b) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes (a ser definido na Escritura de Emissão); **(3)** declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no âmbito do mercado financeiro ou de capitais da Emissora; **(4)** caso a Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Distribuição sejam objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora, por suas controladoras e/ou pelas suas controladas; **(5)** em caso de cessão, venda ou qualquer forma de transferência ou alteração do controle da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes; **(6)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; **(7)** transformação do tipo societário da Emissora; **(8)** realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto da Escritura de Emissão, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; **(9)** se a Escritura de Emissão for declarada totalmente inválida, nula ou inexequível; **(10)** caso quaisquer declarações e garantias prestadas pela Emissora sejam falsas ou inverídicas; **(11)** não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; **(12)** protesto de títulos contra a Emissora; **(13)** descumprimento de decisão condenatória arbitral, administrativa ou judicial com exigibilidade imediata contra a Emissora; **(14)** caso a Escritura de Emissão seja objeto de questionamento judicial por terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora que vise a anulação, nulidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão e/ou quaisquer de suas disposições; **(15)** alteração ou modificação do objeto social principal disposto no Estatuto Social da Emissora; **(16)** inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação de pagamento fora do âmbito do mercado financeiro ou de capitais; **(17)** inadimplemento pela Emissora de quaisquer dívidas no âmbito do mercado financeiro ou de capitais da Emissora; **(18)** sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou das Controladas Relevantes; **(19)** desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, de propriedade ou posse, direta ou indireta, de bens da Emissora; **(20)** caso quaisquer declarações e garantias prestadas na Escritura de Emissão sejam incorretas ou incompletas; **(21)** cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, (a ser definido na Escritura de Emissão); **(22)** redução de capital social da Emissora; **(23)** descumprimento do seguinte índice e limite financeiro a ser definido na Escritura de Emissão. **(ii)** em relação ao item (ii) da Ordem do Dia, a autorização à Diretoria para adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas sem limitação **(a)** a formalização da Escritura de Emissão; **(b)** a contratação dos coordenadores e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta Restrita; **(c)** a celebração do Contrato de Distribuição; bem como **(d)** a celebração de quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações conforme o caso. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada, e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa - Henri Armand Slezynger; Secretário da Mesa - Murilo Cruz Garcia; Conselheiros Presentes - Henri Armand Slezynger, Marc Buckingham Szlezynger, Marcello De Simone, José Borges Matias e Weber Ferreira Porto). São Paulo, 16 de março de 2022. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Murilo Cruz Garcia -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 157.338/22-8 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Moraes nega pedido de Silveira para revogar tornozeleira eletrônica

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou na quarta-feira (30) pedido feito pela defesa do deputado federal Daniel Silveira (União Brasil-RJ) para revogar decisão que determinou a colocação de tornozeleira eletrônica.

Diante do descumprimento da medida, o ministro fixou multa diária de R$ 15 mil e mandou bloquear todas as contas bancárias do parlamentar para garantir o pagamento.

Alexandre de Moraes também abriu um inquérito pelo crime de desobediência de ordem judicial.

Por fim, o ministro determinou que o presidente da Câmara, Arthur Lira, indique dia, horário e local para a colocação da tornozeleira em Daniel Silveira e que adote medidas para descontar a multa do salário do parlamentar.

Na terça-feira (29), Moraes voltou a determinar que Daniel Silveira use tornozeleira eletrônica. Pela decisão, a medida deveria ser cumprida imediatamente pela Polícia Federal (PF), inclusive nas dependências da Câmara dos Deputados. No entanto, o parlamentar se recusou a colocar o aparelho e passou a noite de terça-feira em seu gabinete.

Em recurso apresentado ao STF, a defesa afirmou que Daniel Silveira não pode ser alvo de medidas que possam restringir o mandato, conforme foi decidido pela Corte no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.526, em 2017.

De acordo com os advogados, nos casos de medidas judiciais que tenham impacto no mandato parlamentar, a decisão precisa ser votada pela Câmara dos Deputados no prazo de 24 horas.

Na semana passada, Moraes determinou a volta do monitoramento eletrônico, mas a PF e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (Seap) não conseguiram cumprir a medida.

A nova decisão a favor do monitoramento foi motivada por um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em manifestação enviada ao STF, a subprocuradora Lindôra Araújo argumentou que Silveira continua a apresentar "comportamento delitivo" ao proferir, em público, "inúmeras ofensas" contra ministros do Supremo e ao próprio tribunal.

Silveira chegou a ser preso em flagrante em fevereiro de 2021, no âmbito de um inquérito que apura a realização de atos contra instituições democráticas, após ter divulgado vídeos com ameaças a ministros do Supremo. Ele posteriormente se tornou réu no mesmo processo. (Agencia Brasil)

Bolsonaro participa de lançamento da tecnologia 5G no agronegócio

O presidente Jair Bolsonaro participou na quarta-feira da cerimônia oficial para lançamento da tecnologia 5G no agronegócio, em uma fazenda na zona rural de Baixa Grande do Ribeiro, interior do Piauí. A cerimônia contou com a presença de ministros e parlamentares.

A Fazenda Ipê, em Baixa Grande do Ribeiro (PI), é a primeira no país a contar com a tecnologia 5G no meio rural.

Entre as possibilidades oferecidas pela nova tecnologia, está a alta capacidade de transferência de dados e de velocidade de internet, centenas de vezes superiores às do 4G. No campo, o 5G poderá transmitir dados e conectares milhares de dispositivos na mesma rede. Com isso, será possível, por exemplo, ampliar o uso de inteligência artificial com máquinas autônomas sem interferência humana e internet das coisas (máquinas e dispositivos conectados à internet). Está previsto o uso remoto de tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas.

O leilão do 5G foi realizado em novembro do ano passado e arrecadou R$ 47,2 bilhões. Entre as obrigações assinadas pelas operadoras que ganharam a concorrência, está a de levar o sinal 5G a 1,7 mil localidades afastadas dos centros urbanos e expandir o 4G para mais de 7 mil áreas da zona rural.

"A fazenda, com 5G da TIM, da Nokia, vai fazer com que o nosso agronegócio, que já é tão pujante, fique muito maior", disse o ministro Fabio Faria. Para o presidente Jair Bolsonaro, a tecnologia vai tornar o setor do agropecuário mais produtivo.

"Esse evento aqui traz, obviamente, tecnologia ao campo, é a primeira fazenda totalmente 5G Isso, certamente, vai ter um ganho de produtividade na casa de 20%, 25% ou 30%", afirmou.

Antes do evento no Piauí, Bolsonaro e comitiva participaram, pela manhã, da inauguração de uma estação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em Parnamirim (RN), cidade que fica na região metropolitana de Natal. (Agencia Brasil)

Senado aprova oferta de equipamentos e materiais pedagógicos adequados

O Senado aprovou, na quarta-feira (3), proposta que obriga o governo federal a fornecer mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados à idade e às necessidades específicas de cada estudante de escola pública. O texto segue para a sanção presidencial.

O projeto torna obrigatória a disponibilidade, nas instituições de educação básica e de educação superior, de mobiliário de qualidade, adequado à idade dos alunos e às suas especificidades de uso (destros, canhotos), assim como às necessidades das pessoas com deficiência.

Ao apresentar o relatório, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) lembrou que o projeto tramita há mais de 13 anos no Congresso Nacional, período em que foi concluído um Plano Nacional de Educação (2001-2011) e iniciada a execução de um outro (2014-2024). Para ele, a melhoria da qualidade do ensino exige a implantação de uma infraestrutura com instalações minimamente compatíveis com as necessidades dos alunos. (Agencia Brasil)

www.jornalodiasp.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C091-5D3B-967B-4557.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C091-5D3B-967B-4557.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C091-5D3B-967B-4557 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C091-5D3B-967B-4557

Hash do Documento

BDFE329144BCDF990A3CE1BC136DB2AE3A98EA5E0732D70BC7BC0DCB7BDA3ED9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

OMS estabelece plano para saída de fase emergencial da pandemia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou na quarta-feira (30) um plano atualizado para a covid-19, estabelecendo importantes estratégias que, se implementadas em 2022, permitirão que o mundo saia da fase emergencial da pandemia.

O plano inclui três cenários possíveis para como o vírus pode evoluir no próximo ano.

"De acordo com o que sabemos agora, o cenário mais provável é que o vírus da covid-19 continue evoluindo, mas a gravidade da doença que ele causa irá reduzir com o tempo enquanto a imunidade aumenta por conta da vacinação e das infecções", disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante um briefing.

Nesse cenário base, que serve como modelo de trabalho para a OMS, o vírus causa menos surtos graves, com altas periódicas em números de transmissão com a redução da imunidade. As doses de reforço podem ser necessárias para os que estão em maior risco. O vírus pode certamente entrar em um padrão sazonal, com picos nos meses mais frios, assim como a influenza.

No melhor cenário da OMS, as variantes futuras seriam "significativamente menos graves", e a proteção de doenças graves seria de longa duração, sem a necessidade de doses futuras de reforço ou mudanças significativas nas vacinas atuais.

No pior cenário, o vírus se transforma em uma ameaça nova, altamente transmissível e mortal. Nesse cenário, as vacinas seriam menos eficientes e a imunidade para doenças severas e morte cairia rapidamente, o que exigiria mudanças significativas nas atuais vacinas e uma campanha ampla de doses de imunidade para grupos mais vulneráveis.

Para ajudar a sair da fase emergencial, a OMS pediu que países mantenham ou aumentem suas capacidades de vigilância em relação ao vírus, para assim estarem atentos a sinais iniciais sobre mudanças no vírus. A entidade também pediu o melhoramento das habilidades de detecção da covid longa, para rastrear e reduzir consequências de longo prazo após o fim da pandemia. (Agencia Brasil)

TSE triplica número de urnas eletrônicas auditáveis

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai triplicar o número de urnas que serão auditadas nas eleições gerais de outubro, quando os eleitores votarão para cargos majoritários de presidente e governador, bem como para senador, deputado federal e estadual. A medida foi aprovada na terça-feira (29) pelo plenário do TSE.

"O objetivo é ampliar o alcance, a visibilidade e a transparência em todo o processo eleitoral", disse o tribunal em nota.

Os ministros atenderam a pedidos feitos por integrantes da Comissão de Transparência das Eleições, entre eles os representantes da Polícia Federal e do Ministério da Defesa, e os engenheiros Bruno de Carvalho Albertini, professor do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Universidade de São Paulo (USP), e Roberto Gallo, pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

Foi definido que nas unidades da federação com até 15 mil seções no Cadastro Eleitoral serão escolhidas ou sorteadas 23 seções, sendo as 20 primeiras urnas submetidas ao Teste de Integridade, e as demais ao Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais. Nas UF's com 15.001 a 30 mil seções, serão escolhidas ou sorteadas 35. As 27 primeiras urnas passarão pelo Teste de Integridade; as outras oito, pelo Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais.

Já nas demais UF's serão escolhidas ou sorteadas 43 seções, sendo as 33 primeiras urnas submetidas ao Teste de Integridade, e as demais ao Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais.

Foi definido ainda que os votos serão lançados na urna eletrônica por servidor efetivo do Poder Judiciário ou do Ministério Público. Antes, a norma previa apenas que tal atribuição seria apenas de servidor efetivo da Justiça Eleitoral. (Agencia Brasil)

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e ví o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

" ... o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério do Turismo (MTur) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentaram os resultados da 1ª edição do Projeto Experiências do Brasil Rural. O Projeto Experiências do Brasil Rural foi lançado em 2020 com o objetivo de impulsionar produtos e serviços da agricultura familiar associados ao turismo, de forma a proporcionar vivências inovadoras aos visitantes, diversificar a oferta turística nacional e gerar alternativas de renda no campo, a partir da formatação e do posicionamento de roteiros ..."

*** O Projeto Experiências do Brasil Rural é brasileira?**
*** O AgroTurismo é desenvolvimento para todos?**
*** Rural + Turismo é igual a conhecimento?**

Foto: Divulgação/Mapa

Rota *do Queijo Terroir Vertentes*

Conhecimento do país é muito importante. Como é importante o cidadão, as famílias, conhecerem seu país. Tem brasileiros que nunca sairam de sua própria cidade. Conhecer outros estados é conhecer também realidades diferentes. Aprendi muito. É muito importante o turismo rural porque traz conhecimento da realidade do interior do país. Aos 20 anos conheci a cidade do Rio de Janeiro, uma realidade completamente nova para mim. Com 22 anos fui estudar, no nordeste. Aprendi muito. O Brasil é um país grande e com realidades diferentes, uma região é diferente da outra. O turismo rural traz conhecimento, cultura e a revelação de um Brasil oculto para milhões.

- Por hoje é isto. Boa semana, forte abraço e até a próxima palavra Brasiliana. Paz, sossego, tranquilidade e harmonia.

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.508/0001-68

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Ativo/Circulante	**566.864**	**827.789**
Caixa e equivalentes de caixa	402.270	690.111
Impostos a recuperar	19.379	17.375
Despesas antecipadas	20	–
Partes relacionadas	639	318
Dividendos a receber	143.148	118.480
Outras contas a receber	1.408	1.505
Não circulante	**2.334.563**	**2.316.579**
Realizável a longo prazo:		
IR e CS diferidos	1.318	1.805
Depósitos judiciais	2.236	2.705
Empréstimo mútuo	274.224	104.527
Investimento	1.347.604	1.498.766
Imobilizado	68	35
Intangível	708.741	708.741
Direito de uso de bens arrendados	372	–
Total do ativo	**2.901.427**	**3.144.368**

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**10.850**	**713.791**
Fornecedores	90	65
Obrigações trabalhistas	1.619	1.688
Obrigações tributárias	3.517	3.356
IR e CS a recolher	2.811	289
Partes relacionadas	407	36
Dividendos obrigatórios	–	502.041
Empréstimos a pagar	–	204.424
Arrendamento a pagar	377	–
Outras contas a pagar	2.029	1.892
Não Circulante	**3.678**	**3.245**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.768	2.695
Passivo a descoberto em participações societárias	910	550
Patrimônio líquido	**2.886.899**	**2.427.332**
Capital social	1.689.377	872.477
Reservas de capital	798.711	794.798
Reservas de lucros	407.309	663.744
Outros resultado abrangentes	(2.926)	101.885
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.572)	(5.572)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.901.427**	**3.144.368**

Demonstrações do Resultado	2021	2020
Despesas operacionais: Comerciais	(148)	(62)
Com pessoal	(9.276)	(10.833)
Assessoria e representação	(5.402)	(3.482)
Depreciação e amortização	(137)	(4)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.435)	(1.482)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	6.029	4.636
Equivalência Patrimonial	408.874	350.912
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**398.505**	**339.685**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	28.614	13.511
Despesas financeiras	(3.177)	(4.718)
Lucro antes do IR e da CS	**423.942**	**348.478**
IR e CS		
Correntes	(5.709)	(1.884)
Diferidos	(488)	1.133
Lucro líquido do exercício	**417.745**	**347.727**
Média ponderada de ações	5.025	5.025
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações do capital social - R$	83,13	69,20

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Outros resultados abrangentes	**(104.811)**	**8.234**
Reconhecimento do ganho da parcela efetiva do instrumento financeiro por equiv. patrimonial	(107.793)	8.234
Reconhecimento Itens que poderão ser reclassificados para o resultado por equivalência patrimonial - benefícios a funcionários	2.982	–
Resultado abrangente do exercício	**312.934**	**355.961**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Outras Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**872.477**	**780.564**	**160.106**	**540.247**	**(5.572)**	**93.651**	**–**	**2.441.473**
Dividendos distribuídos exercício anterior	–	–	–	(311.332)	–	–	–	(311.332)
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	13.927	–	–	–	13.927
Transações de capital	–	14.234	–	–	–	–	–	14.234
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	347.727	347.727
Reserva legal	–	–	14.390	–	–	–	(14.390)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(86.932)	(86.932)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	8.234	–	8.234
Constituição de outras reservas	–	–	–	246.405	–	–	(246.405)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**872.477**	**794.798**	**174.495**	**489.249**	**(5.572)**	**101.885**	**–**	**2.427.332**
Transações de capital	–	3.913	–	–	–	–	–	3.913
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	(25.983)	–	–	–	(25.983)
Reversão de dividendos para aumento de capital	–	–	–	168.703	–	–	–	168.703
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	417.745	417.745
Reserva legal	–	–	20.887	–	–	–	(20.887)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(104.811)		(104.811)
Aumento de capital	816.900	–	–	(631.970)	–	–	(184.930)	–
Constituição de outras reservas	–	–	–	211.928	–	–	(211.928)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.689.377**	**798.711**	**195.383**	**211.926**	**(5.572)**	**(2.926)**	**–**	**2.886.899**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	417.745	347.727
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	137	4
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	9	–
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	–	2.129
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(73)	81
Imposto de renda e contribuição social diferidos	488	(1.133)
Equivalência patrimonial	(408.874)	(350.912)
	9.432	**(2.104)**
(Aumento) redução nos ativos:		
Impostos a recuperar	(2.004)	(805)
Outras contas a receber	97	(989)
Despesas antecipadas	(20)	136
Outros créditos com partes relacionadas	(321)	(280)
Depósitos judiciais	469	(532)
Dividendos a receber		
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(25)	(1.017)
Obrigações trabalhistas	69	1.688
Obrigações tributárias	(161)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(2.336)	289
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(371)	11
Outras contas a pagar	(137)	938
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**4.692**	**(2.671)**
Juros pagos	(2.109)	(4.424)
Juros recebidos	5.025	1.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(186)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**7.423**	**(5.267)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	409.836	314.976
Empréstimos líquidos concedidos	234.152	(106.135)
Aquisições de investimento	5.381	(19)
Aquisições ativo imobilizado e intangível	(170)	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**649.199**	**208.783**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(758)	–
Integralização de capital	(816.900)	–
Pagamento de dividendos	(333.337)	–
Empréstimos líquidos tomados	206.533	208.848
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(944.463)**	**208.848**
Aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	402.270	690.111
Saldo inicial	690.111	277.747
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(287.841)**	**412.364**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Edenred Brasil Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social principal a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, e em empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários, sob qualquer forma. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos:** Reforma da Taxa de juros de referência: As alterações da Fase 1 da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 48 | IFRS 9, CPC 38 | IAS 39 e CPC 40 | IFRS 7) modificam os requerimentos específicos de contabilidade hedge para permitir manter a contabilidade de hedge, para os hedges impactados, durante o período no qual os objetos de hedge ou instrumentos de hedge são alterados como consequência da reforma do índice de referência da taxa de juros. As alterações da Fase 2 da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 48 | IFRS 9, CPC 38 | IAS 39, CPC 40 | IFRS 7, CPC 11 | IFRS 4 e CPC 06 | IFRS 16) permite a Companhia refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias ("interbank offered rates - IBOR") para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou "risk free rates - RFRs") sem resultar em impactos contábeis que não forneceriam informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Alteração CPC 06 (R2), referente a Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: A norma de Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações do CPC 06 | IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. A Companhia não obteve reduções nos pagamentos provenientes dos benefícios relacionados à Covid-19. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. **e) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 25% e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante decorrem principalmente da provisão do ágio, ganhos monetários sobre obrigações e de despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera que seja recuperado. **f) Dividendos obrigatórios:** A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **a) Investimentos:** São registrados pelo custo e seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento do método de Equivalência Patrimonial. **b) Avaliação dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **5. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.689.377 (R$872.477), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, divididos em 5.025.453 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento no montante de R$816.900 ocorreu em 01 de dezembro de 2021 conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária mediante a capitalização integral da reserva de lucros da Companhia A composição do capital social em 31 de dezembro de 2021 compreende:

Acionistas	Quantidade de Ações	Participação %
Saminvest SAS França	2.658.097	52,89%
Edenred S.A.	425.085	8,46%
Edenred Belgium	1.942.272	38,65%
Total	**5.025.453**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não podendo exceder 20% do capital social, conforme previsto em legislação vigente. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar capital social. A reserva legal constituída em 2021 é de R$20.887 (R$14.380 em 2020). **c) Dividendos mínimos obrigatórios:** Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária fora deliberada a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$333.338. O Estatuto Social da Companhia determina que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, apurado na forma da Lei. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não constituiu dividendos mínimos obrigatórios pois em 01 de dezembro de 2021 parte do saldo de reserva de lucros da Companhia utilizado para o aumento de capital foi apurado mediante balanço levantado em 30 de junho de 2021. Superando a provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

Alaor Barra Aguirre - Diretor Presidente **Viviane Pampin Rodriguez** - Diretor Vice-Presidente **Adriana Rodrigues Chaves** - CRC.SP n° 260030/O-0

Sancionada lei que define verba para enfrentar violência contra mulher

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na quarta-feira (30) a Lei nº 123, de 2019, que garante 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

"O Governo Federal assumiu esse compromisso com as mulheres. Por isso, essa é uma medida extremamente importante e o Ministério da Justiça e Segurança Pública está empenhado em priorizar ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Vamos intensificar nossas operações e criar mecanismos para cuidar e preservar a vida de todas", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

A medida tem o objetivo de fortalecer ações de combate a esse tipo de violência e a elaboração de um plano estadual. Entre os critérios de aplicação dos recursos do FNSP serão incluídos também metas e resultados relativos à prevenção e ao combate à violência contra a mulher.

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, desde 2019 foram repassados R$ 2,3 bilhões aos estados e Distrito Federal por meio do fundo. Esses recursos também são destinados às ações de prevenção e ao enfrentamento à criminalidade.

Ainda de acordo com o órgão, as operações Maria da Penha e Resguardo I e II registraram mais de 400 mil vítimas atendidas; 25.534 pessoas presas; 71.913 inquéritos instaurados e 102.774 medidas protetivas de urgência solicitadas.

O MJSP informa que investiu mais de R$ 8 milhões em cursos de capacitação e qualificação de agentes das forças de segurança federais e estaduais que atuam no atendimento às vítimas de violência e que lançou o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.

Em 2021, por meio da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, o MJSP disponibilizou mais de 10 cursos, online e presenciais, que contaram com a participação de aproximadamente 26 mil agentes. (Agencia Brasil)

Reajuste para funcionalismo será decidido até junho, diz Tesouro

A reposição da inflação para o funcionalismo público federal será decidida até o fim de junho, quando acaba o prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disse na quarta-feira (30) o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Até 30 de junho, o governo poderá encaminhar reajustes que reponham a perda da inflação.

Em entrevista para explicar o resultado fiscal de fevereiro, o secretário afirmou que o Orçamento de 2022 destina R$ 1,7 bilhão para reajustes ao funcionalismo. Gastos acima disso, ressaltou Valle, precisarão ser compensados com redução em outras despesas.

Por se tratar de ano eleitoral, reajustes acima da inflação só poderão ser concedidos até seis meses antes das eleições, de acordo com a Lei 9.504/1997. Neste ano, o prazo acaba no sábado (2), e o Ministério da Economia descarta planos de reajustes acima da inflação.

No fim do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro tinha prometido destinar a verba para reajustar salários de agentes federais de segurança, como policiais federais, agentes penitenciários e policiais rodoviários federais. No entanto, logo após a aprovação do Orçamento, o presidente disse que as categorias que terão reajuste ainda não estão definidas.

Por causa da indefinição em torno de quem receberá reajuste, diversas categorias têm promovido paralisações e operações-padrão desde o fim do ano passado. Na quarta-feira, os médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entraram em greve. Na sexta-feira (1º), será a vez de os servidores do Banco Central cruzarem os braços.

Sobre as diversas paralisações e greves no serviço público, o secretário do Tesouro defendeu o alinhamento das carreiras dos servidores, evitando que uma categoria receba reajuste maior que outra. "A experiência mostra que sempre que você toma uma medida em que uma carreira é mais beneficiada que a outra, o movimento tende a se agravar, não sei se a palavra é muito forte, mas tende a ficar mais radical", declarou Paulo Valle.

Combustíveis

Durante a entrevista, o secretário também se disse contrário à criação de um fundo com recursos públicos para controlar preços de combustíveis. Esse fundo subsidiaria os combustíveis em momentos de alta do petróleo e seria abastecido com receitas quando o produto estivesse em baixa.

A criação do fundo era defendida pelo economista Adriano Pires antes de ele ser indicado à presidência da Petrobras. Há cerca de dez dias, o futuro presidente da estatal escreveu um artigo em um site no qual apresentava a proposta. Os recursos poderiam vir dos dividendos pagos pela Petrobras à União, dos royalties do petróleo ou da venda de óleo da estatal PPSA, que comercializa o petróleo da camada pré-sal. O fundo operaria de três a seis meses.

O secretário do Tesouro defendeu a focalização do gasto público, com benefícios voltados para a população mais pobre, como o Auxílio Gás, em vez de um fundo para os combustíveis que beneficie quem tem carro. "Quando algo está afetando a população mais pobre, você dá alguma medida para aquela população. Não precisa dar um benefício para toda a população atingindo classe baixa, média e alta", justificou. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9A0-5B42-8224-FB81.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9A0-5B42-8224-FB81.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C9A0-5B42-8224-FB81 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C9A0-5B42-8224-FB81

Hash do Documento

B3DE59AE729C2243B52252F2F03DD278E43AC5CC3C9CAAB556AD97E53423706A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Governo planeja flexibilizar regra sobre uso de máscara no trabalho

O governo federal estuda flexibilizar, em breve, a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção respiratória em ambientes de trabalho. A informação foi confirmada na quarta-feira (30) pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. “Estamos procurando harmonizar as medidas que já vêm sendo adotadas por estados e municípios”, disse Queiroga.

O ministro participou da cerimônia de apresentação do novo plano de integridade da pasta, com ações que serão desenvolvidas ao longo deste e do próximo ano para combater a corrupção no âmbito do ministério.

Segundo o secretário executivo da pasta, Rodrigo Otávio da Cruz, a “possibilidade de flexibilização do uso das máscaras no ambiente de trabalho” vem sendo discutida, conjuntamente, pelos ministérios da Saúde e do Trabalho e Previdência.

“Estamos discutindo algumas redações, algumas questões jurídicas, com a expectativa de publicarmos uma portaria interministerial em breve”, ressaltou Cruz. Segundo ele, o que se espera é que o instrumento legal, contendo as novas instruções e procedimentos, esteja pronto para publicação até a próxima semana, no máximo.

As medidas em análise visam a modificar o estabelecido pela Portaria Interministerial nº 14, de janeiro deste ano. O texto estabelece que o uso de máscaras cirúrgicas ou de tecido devem ser obrigatoriamente mantidos em ambientes de trabalho – determinação que, enquanto estiver em vigor (o que ocorrerá até a publicação de uma nova portaria interministerial que a torne sem efeito), se sobrepõe ao eventual fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados por governadores e prefeitos.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, antes de alterar as regras para uso de máscaras em ambientes laborais, o governo federal deve propor novas normas para a entrada de viajantes no Brasil. “O que está mais próximo, de fato, é a portaria interministerial para ajuste da fronteira, em função das orientações e recomendações da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária], que permitiu algumas flexibilizações”, disse Cruz, referindo-se à nota técnica que a agência reguladora emitiu no último dia 23.

Na nota, a Anvisa recomendou aos ministérios da Saúde, da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública e da Infraestrutura, que atualizem a Portaria Interministerial 666/2022, que, em janeiro deste ano, estabeleceu as “medidas excepcionais e temporárias” para a admissão da entrada de visitantes em território brasileiro, devido à preocupação com o aumento do número de casos de covid-19 registrado no início do ano, em virtude da Ômicron.

Durante o evento, Queiroga e Cruz negaram que o governo tenha proposto alterar o status da pandemia de covid-19 para endemia. Segundo o secretário executivo, o que se discute, por estar dentro da esfera de competência do ministério, é o reconhecimento federal do fim da emergência de saúde pública de importância nacional, declarada em 3 de fevereiro de 2020.

“O que compete ao Ministério da Saúde é, de fato, decretar o fim da emergência de saúde pública de importância nacional. E não rebaixar o nível de pandemia para endemia”, disse Cruz, após o ministro assegurar que ainda não há nenhuma definição mesmo quanto a esta eventual mudança.

“Apesar de este ser um ato discricionário de ministro, depende de uma série de análises, como a análise do cenário epidemiológico – o que, felizmente, a cada dia ruma para um controle maior da disseminação da doença. Temos uma queda sustentada no número de casos pelos últimos 15 dias. Queda no número de óbitos. A segunda condição é a estrutura do nosso sistema hospitalar, sobretudo das UTIs. O terceiro ponto é termos determinados medicamentos que podem ter ação mais eficaz no combate à covid-19, em sua fase inicial, para impedir que a doença evolua para a forma grave.” (Agencia Brasil)

Fiocruz coloca Paraná entre os melhores do Brasil na vigilância de zoonoses e animais silvestres

A Secretaria de Saúde do Paraná (Sesa) recebeu na terça-feira (29), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o prêmio “10+ Colaboradores do SISS-GEO 2021”. A Sesa ficou em 5° lugar entre os parceiros mais realizaram notificações na plataforma do Sistema de Informação em Saúde Silvestre (SISS-GEO), na categoria “Equipes de Unidades de Saúde, Ambiente e Outros Órgãos”, sendo a primeira secretaria estadual, ao lado de Santa Catarina.

O reconhecimento é realizado anualmente e certifica a participação da sociedade, profissionais de saúde e outros órgãos na vigilância de zoonoses e no monitoramento de animais silvestres.

“Ficamos honrados com a premiação da Fiocruz. Esse reconhecimento é muito importante, pois demonstra que o trabalho executado pela Sesa foi e está sendo efetivo no monitoramento dos agravos, como a febre amarela. Por meio do sistema é possível adotar estratégias de prevenção em regiões onde o vírus está circulando em tempo oportuno”, disse o secretário estadual da Saúde, Beto Preto.

O sistema, que é utilizado para mapear macacos saudáveis, adoecidos ou mortos acometidos pelo vírus da febre amarela, foi adotado de forma pioneira nos 399 municípios paranaenses. A Sesa promoveu capacitações in loco nas 22 Regionais de Saúde, que abordaram a vigilância de epizootias, a utilização da plataforma SISS-Geo e o cadastramento dos logins institucionais para todos os municípios.

“A perspectiva agora é para que possamos usar essa ferramenta na ampliação das ações e procedimentos da Vigilância em Saúde no Paraná, para que possamos vigiar e cuidar cada vez mais da saúde da nossa população”, explicou a diretora de Atenção e Vigilância em Saúde, Maria Goretti David Lopes.

O SISS-GEO é uma ferramenta tecnológica operacional e participativa, desenvolvida pela Fiocruz, utilizada pela vigilância para monitoramento do vírus amarílico, que circula na área silvestre, não só por técnicos da saúde, mas também pela própria população, por meio de qualquer smartphone (app Sissgeo). (AEN-PR)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	358	1
Impostos a recuperar	5	46	-
Total do ativo circulante		404	1
Total do ativo		404	1
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**Notas**	**2021**	**2020**
Passivo circulante			
Fornecedores	6	-	1
Obrigações tributárias	7	6	-
Partes relacionadas	8.1	-	25
Outras obrigações	9	357	-
Total do passivo circulante		363	26
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	1	1
Reserva legal	10.2	2	
Lucros acumulados		38	(26)
Total do patrimônio líquido		41	(25)
Total do passivo e patrimônio líquido		404	1

Demonstrações de resultados

	Notas	2021	De 03/07/2020 a 2020
Receita Operacionais	12	47.529	-
Custo dos serviços prestados	13	(56.880)	-
Prejuízo bruto		(9.351)	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(188)	(24)
Despesas tributárias		(40)	(2)
		(228)	(26)
Resultado operacional		(9.579)	(26)
Receitas financeiras	15.1	72.646	-
Despesas financeiras	15.2	(62.988)	-
Resultado financeiro		9.658	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias		79	(26)
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.1	(13)	-
Resultado do exercício / período		66	(26)
Prejuízo básico por ação - Reais		0,13200	-0,05200

Demonstrações de resultados abrangentes

	2021	De 03/07/2020 a 2020
Resultado do exercício / período	66	(26)
Resultado abrangente do exercício / período	66	(26)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	De 03/07/2020 a 2020
Atividades operacionais		
Resultado do exercício / período	66	(26)
Aumento/(redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(46)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a pagar	(1)	1
Obrigações tributárias	6	-
Partes relacionadas	(25)	25
Outras obrigações	357	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	357	-
Das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	-	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	357	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	358	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	357	1

Demonstração do valor adicionado

	2021	De 03/07/2020 a 2020
Receitas	47.529	
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(56.880)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(188)	(24)
Valor adicionado bruto	(9.539)	(24)
Depreciações e amortizações		
Valor adicionado líquido produzido	(9.539)	(24)
Receitas financeiras	72.646	-
Valor adicionado recebido em transferência	72.646	-
Valor adicionado total a distribuir	63.107	(24)
Impostos Taxas e Contribuições	53	2
Impostos e contribuições	53	2
Remuneração do Capital de Terceiros	62.988	-
Despesas financeiras	62.988	-
Remuneração do Capital Próprio	66	(26)
Resultado do período	66	(26)
Valor total adicionado	63.107	(24)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos iniciais		-		-	-
Integralização de capital	10.1	1	-	-	1
Resultado do período	-	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	-	(26)	(25)
Resultado do exercício		-	-	66	66
Constituição da reserva legal		-	2	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1	2	38	41

Notas explicativas

1. Contexto operacional: A **Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 (“Créditos Financeiros”); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **1.1. Impactos do COVID-19:** Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das demonstrações financeiras. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas demonstrações financeiras, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras. A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Autorização:** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 10 de março de 2022. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras **(i)**	357	-
Total	**358**	**1**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal de aproximadamente 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Carteira de créditos:** De acordo com os termos e condições estabelecidos na Escritura, a carteira de crédito é o fluxo da *Cédula de Crédito Bancário (CCB)* emitida pelo emitente. **a) Descrição das características dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos do fluxo financeiro de juros e amortização da Cédula de Crédito Bancário (CCB). **b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** Não se aplica. **c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios:** A Cédula de Crédito Bancário (CCB) e seu fluxo conta com coobrigação pelo emitente. **d) Composição dos recebíveis:** Movimentação dos recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	2021
Carteira de crédito (aquisição)	362.465
Carteira de crédito (juros e atualizações)	72.103
Prêmio de capitalização (juros)	355
Receita prêmio s/ resgate antecipado **(i)**	43.186
Juros e atualizações pagos	(478.109)
Total	**-**

(i) Receita prêmio s/resgate antecipado: 12.262 de Waiver Fee referente a Incorporação da Chipley Sp Participações S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob nº 17.643.213/0001-34 (“CHIPLEY”) e outras, pela Renova Energia S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob nº 08.534.605/0001-74 (“RENOVA”), previsto na ata de debenturistas da Companhia de 10 de novembro de 2021 e 30.924 referentes ao Prêmio de Liquidação Antecipada, conforme prevista na Cláusula 3.3.2. da CCB. **e) Perdas estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa:** Não se provisionou saldo para Crédito de Liquidação Duvidosa. **5. Impostos a recuperar:** Os saldos em 31 de dezembro de 2021, se referem basicamente a estimativas de IRPJ/CSLL e outros impostos a compensar no valor de R$ 46. **6. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2021, não houve saldo a pagar com prestadores de serviços (R$ 1 em 2020).

7. Obrigações tributárias

Descrição	2021
IRPJ/CSLL	2
Outros Impostos	4
Total	**6**

7.1. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado do exercício	79	(26)
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(24)	-
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	55	(26)
Taxa efetiva para Impostos	24%	24%
(=) Imposto de renda e contribuição social	(13)	(-)

8. Partes relacionadas: 8.1. Transações com partes relacionadas:

Descrição	2021	2020
Travessia Assessoria Financeira Ltda	-	25
Total	**-**	**25**

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **8.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro de 2021. **9. Debêntures:** De acordo com a Escrituração das debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de até R$ 390.000 (trezentos e noventa milhões de reais) com a integralização de 390.000 (trezentos e noventa mil) debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo: **a)** A 1ª série (Sênior) será composta por 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures; **b)** A 2ª série (Subordinada) será composta por 70.000 (setenta mil) debêntures. **9.1. Integralização das debêntures:** A Companhia integralizou até o fechamento deste relatório 307.567 (trezentas e sete mil, quinhentas e sessenta e sete) debêntures da 1ª Série e 50.069 (cinquenta mil e sessenta e nove) debêntures da 2ª série, seguindo a possibilidade de distribuição parcial dessa emissão. **a) Remuneração:** A 1ª Série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 11,0% ao ano. A 2ª Série de debêntures possui juros remuneratórios correspondentes a 15,0% ao ano. **b) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Não há provisão de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa. **d) Dação em pagamento:** A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira liquida), e pelos valores líquidos das debêntures existentes nesta transação. **9.2. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	2021
1ª Emissão de debêntures - 1ª Série	323.123
Ágio emissão de debentures – 1ª Série	(3.589)
Juros emissão de debentures – 1ª Série	52.669
Amortização emissão – 1ª Série	(372.203)
Total	**-**
Descrição	**2021**
1ª Emissão de debêntures - 2ª Série	52.601
Ágio emissão de debentures – 2ª Série	(586)
Juros emissão de debentures – 2ª Série	10.317
Amortização emissão – 2ª Série	(62.332)
Total	**-**
Remuneração prêmios a pagar **(i)**	45.507
Prêmios pagos	(45.150)
Fundo de despesas **(ii)**	(357)
Total das emissões	**-**

(i) Os saldos com outras obrigações referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debêntures, 8.918 de Waiver Fee, sendo 7.669 devido aos titulares das Debêntures Primeira Série e 1249 aos titulares das Debêntures Segunda Série, referente a Incorporação da Chipley SP Participações S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob nº 17.643.213/0001-34 (“CHIPLEY”) e outras, pela Renova Energia S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ sob nº 08.534.605/0001-74 (“RENOVA”), previsto na ata de debenturistas da Companhia de 10 de novembro de 2021, 21.064 referente ao Prêmio de Amortização Antecipada, devido aos titulares das Debêntures Primeira Série, previsto na Cláusula 5.2.2 da Escritura de Emissão de Debêntures da Companhia e 15.168 referente Prêmio das Debêntures Segunda Série, conforme previsto na Cláusula 4.5.4.2 da Escritura de Emissão de Debêntures da Companhia; (ii) Referem-se ao saldo retido em conta corrente para quitação de despesas. **10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social:** O capital social subscrito da Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **10.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 o valor de reserva legal é de R$ 2. **10.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **11. Provisão para contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2021 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

12. Receitas operacionais

Descrição	2021
Receita de prêmio s/recebíveis	43.186
Ágio sobre debentures	4.174
Receita de Prêmio das debêntures	169
Total	**47.529**

13. Custos gerais

Descrição	2021
Remuneração dos debenturistas **(a)**	(45.676)
Gestão de Carteiras	(9.368)
Honorários Advocatícios	(1.150)
Análise de Rating	(368)
Banco liquidante, Escriturado, Custo B3	(156)
Cartório	(57)
Coordenador Lider	(36)
Agente de Liquidação	(27)
Agente Fiduciário	(20)
Taxas CVM	(19)
Taxa de Registro	(3)
Total	**(56.880)**

(a) Os saldos se referem aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recalculo mensal do fundo de reserva e do excesso de spread entre a taxa da carteira e taxa da cessão. **14. Despesas gerais e administrativas:** Em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais, administrativas e tributárias estão assim compostas:

Descrição	2021	De 03/07/2020 a 2020
Assessoria contábil	(82)	-
Anúncios e publicações	(77)	-
Auditoria	(28)	(12)
Outras despesas/ receitas Adm.	(1)	(1)
Publicidade e propaganda	-	(11)
Total	**(188)**	**(24)**

15. Resultado financeiro: Em 31 de dezembro de 2021 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

15.1. Receitas financeiras

Descrição	2021
Receita de juros s/carteira de crédito	72.457
Rendimento de aplicações financeiras	187
Outras receitas financeiras	2
Total	**72.646**

15.2. Despesas financeiras

Descrição	2021
Juros sobre as debêntures	(62.985)
Despesas bancárias	(3)
Total	**(62.988)**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **16.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro 2021 são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **17. Relação com auditores:** De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa. **18. Eventos subsequentes:** Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia se reunião para realizar (i) a alteração da razão social da Companhia para “Travessia Securitizadora II S.A.”; (ii) alteração do objeto social da Companhia; e (iii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; A Companhia alterou o objeto social para: (i) a aquisição, a venda e a securitização de créditos e/ou direitos creditórios, bem como a prestação de garantias, caso e conforme aplicável; (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitada a legislação aplicável; (iii) a gestão e administração de carteiras de créditos e/ou direitos creditórios; (iv) a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos e/ou direitos creditórios supracitadas; (vi) a participação acionária em outras sociedades, incluindo, mas não se limitando, a possibilidade de deter subsidiárias integrais. Para o ano de 2022, a Companhia pretende focar na aquisição de subsidiárias integrais, conforme Resolução CVM nº 60, publicada em 23 de dezembro de 2021.

A Diretoria — **Rogério Rodrigues Ferreira** – Contador - CRC 1SP 242.561/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** - São Paulo – SP.

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”): Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Multi PCH Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 10 de março de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1
Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D324-1CAE-C82B-856A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D324-1CAE-C82B-856A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D324-1CAE-C82B-856A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D324-1CAE-C82B-856A

Hash do Documento

E59EAEE9FA303D937FC5071419E670924DE1DDE4E50EE2F01B5DF2F1C6895242

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Environmental ESG Participações S.A.

CNPJ nº 09.527.023/0001-23

Relatório da Administração

Resultados 4T21: Mensagem da Administração: Em 2021 foram feitas diversas aquisições, conforme o plano de crescimento que havia sido estipulado pela Ambipar. O foco das aquisições foram empresas que agregam valor a plataforma das verticais de crescimento, aumentam o know-how do grupo em novas tecnologias e serviços. No 4T21, a empresa apresentou um crescimento majoritariamente orgânico com aumento de margem. Entre os fatores que influenciaram esse crescimento, está a captura de sinergias comerciais, operacionais e administrativas das aquisições feitas ao longo do ano, com a ampliação de serviços oferecidos alavancados pelos esforços de *cross-selling* da carteira de clientes e otimização na aquisição de insumos. No 4T21, foram anunciadas 6 aquisições: **I. Brasil Coleta:** Há mais de 24 anos no mercado de Gerenciamento de Resíduos, a Brasil Coleta tem em seu DNA a especialização em captação, valorização e comercialização de Resíduos Industriais e Materiais Recicláveis, incluindo a logística reversa. Suas plantas industriais, localizadas nos estados de São Paulo e Amazonas, são projetadas para processamento de grandes volumes, que viabiliza redução de custos logísticos e operacionais. **II. BLEU:** Atua na oferta de soluções de tokenização de ativos, gestão de carteiras digitais, desenvolvimento de smartcontracts via blockchain, consultoria e rastreabilidade de insumos em blockchain e desenvolvimento de blockchains próprias. Com essa aquisição, a Ambipar adquire a expertise de desenvolver soluções tecnológicas via blockchain, que serão utilizadas para rastrear resíduos e toda sua cadeia, desde a geração e movimentação, até a valorização, acompanhando portanto sua trajetória dentro da economia circular e trazendo transparência, governança, segurança, compliance e confiabilidade ao processo, através do produto "Gênio Tracking". **III. MCZ Soluções Ambientais:** Atua no gerenciamento de resíduos, exclusivamente em operações privadas. Esta aquisição amplia a presença da Companhia na região Nordeste (AL) e fortalece a posição de liderança na oferta de soluções para gerenciamento e valorização total de resíduos. **IV. Ecológica Resíduos Industriais:** Atua na Paraíba e faz parte do grupo Ecológica Nordeste, empresa adquirida 100% pela Ambipar em junho de 2021. Esta aquisição permite a Ambipar: (i) ampliar o escopo do contrato de fornecimento de resíduos processados como matéria prima para os fornos de cimento das cimenteiras; (ii) gerar sinergias na valorização de resíduos; (iii) expandir a presença da Companhia na região Nordeste e (iv) fortalecer sua posição de liderança na oferta de soluções para gerenciamento total de resíduos. **V. WATU:** A VG através dessa aquisição, busca manter excelência em soluções de consultoria ligadas aos pilares ESG, como: produção de Relatório de Sustentabilidade, desenho de Posicionamento Estratégico ESG, projetos de Inclusão Dialogada da Sustentabilidade no Sistema de Gestão, projetos de Planejamento de Engajamento de Stakeholders, oferta de Mentoria ESG para a alta liderança, desenho de Matriz de Materialidade ESG, desenho de Visão 2030, projeto de Análise de Maturidade em Sustentabilidade, projetos de apoio ao desenho de Índices de Sustentabilidade, realização de Benchmark Setorial e apoio à Projetos de Sustentabilidade para Atendimento de Objetivos Estratégicos. **VI. Ecotec:** Com 13 anos desde sua fundação, a Ecotec oferece gerenciamento de resíduos industriais com operação no estado da Paraíba. A **receita bruta atingiu R$501 milhões no 4T21**, crescimento de 306% comparado ao 4T20, devido as aquisições e aos novos contratos de gestão total de resíduos. O **EBITDA** do 4T21 foi de R$112 milhões com **margem EBITDA** de 26,3%, aumento de R$ 83 milhões em relação ao mesmo período de 2020. Muito obrigado a todos.

Thiago da Costa Silva - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Desempenho Financeiro Environment

Demonstração de Resultado (R$ milhões)	4Q20	3Q21	4Q21	2020	2021	2021 pro forma[1]
Receita bruta	**123,6**	**446,4**	**501,0**	**391,4**	**1.276,8**	**2.004,2**
Gestão total de resíduos	66,8	275,5	297,4	223,4	792,1	1.189,4
Brasil	66,8	171,0	177,2	223,4	567,5	708,9
Internacional	-	104,5	120,1	-	224,6	480,5
Pós-consumo	4,0	57,4	76,0	10,0	137,0	304,1
Crédito de Carbono	-	3,4	8,3	-	11,7	33,1
Outros	52,8	110,1	119,4	158,0	336,0	477,5
Brasil	52,8	59,4	70,6	158,0	236,6	282,6
Internacional	–	50,7	48,7	–	99,4	195,0
Deduções	(17,3)	(63,8)	(74,8)	(55,0)	(184,1)	(299,3)
Receita líquida	**106,3**	**382,6**	**426,2**	**336,4**	**1.092,8**	**1.704,9**

Demonstração de Resultado (R$ milhões)	4Q20	3Q21	4Q21	2020	2021	2021 pro forma[1]
Custo do Serviço Prestado (Caixa)	**(73,4)**	**(259,0)**	**(277,0)**	**(232,3)**	**(731,1)**	**(1.107,8**
Pessoal	(38,3)	(137,8)	(154,7)	(125,7)	(394,4)	(619,0)
Terceiros	(10,7)	(49,7)	(53,9)	(27,6)	(131,0	(215,7)
Combustível	(4,5)	(11,8)	(15,1)	(16,6)	(40,9)	(60,4)
Frete	(4,9)	(6,8)	(5,2)	(18,0)	(23,3)	(20,6)
Manutenção	(4,1)	(30,3)	(27,6)	(14,8)	(72,9)	(110,5)
Impostos	(1,0)	(3,1)	(1,4)	(3,6)	(7,6)	(5,8)
Marketing	(0,5)	(4,1)	(2,7)	(1,4)	(9,1)	(10,9)
Materiais	(0,5)	(3,3)	(3,3)	(1,8)	(8,5)	(13,2)
Telecomunicações	(0,4)	(0,6)	(0,7)	(1,4)	(2,2)	(2,8)
Viagens	(0,4)	(1,0)	(1,2)	(0,9)	(3,3	(4,9)
Aluguéis	(0,2)	(1,6)	(1,9)	(0,2)	(4,6)	(7,4)
Outros	(8,2)	(8,8)	(9,1)	(20,4)	(33,3)	(36,5)
Despesas Gerais e Administrativas (Caixa)	**(4,0)**	**(29,8)**	**(37,2)**	**(12,2)**	**(77,1)**	**(149,0)**
EBITDA	**28,9**	**93,8**	**112,0**	**91,9**	**284,6**	**448,0**
Margem EBITDA (%)	**27%**	**25%**	**26%**	**27%**	**26%**	**26%**

[1] Considera 4T21 anualizado

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.771	–	397.636	368
Contas a receber	5	–	–	303.454	3.168
Impostos a recuperar	6	1.405	319	31.099	917
Dividendos a Receber	15	3.480	–	–	–
Outras contas a receber		13.161	277	58.805	417
		70.817	**596**	**790.994**	**4.870**
Não circulante					
Partes relacionadas	15	37.656	41	16.845	41
Contas a receber	5	–	–	9.129	–
Impostos a recuperar	6	–	3	9.386	3
IR e CS diferidos	20	458	457	23.889	457
Depósitos judiciais	14	–	–	2.010	4
Outras contas a receber		–	–	5.626	–
Investimentos em controladas	7	1.977.334	36.913	–	–
Imobilizado	8	6.103	216	975.433	666
Intangível	9	1	5	1.327.185	36.918
		2.021.552	**37.635**	**2.369.503**	**38.089**
Total do ativo		**2.092.369**	**38.231**	**3.160.497**	**42.959**

Passivo e patrimônio líquido/Circulante	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	189.851	346
Debêntures	11	60.000	–	60.000	–
Fornecedores	12	1.062	–	53.281	339
Salários e encargos sociais a pagar		456	–	45.330	1.928
Dividendos a Pagar	15	2.536	–	4.116	–
Impostos a recolher		480	–	43.240	1.624
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	110.067	8.000	119.245	8.000
Passivo de arrendamento	13	–	–	20.492	–
Outras contas a pagar		–	–	–	1.055
		174.601	**8.000**	**535.555**	**13.292**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	443.923	–	925.463	748
Debêntures	11	824.648	–	824.648	–
Impostos a recolher		–	–	4.774	2.000
Partes relacionadas	15	604.273	1.284	574.261	3.108
Provisão para perdas com investimentos	7	18.344	5.151	–	–
IR e CS diferido	20	–	–	130.082	–
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	10.065	8.000	16.812	8.000
Provisão para contingências	14	2	10	2.146	10
Passivo de arrendamento	13	–	–	24.481	–
		1.901.255	**14.445**	**2.502.667**	**13.866**
Patrimônio líquido	16				
Capital social		18.000	2.000	18.000	2.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		–	16.000	–	16.000
Reservas de Lucros		8.142	–	8.142	–
Ajuste Acumulado de Conversão		(9.629)	–	(9.629)	–
Resultados Acumulados		–	(2.214)	–	(2.214)
Atribuível ao controlador		16.513	15.786	16.513	15.786
Participação dos acionistas não controladores		–	–	105.762	15
		16.513	**15.786**	**122.275**	**15.801**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.092.369**	**38.231**	**3.160.497**	**42.959**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva de lucros a realizar	Ajuste Acumulado de Conversão	Resultados Acumulados	Total atribuível ao controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**2.000**	**–**	**–**	**–**		**(1.649)**	**351**	**–**	**351**
Resultado do período	–	–	–	–	–	(565)	(565)	–	(565)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	16.000	–	–	–	–	16.000	–	16.000
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	–	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.000**	**16.000**	**–**	**–**	**–**	**(2.214)**	**15.786**	**15**	**15.801**
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**2.000**	**16.000**	**–**	**–**	**–**	**(2.214)**	**15.786**	**15**	**15.801**
Aumento de capital	16.000	(16.000)	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste Acumulado de Conversão	–	–	–	–	(9.629)	–	(9.629)	–	(9.629)
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	–	87.822	87.822
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	12.892	12.892	17.925	30.817
Destinação do lucro:									
Reserva legal	–	–	534	–	–	(534)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(2.536)	(2.536)	–	(2.536)
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	7.608	–	(7.608)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.000**	**–**	**534**	**7.608**	**(9.629)**	**–**	**16.513**	**105.762**	**122.275**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	17	**–**	**30**	**1.092.768**	**4.086**
Custo dos serviços prestados	18	–	(48)	(867.175)	(4.178)
Resultado bruto		**–**	**(18)**	**225.593**	**(92)**
(Despesas)/receitas operacionais					
Gerais, administrativas e com vendas	18	(2.823)	(268)	(77.054)	(268)
Equivalência patrimonial	7	71.433	(239)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	74	1	4.070	450
		68.684	**(506)**	**(72.984)**	**182**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**68.684**	**(524)**	**152.609**	**90**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	19	(59.195)	(46)	(116.715)	(663)
Receitas financeiras	19	3.403	2	10.970	5
		(55.792)	(44)	(105.745)	(658)
Resultado operacional antes do IR e da CS		**12.892**	**(568)**	**46.864**	**(568)**
IR e CS - Corrente	20	–	–	(23.282)	–
IR e CS - Diferido	20	–	3	7.235	3
Resultado do exercício		**12.892**	**(565)**	**30.817**	**(565)**
Atribuível aos: Controladores		12.892	(565)	12.892	(565)
Não controladores		–	–	17.925	–
Quantidade de ações do capital social no final do período		216.000.000	2.000.000		
Resultado por ação (básico e diluído) no fim do período (em R$)		**0,06**	**(0,28)**		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado do exercício	**12.892**	**(565)**	**30.817**	**(565)**
Itens que podem afetar o resultado em períodos subsequentes:				
Ajuste acumulado de conversão (nota 7.3)	6.478	–	6.478	–
Variação Cambial sobre Ágio sobre investida no exterior	(16.107)	–	(16.107)	–
Resultado abrangente total do exercício	**3.263**	**(565)**	**21.188**	**(565)**
Atribuível aos				
Acionistas controladores	3.263	(565)	3.263	(565)
Acionistas não controladores	–	–	17.925	–

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	–	–	1.258.945	4.345
Outras receitas	–	30	17.899	30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	–	–	(1.440)	–
	–	**30**	**1.275.404**	**4.375**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.582)	(211)	(424.820)	(1.857)
	(1.582)	**(211)**	**(424.820)**	**(1.857)**
Valor adicionado líquido produzido	**(1.582)**	**(181)**	**850.584**	**2.518**
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	(22)	(44)	(131.969)	(44)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(1.604)**	**(225)**	**718.615**	**2.474**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	71.433	(239)	–	–
Outras receitas/recuperações	–	–	5.611	670
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	3.403	2	10.970	5
	74.836	**(237)**	**16.581**	**675**
Valor adicionado total a distribuir	**73.232**	**(462)**	**735.196**	**3.149**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal, encargos e benefícios				
Remuneração direta	412	55	281.721	2.108
Benefícios	9	–	57.065	232
FGTS	25	–	13.569	146
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	719	(3)	196.561	425
Estaduais	–	5	23.562	5
Municipais	–	–	19.703	139
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas Financeiras e variações monetárias e cambiais	59.175	46	112.198	659
Remuneração de capitais próprios				
Resultados retidos no período	12.892	(565)	12.892	(565)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	17.925	–
	73.232	**(462)**	**735.196**	**3.149**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	12.892	(565)	30.817	(565)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa proveniente das (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	22	44	131.969	44
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	1.440	–
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	–	8	59.059	(79)
Provisão para contingências	(8)	10	(160)	10
IR e CS - Diferido	–	3	7.235	3
Equivalência patrimonial	(71.433)	239	–	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos debêntures e variação cambial	55.719	–	89.333	(474)
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	300	(40.424)	55
Impostos a recuperar	(1.083)	(4)	(26.638)	(96)
Outras contas a receber	(12.884)	17	(69.325)	87
Depósitos judiciais	–	–	5.601	–
Fornecedores	1.062	(135)	(72.270)	(165)
Salários e encargos sociais	456	(82)	13.458	905
Impostos a recolher	479	(7)	5.489	(1.268)
Outras contas a pagar	–	–	33.945	8
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**(14.778)**	**(172)**	**169.529**	**(1.535)**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.119)	–	(42.548)	(15)
Juros pagos sobre debêntures	(39.733)	–	(39.733)	–
Juros pagos sobre arrendamento	–	–	(1.570)	–
IR e CS pagos	–	–	(23.282)	–
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	**(70.630)**	**(172)**	**62.396**	**(1.550)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa despendido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(1.206.649)	(16.000)	(1.057.102)	(15.455)
Pagamento de obrigações por conta de aquisição de investimentos	(197.851)	–	(187.192)	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(5.904)	–	(159.751)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.410.404)**	**(16.000)**	**(1.404.045)**	**(15.455)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Atribuído aos acionistas				
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	16.000	–	16.000
Atribuído a financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	450.000	–	610.844	–
Captação de debêntures	900.000	–	900.000	–
Pagamento de custas sobre emissão de debêntures	(15.352)	–	(15.352)	–
Pagamento de custas sobre captação de empréstimos	(6.076)	–	(6.076)	–
Pagamentos de arrendamentos	–	–	(12.442)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(50.639)	(371)
Pagamentos de debêntures	–	–	(13.149)	–
Partes relacionadas	205.233	172	325.731	1.744
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**1.533.805**	**16.172**	**1.738.917**	**17.373**
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**52.771**	**–**	**397.268**	**368**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	–	–	368	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**52.771**	**–**	**397.636**	**368**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A Environmental ESG Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Nova Odessa, no KM 120, Galpão 05. Foi constituída em 18 de abril de 2008 e tem como objetivo atuar como holding, controladora de participações societárias. Formada pelo segmento de referência no mercado de gestão ambiental "Environment", tem em seu DNA o comprometimento com as questões sustentáveis, trabalhando os pilares ESG ("*Environment, Social and Governance*") dentro de seus negócios e apoiando seus clientes. Com diversas soluções ambientais desenvolvidas através do setor de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) possui patentes registradas de produtos sustentáveis, promove a economia circular e auxilia empresas com a destinação correta de seus resíduos. A Environmental ESG Participações S.A, é uma controlada direta da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Ambipar Participações"). A Ambipar Participações abriu capital em 13 de julho de 2020. Foi a primeira empresa de gestão ambiental a entrar na B3, a bolsa de valores do Brasil passando a negociar suas ações no segmento de governança corporativa Novo Mercado com código de ação número AMBP3. **1.1. Participações societárias:** A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo Environmental ESG") operam no seguinte segmento de negócio: • **Environment:** atua de forma pioneira em toda a cadeia de serviços ambientais, desde planejamento, gerenciamento e valorização de resíduos até execução de projetos. Experiente no desenvolvimento de tecnologias e constante inovação para a proteção do meio ambiente. Suas operações são triplamente certificadas, segundo as normas de qualidade ambiental e de saúde e segurança do trabalho. Além disso, tem em seu portifólio serviços de consultoria e auditoria ambiental, qualidade, saúde e segurança com desenvolvimento de softwares de gestão, garantindo um *compliance* efetivo aos seus clientes, contando com tecnologia e inteligência artificial. O segmento Environment compreende as empresas listadas no quadro da Nota Explicativa 2.4. Em 31 de dezembro de 2021, as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são demonstradas na nota explicativa nº 2.4 "Base de Consolidação". **1.2. Autorização de emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foi autorizada pelo conselho de administração em 23 de março de 2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo. As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações contábeis foram os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações do IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):** Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. Nenhum impacto significativo foi avaliado pela Companhia. **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020 (com nova alteração para a partir de 1º de junho de 2021), a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: **i.** A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; **ii.** Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (com a alteração ampliada essa avaliação para 30 de junho de 2022) (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021 (com a alteração ampliada a análise para 30 de junho de 2022)); **iii.** Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. Nós optamos por não utilizar o expediente prático para todas as concessões de aluguel que atenderam aos referidos critérios. As Notas Explicativas nº 8 (e) e 13 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma. A taxa de desconto utilizada é de 8% a.a. e corresponde ao custo médio de mercado de endividamento em modalidade de aquisição de ativo, na ocasião. **2.3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01de janeiro de 2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. O Grupo não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **Outros pronunciamentos e interpretações:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia e suas controladas esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.4. Base de consolidação:** Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes empresas e companhias:

Empresas Segmento Environment	Nome resumido	País	Atividade	31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Ambipar Compliance Solutions S.A.	Ambipar Compliance	Brasil	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	95,25%	–	–	–
Ambipar Coprocessing Ltda.	Ambipar Coprocessing	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.	100,00%	–	–	–
Ambipar Eco Products S.A.	Ambipar Eco Products	Brasil	Fabricação de Produtos para Proteção Ambiental.	100,00%	–	–	–
Ambipar Environmental Nordeste S.A.	Environmental Nordeste	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.	50,00%	–	–	–
Ambipar Environmental Solutions - Soluções Ambientais Ltda.	Ambipar Environment	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.	100,00%	–	–	–
Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A.	Ambipar Environment Reverse Manufacturing	Brasil	Serviço de manufatura reversa.	–	65,00%	–	–
Ambipar Environment Waste Logistics Ltda.	Ambipar Environment Waste Logistics	Brasil	Gestão de Resíduos Automotivos.	100,00%	–	–	–
Ambipar Facilities Ltda.	Ambipar Facilities	Brasil	Terceirização de movimentação de resíduos recicláveis	100,00%	–	–	–
Ambipar Green Tech Ltda.	Green Tech	Brasil	Consultoria e auditoria Ambiental, e desenvolvimento de softwares de gestão.	100,00%	–	100%	–
Ambify Ltda.	Ambify	Brasil	Consultoria em Licenciamento de franquias.	100,00%	–	–	80%
Ambipar Logistics Ltda.	Ambipar Logistics	Brasil	Transportadora especializada em produtos químicos.	100,00%	–	–	–
Ambipar R&D Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.	Ambipar R&D	Brasil	Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.	–	100,00%	–	–
Ambipar Workforce Solution Mão de Obra Temp. Ltda.	Ambipar Workforce	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.	100,00%	–	–	–
Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A.	Boomera Ambipar	Brasil	Gestão de resíduos pós-consumo.	50,00%	–	–	–
Boomera Ambipar Environmental Paraná Ltda.	Boomera Paraná	Brasil	Gestão de resíduos pós-consumo.	–	50%	–	–
Boomera Lar Ind. e Com. de Plásticos Ltda.	Boomera Lar	Brasil	Gestão de resíduos pós-consumo.	–	25%	–	–
Ambipar Environmental Centroeste S.A.	Ambipar Centroeste	Brasil	Gerenciamento e tratamento de resíduos perigosos, não perigosos, recicláveis e compostagem.	70,00%	–	–	–
Disal Ambiental Holding S.A.	Disal Ambiental	Chile	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	–	–	–
Ambipar Environmental Mining Ltda.	Ambipar Mining	Brasil	Gerenciamento, movimentação e tratamento de resíduos, carregamento e transporte no setor de mineração.	100,00%	–	–	–
Amazon Resíduos Ltda.	Amazon Resíduos	Brasil	Gerenciamento e tratamento de resíduos perigosos, não perigosos, recicláveis e compostagem.	70,00%	–	–	–
Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A.	Biofílica	Brasil	Serviços ambientais e desenvolvimento de projeto de carbono florestal.	53,57%	–	–	–
Ambipar Boomera Environmental Machines S.A.	Boomera Machines	Brasil	Gestão de resíduos pós-consumo.	51,00%	9,00%	–	–
Drypol Ambipar Environmental Pet Solutions S.A.	Drypol	Brasil	Gestão de resíduos pós-consumo.	51,00%	4,00%	–	–
Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A.	Suprema	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.	70,00%	–	–	–
SIR Ambiente Inteligência Ambiental Ltda.	SIR	Brasil	Serviço de manufatura reversa.	65,00%	–	–	–
Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Ltda.	Brasil Coleta Gerenciamento	Brasil	Gestão total de resíduos industriais	51,00%	–	–	–
Brasil Coleta Indústria e Tratamento de Resíduos Ltda.	Brasil Coleta Indústria	Brasil	Gestão total de resíduos industriais	–	51,00%	–	–
Ambipar Certification Ltda.	Ambipar Certification	Brasil	Serviço de auditoria ambiental.	–	95,25%	–	–
Excelência Sustentabilidade Ltda.	Excelência	Brasil	Consultoria em questões de sustentabilidade.	–	100,00%	–	–
Outros	Outros Environment	Brasil	Gerenciamento total de resíduos e serviços ambientais especializados.		37,5% a 50,00%	–	–

2.5. Conversão de moeda: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que as empresas do Grupo atuam, como moeda funcional. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado por outra forma. **(b) Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber, fornecedores e empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Uso de estimativas contábeis e julgamento:** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: • **Nota Explicativa nº 2.13** - *Impairment* de ativos não financeiros; • **Nota Explicativa nº 2.16** - Provisão para reestruturação de aterros; • **Nota Explicativa nº 5** - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); • **Nota Explicativa nº 8** - Valor residual e vida útil estimada do ativo imobilizado; • **Nota Explicativa nº 14 -** Provisão para contingências; e • **Nota Explicativa nº 21 -** Seguros. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **2.7. Ativos financeiros e passivos financeiros: 2.7.1. Ativos financeiros: Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **2.7.2. Passivos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação do serviço realizada no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas das contas a receber (*impairment).* Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante):** São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e mensurados posteriormente pelo seu valor realizável. É registrado também na rubrica de Outras contas a receber, os gastos relacionados a aquisição de créditos de carbono que serão comercializados, pelo seu valor de custo de aquisição e posteriormente medido dos dois o menor, entre o valor justo, liquido dos custos de vender e o valor de custo registrado na data base. A contrapartida é registrada no resultado do exercício, conforme IAS 02/CPC 16 R1. **2.10. Investimentos em controladas:** Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota explicativa nº 7). As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão - patrimônio líquido". A realização ocorre quando há baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos. A Companhia avaliou que a participação de não controladores não é relevante ao ponto de ser requerida a divulgação de informações financeiras resumidas de controladas nessas situações. **2.11. Ativos intangíveis:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. **2.12. Imobilizado:** Os aterros sanitários são avaliados ao custo das áreas e dos investimentos na preparação para operação. São amortizados de acordo com a quantidade de resíduos depositada versus a capacidade total de resíduos. Os terrenos e edificações compreendem, principalmente, armazéns e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subse quentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, exceto quanto a aterros sanitários. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de acordo com o seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. **2.13. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.14. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Environmental ESG Participações S.A.

método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **2.16. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão de reestruturação de aterros é registrada inicialmente considerando os custos estimados de remediação dos aterros atendendo a legislação ambiental no Brasil, na rubrica "Outras contas a pagar" em contrapartida na rubrica "Imobilizado", na classe de Aterro. A Administração mantém seus estudos atualizados considerando as atualizações monetárias, orçamentos de terceiros a serem contratados e custos internos, sendo revisitada a sua estimativa em caso de alterações no orçamento original. **2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos: 2.17.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente: Empresas sobre o regime de lucro presumido:** Há empresas que optaram pela tributação com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sobre o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **Empresas sobre o regime de simples nacional:** O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado para micro e pequenas empresas que permite o recolhimento de vários tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. A alíquota é diferenciada, variando de acordo com o faturamento, que é separado em faixas de faturamento, até a receita bruta anual de R$ 4,8 milhões. A Companhia e a maioria de suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção de:

Empresas	País	Tributação
Excelência e Sustentabilidade Ltda. - WATU	Brasil	Simples Nacional
Ecológica Nordeste Eireli	Brasil	Presumido
Ecológica Resíduos Industriais S/A	Brasil	Simples Nacional
MCZ Soluções Ambientais Ltda.	Brasil	Presumido
Amazon Resíduos Ltda.	Brasil	Presumido
Boomera Lar Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	Brasil	Presumido
Disal Ambiental Holding S.A.	Chile	Legislação do país
Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A.	Brasil	Presumido
Ambipar Boomera Environmental Machines S.A.	Brasil	Simples Nacional
SIR Ambiente Inteligência Ambiental Ltda.	Brasil	Presumido
Brasil Coleta Indústria e Tratamento de Resíduos Ltda.	Brasil	Presumido

2.17.2. Imposto de Renda e Contribuição Social e diferido: O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade de tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.18. Benefícios a funcionários: (a) Benefícios de demissão:** A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários. **(b) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.19. Reconhecimento da receita:** A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir: **a) Prestação de serviços:** A Companhia e suas controladas realizam a prestação de serviços que compreendem a cadeia completa de gestão ambiental (Environment). A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20. Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; e • Arrendamentos com duração igual ou inferior a 12 meses. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita no contrato, a menos que (como normalmente é o caso) isso não seja facilmente determinável, caso em que a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia no início do arrendamento é utilizada. Os pagamentos de arrendamento variável só são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento pressupõe que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do contrato. Outros pagamentos de arrendamento variável são gastos no período a que se relacionam. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: • Valores a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; • O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia e suas controladas, se for razoável avaliar essa opção; • Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Os ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescido por: • Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; • Custos diretos incorridos iniciais; e • O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia e suas controladas são contratualmente obrigados a desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. Quando a Companhia e suas controladas revisam suas estimativas de prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatário ou opção de rescisão ser exercida), ajustam o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia e suas controladas renegociam os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: • Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo de direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor; • Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transmitem o direito a Companhia e suas controladas de usar um ativo identificado e requerem serviços a serem prestados a Companhia e suas controladas pelo arrendador, a Companhia e suas controladas optaram por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. **2.21. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.22. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.23. Combinações de negócios:** De acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **2.24. Apresentação de relatório por segmento:** As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a administração da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas. A Companhia atua em único segmento de negócios. **2.25. Lucro (Resultado) por ação - básico e diluído:** A Companhia efetua os cálculos do lucro (resultado) por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento contábil CPC 41/IAS 33. **2.26. Demonstração do valor adicionado - informação suplementar às IFRS:** A demonstração do valor adicionado está sendo preparada e divulgada, consistentemente com o pronunciamento técnico CPC 09, em atendimento a legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e regulados pela Comissão de Valores Mobiliários. **3. Gestão de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa e instrumentos financeiros compostos com derivativos embutidos. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado: (i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e suas controladas está atrelada às taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e arrendamento financeiro:

2021:	Cenários (Consolidado)			
Risco com indexadores	**Base**	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
CDI - Aplicações financeiras	321.712	41.018	30.764	20.509
CDI - Debêntures	(884.648)	(112.793)	(84.595)	(56.397)
Exposição líquida	**(562.936)**	**(71.775)**	**(53.831)**	**(35.888)**

2020:	Cenários (Consolidado)			
Risco com indexadores	**Base**	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
CDI - Aplicações financeiras	59	8	6	4
Exposição líquida	**59**	**8**	**6**	**4**

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada. O cálculo foi efetuado para um cenário de ganho/perda no período de um mês. A controlada direta Environmental possui empréstimo junto ao Banco Bocom BBM S.A. Nassau Branch no valor de USD 9.917 mil (nove milhões, novecentos e dezessete mil Dólares dos Estados Unidos da América), para esta operação temos contratado o instrumento de SWAP, considerando taxa, montante e prazo, trocando a exposição cambial para a variação da taxa prefixada. ***Hedge accounting:*** A operação de hedge da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira (conforme Nota Explicativa nº 10.2) uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local. Deste modo, a transação enquadra-se na classificação de hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros. O objetivo do *hedge accounting* (assim entendido como a política de contabilização do hedge adotado) é de afetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do hedge contratado. O contrato vigente em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nocional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa contratada
Contrato de *swap*	Hedge de fluxo de caixa	*Swap* USD X CDI	USD 9.917 mil	6/2022	Variação cambial + 2,91% a.a.	100% do CDI

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Descrição	Valor principal (nocional) - Em milhares USD	Valor da curva	Valor justo	Ganho (perda) de ajuste a valor justo
Contrato de swap				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	9.917	55.380	55.418	38
Ponta passiva:				
Posição vendida na taxa prefixada	(9.917)	(50.133)	(50.133)	–
Total instrumento financeiro líquido	**–**	**5.247**	**5.285**	**38**

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, foi apurado o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi de R$ 38 (R$ 25, líquido do efeito fiscal) e encontra-se registrado no resultado. Vale destacar que a operação de hedge atual se encontra totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade 4131, não podendo ser desfeito individualmente. **(ii) Risco de taxas de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira. **(iii) Risco de preço de commodities:** A Companhia não possui operações cotadas a preço de *commodities*, consequentemente, não possui exposição a riscos de preço de *commodities*. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota Explicativa nº 5). **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R$ 321.712 (R$ 59 em 31 de dezembro de 2020) (consolidado) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Em 31 de dezembro de 2021 - Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	189.851	275.285	609.473	40.704	**1.115.314**
Debêntures	60.000	236.162	588.486	–	**884.648**
Arrendamento	20.492	11.610	12.871	–	**44.973**
Fornecedores e outras contas a pagar	53.281	–	–	–	**53.281**
	323.624	**523.057**	**1.210.830**	**40.704**	**2.098.216**
Em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado					
Empréstimos e financiamentos	346	557	191	–	**1.094**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.394	–	–	–	**1.394**
	1.740	**557**	**191**	**–**	**2.488**

(d) Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a leis e regulamentos nos países em que opera. A Administração da Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais certificados voltados ao cumprimento de leis ambientais. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os controles em funcionamento estejam adequados e devidamente certificadas. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser assim resumido:

Demonstrações contábeis consolidadas	2021	2020
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.999.962	1.094
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(397.636)	(368)
Dívida líquida	**1.602.326**	**726**
Total do patrimônio líquido	122.275	15.801
Total do capital	**1.724.601**	**16.527**
Índice de alavancagem financeira (%)	**92,9**	**4,4**

3.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de 30 a 60 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI (nota explicativa nº 4) e classificadas como valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado. Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2:** *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **3.4. Instrumentos financeiros por categoria**

		Controladora	
Ativos financeiros	**Categoria**	**Valor contábil**	**Valor justo (*)**
Caixa e bancos	Custo amortizado	–	–
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	52.771	52.771
Partes relacionadas	Custo amortizado	37.656	37.656
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	443.923	443.923
Debêntures	Custo amortizado	884.648	884.648
Fornecedores	Custo amortizado	1.062	1.062
Partes relacionadas	Custo amortizado	604.273	604.273

		Consolidado	
Ativos financeiros	**Categoria**	**Valor contábil**	**Valor justo (*)**
Caixa e bancos	Custo amortizado	75.924	75.924
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	321.712	321.712
Contas a receber	Custo amortizado	312.583	312.583
Partes relacionadas	Custo amortizado	16.845	16.845
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.115.314	1.115.314
Debêntures	Custo amortizado	884.648	884.648
Fornecedores	Custo amortizado	53.281	53.281
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	44.973	44.973
Partes relacionadas	Custo amortizado	574.261	574.261

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 2 da hierarquia do valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 1 e 3.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	–	–	75.924	309
Aplicações financeiras	52.771	–	321.712	59
	52.771	**–**	**397.636**	**368**

As aplicações financeiras estão representadas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários e Títulos de Capitalização de instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, com taxa indexadora de 105% do CDI.

5. Contas a receber:	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Duplicatas a receber		
Privado	319.057	3.168
Público	1.673	–
	320.730	**3.168**
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(8.147)	–
	312.583	**3.168**
Circulante	303.454	3.168
Não circulante	9.129	–

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer	229.499	2.454
Vencidos até 30 dias	37.790	470
Vencidos de 31 a 90 dias	23.241	100
Vencidos de 91 a 180 dias	5.506	37
Vencidos de 181 a 360 dias	5.691	22
Vencidos há mais de 361 dias	19.003	85
	320.730	**3.168**

Demonstramos, a seguir, a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2020	**–**
(+) Acervo Inicial pela compra	(6.707)
(+) Adições	(1.440)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(8.147)**

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais do contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer diante às prováveis perdas na realização dos créditos com base em: análise de risco de inadimplência de cada cliente, situação financeira do cliente comprometida no mercado, histórico de negociações realizadas, acordos firmados não se cumprirem, principalmente levando em consideração cenários de riscos em que tenha comportamento observável no mercado, e com atenção especial sobre os créditos vencidos de longa data. Com relação aos títulos vencidos a mais de 181 dias, os processos e procedimentos de cobrança e acordos, mesmo que parcelados para recebimento, estão em andamento, cuja probabilidade de êxito é relativamente alta.

6. Impostos a recuperar:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF a compensar	1.086	–	13.192	1
INSS retido a recuperar	–	–	1.289	24
PIS a recuperar	57	57	1.171	57
COFINS a recuperar	262	262	5.490	263
ICMS a recuperar	–	–	4.358	–
Antecipações de IR/CS	–	3	12.631	570
Outros impostos a recuperar	–	–	2.354	5
	1.405	**322**	**40.485**	**920**
Circulante	1.405	319	31.099	917
Não circulante	–	3	9.386	3

7. Investimentos em controladas:	Controladora 2021	Controladora 2020
Investimentos em controladas e mais-valia *	996.129	–
Ágios pagos na aquisição de investimentos por expectativa de rentabilidade futura (Nota 7.4)	981.205	36.913
	1.977.334	**36.913**
Provisão para perda com investimentos	(18.344)	(5.151)
	(18.344)	**(5.151)**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de mais-valia é de R$ 340.327.

7.1. Combinações de negócios: Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Environmental ESG, realizou o seguinte movimento societário:

	Environmental Nordeste	Centroeste	Ambipar Mining	Boomera Ambipar	Disal	Ecológica Nordeste	Drypol	Environment Suprema
Ativos e passivos adquiridos a valor juto (*)								
Caixa e equivalentes de caixa	8.956	338	9.348	(88)	90.699	6	8.785	9.133
Outros ativos	35.710	24.171	101.880	35.504	396.646	2.897	56.144	49.749
Outros passivos	(37.337)	(48.063)	(54.873)	(15.730)	(232.836)	(1.402)	(17.958)	(37.375)
Intangíveis Identificados Separadamente	–	–	32.419	–	271.303	–	–	–
Mais-Valia de Ativo imobilizado	–	–	15.784	–	30.164	–	–	–
(–) Imposto diferido sobre mais-valia	–	–	(16.389)		(102.499)			
Total de ativos líquidos identificáveis	**7.329**	**(23.554)**	**88.169**	**19.686**	**453.477**	**1.501**	**46.971**	**21.507**
Valor total da contraprestação transferida	20.000	16.400	108.818	43.000	918.866	19.843	82.421	105.725
(–) Caixa adquirido	(8.956)	(338)	(9.348)	88	(90.699)	(6)	(8.785)	(9.133)
(–) Valor assumido da obrigação a pagar	–	(10.000)	(50.000)	(16.000)	–	(11.906)	(20.000)	(51.422)
Caixa pago, líquido do caixa recebido/a receber	**11.044**	**6.062**	**49.470**	**27.088**	**828.167**	**7.931**	**53.636**	**45.170**
Determinação do ágio (*)								
Valor total da contraprestação, líquida	20.000	16.400	108.818	43.000	918.866	19.843	82.421	105.725
Total de ativos líquidos identificáveis	(3.665)	16.488	(88.169)	(9.845)	(453.477)	(1.501)	(25.834)	(15.055)
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	**16.335**	**32.888**	**20.649**	**33.155**	**465.389**	**18.342**	**56.587**	**90.670**
Mês de Aquisição	20/01/2021	11/05/2021	14/05/2021	01/06/2021	28/06/2021	11/06/2021	30/07/2021	31/08/2021
Mês de início controle	01/2021	05/2021	05/2021	05/2021	06/2021	06/2021	07/2021	08/2021
Empresa que adquiriu controle	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Ambipar Enviromental Nordeste Ltda.**	**Enviromental ESG Participações S.A. e Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**
Valor da Aquisição	R$ 20.000	R$ 16.400	R$ 108.818	R$ 43.000	U$ 184.745	R$ 19.843	R$ 82.421	R$ 105.725
Porcentagem adquirida	50,000004%	70%	100%	50,01%	100,00%	100%	55%	70%

Ativos e passivos adquiridos a valor justo (*)	SIR	Biofílica	Boomera Machines	Brasil Coleta Gerenc.	MCZ Soluções	Ecológica Resíduos (**)	Environment Excelência e Sustentabilidade
Caixa e equivalentes de caixa	202	2.689	153	6.142	3	2	134
Outros ativos	10.682	59.383	22.299	72.341	1.572	10.896	309
Outros passivos	(311)	(3.277)	(1.884)	(94.895)	(26)	(473)	(74)
Intangíveis Identificados Separadamente	–	–	–	–	–	–	–
Mais Valia de Ativo imobilizado	–	–	–	–	–	–	–
Total de ativos líquidos identificáveis	**10.573**	**58.795**	**20.568**	**(16.412)**	**1.549**	**10.425**	**369**
Valor total da contraprestação transferida	21.771	90.000	25.805	85.450	3.163	6.120	1.600
(–) Caixa adquirido	(202)	(2.689)	(153)	(6.142)	(3)	(2)	(134)
(–) Valor assumido da obrigação a pagar	–	(29.000)	(15.700)	(85.450)	–	(2.520)	(800)
Caixa pago, líquido do caixa recebido/a receber	**21.569**	**58.311**	**9.952**	**(6.142)**	**3.160**	**3.598**	**666**
Determinação do ágio (*)							
Valor total da contraprestação, líquida	21.771	90.000	25.805	85.450	3.163	6.120	1.600
Total de ativos líquidos identificáveis	(6.872)	(31.497)	(12.341)	8.370	(1.549)	(6.255)	(369)
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	**14.899**	**58.503**	**13.464**	**93.820**	**1.614**	**(135)**	**1.231**
Mês de Aquisição	31/08/2021	07/07/2021	29/07/2021	29/09/2021	21/10/2021	29/10/2021	29/10/2021
Mês de início controle	08/2021	07/2021	07/2021	09/2021	12/2021**	11/2021**	10/2021
Empresa que adquiriu controle	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A. e Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A.**	**Enviromental ESG Participações S.A.**	**Ambipar Environmental Nordeste Ltda.**	**Ambipar Environmental Nordeste Ltda.**	**Ambipar Green Tech Ltda.**
Valor da Aquisição	R$ 21.771	R$ 90.000	R$ 25.805	R$ 85.450	R$ 3.163	R$ 6.120	R$ 1.600
Porcentagem adquirida	65%	53,57%	60%	51%	100%	60%	100%

(*) Na data da aquisição, muito embora a Companhia avalia a data-base do balanço inicial das adquiridas para fins de determinação da alocação do preço de compra e do ágio (deságio), desde que não tenha alterações e transações significativas ocorridas entre esses dois períodos (data da aquisição e data base do balanço inicial). Essas aquisições possuem laudos provisórios, com exceção do laudo da controlada Ecológica Resíduos que é provisório. O valor de ágio por expectativa por rentabilidade futura apurado referente a essas aquisições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R$ 917.411 (consolidado); **(**)** A mudança de controle ocorreu após cumpridas as cláusulas contratuais determinadas. A seguir, temos o cronograma de pagamento das obrigações por conta de aquisição de investimento:

Ano de vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
2022	110.067	119.245
2023	–	6.747
2024	3.000	3.000
2025	2.065	2.065
2026	5.000	5.000
	120.132	**136.057**

7.2. Informações das controladas: Os patrimônios líquidos das investidas são apresentados a seguir:

Controladas (Diretas)	**Patrimônio líquido em 2020**	**Patrimônio líquido em 2021**	**Percentual (%) 2021**
Green Tech	(5.151)	1.057	100
Ambipar Environment	–	226.403	100
Ambipar Logistics	–	17.990	100
Ambipar Environment Waste Logistics	–	8.325	100
Ambipar Eco Products	–	13.063	100
Ambipar Workforce	–	2.657	100
Ambipar Coprocessing	–	5.595	100
Ambipar Facilities	–	2.976	100
Ambipar Compliance	–	11.657	95
Environmental Nordeste	–	43.986	50
Boomera Ambipar	–	19.489	50
Ambipar Centroeste	–	(21.875)	70
Amazon Resíduos	–	(4.330)	70
Disal Ambiental	–	464.551	100
Ambipar Mining	–	108.821	100
Biofílica	–	62.644	53,57
Boomera Machines	–	21.396	51
Drypol	–	53.279	51
Suprema	–	26.854	70
SIR	–	11.468	65
Brasil Coleta Gerenciamento	–	7.614	51
Ambify	–	73	100

7.3. Movimentação dos investimentos em controladas

Controladas	Saldo em 2020: Investimento	Saldo em 2020: Provisão para perdas com investimentos	Transferências de investimentos	Contraprestação transferida	Ajuste Acumulado de Conversão	Dividendos a Receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 2021: Investimento	Saldo em 2021: Provisão para perdas com investimentos
Green Tech	–	(5.151)	–	–	–	–	6.208	1.057	–
Ambipar Environment **(b)**	–	–	220.541	–	–	–	5.862	226.403	–
Ambipar Logistics **(c)**	–	–	13.789	–	–	–	4.201	17.990	–
Ambipar Environment Reverse Manufacturing **(d) (u)**	–	–	582	–	–	–	(582)	–	–
Ambipar Environment Waste Logistics **(e)**	–	–	9.570	–	–	–	(1.245)	8.325	–
Ambipar Eco Products **(f)**	–	–	12.042	–	–	–	1.021	13.063	–
Ambipar Workforce **(g)**	–	–	1.932	–	–	–	725	2.657	–
Ambipar Coprocessing **(h)**	–	–	3.402	–	–	–	2.193	5.595	–
Ambipar Facilities **(i)**	–	–	2.135	–	–	–	841	2.976	–
Ambipar Compliance **(j)**	–	–	6.274	–	–	(507)	5.336	11.103	–
Environmental Nordeste **(k)**	–	–	–	23.665	–	–	(1.672)	21.993	–
Boomera Ambipar **(l)**	–	–	–	9.847	–	–	(101)	9.746	–
Ambipar Centroeste **(m)**	–	–	–	(14.585)	–	–	(728)	–	(15.313)
Amazon Resíduos **(n)**	–	–	–	(1.903)	–	–	(1.128)	–	(3.031)
Disal Ambiental **(o)**	–	–	–	453.477	6.476	–	4.596	464.549	–
Ambipar Mining **(p)**	–	–	–	88.168	–	–	20.653	108.821	–
Biofílica **(q)**	–	–	–	31.497	–	(487)	2.549	33.559	–
Boomera Machines **(r)**	–	–	–	10.489	–	(189)	612	10.912	–
Drypol **(s)**	–	–	–	23.955	–	–	3.217	27.172	–
Suprema **(t)**	–	–	–	15.055	–	(2.297)	6.040	18.798	–
SIR **(u)**	–	–	5.271	1.601	–	–	582	7.454	–
Brasil Coleta Gerenciamento **(v)**	–	–	–	(8.370)	–	–	12.253	3.883	–
Ambify **(w)**	–	–	–	73	–	–	–	73	–
	–	**(5.151)**	**275.538**	**632.969**	**6.476**	**(3.480)**	**71.433**	**996.129**	**(18.344)**

Controladas:	Saldo em 2019: Investimento	Saldo em 2019: Provisão para perdas com investimentos	Contraprestação transferida	Equivalência patrimonial	Saldo em 2020: Investimento	Saldo em 2020: Provisão para perdas com investimentos
Green Tech **(a)**	–	–	(4.912)	(239)	–	(5.151)
	–	**–**	**(4.912)**	**(239)**	**–**	**(5.151)**

(a) Em 21 de outubro de 2020 a Companhia adquiriu 20.000 quotas de capital social da investida Ambipar Green Tech Ltda. pelo montante de R$32.000; **(b)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 96.599.998 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Environmental Solutions - Soluções Ambientais Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(c)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 4.634.998 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Logistics Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(d)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações e a controlada Ambipar Environmental transferiram as 47.663 e 45.694 quotas, respectivamente, que detinham sobre a investida Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(e)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 1.868.911 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Environment Waste Logistics Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(f)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 171.032.169 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Eco products S.A. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(g)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 5.999.998 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Workforce Solution Mão de Obra Temp. Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(h)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 891.998 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Coprocessing Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(i)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 299.998 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Facilities Ltda. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(j)** Em 01 de janeiro de 2021 a controladora Ambipar Participações transferiu as 7.620 quotas que detinha sobre a investida Ambipar Compliance Solutions S.A. para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(k)** Em 20 de janeiro de 2021 a Companhia adquiriu 6.107.867 quotas de capital social da investida Ambipar Environmental Nordeste S.A., passando a deter 50% da investida, conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(l)** Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 4.820.292 quotas do capital social da Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A. (antiga Boomera do Brasil - Gestão Ambiental Ltda.), conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(m)** Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 537.993 quotas do capital social da Ambipar Environmental Centroeste S.A. (antiga Centroeste Resíduos Ltda.), conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(n)** Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 70.000 quotas do capital social da Amazon Resíduos Ltda., conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(o)** Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 18.117.392 ações do capital social da Disal Ambiental Holding S.A., conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(p)** Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 69.000 quotas do capital social da Ambipar Environmental Mining Ltda. (antiga Metal Ar Engenharia Ltda.), conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(q)** Em 27 de julho de 2021 a Companhia adquiriu 316.805 ações do capital da Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A. (antiga Biofílica Investimentos Ambientais S.A.) e aumentou capital em 574.210 novas ações ordinárias, conforme mencionado na nota explicativa 7.1. Com essa operação a Companhia passou a deter 53,571% sobre o capital da Biofílica; **(r)** Em 29 de julho de 2021 a Companhia e a controlada direta Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A. adquiriram 161.270 ações do capital da Ambipar Boomera Environmental Machines S.A. (antiga ZCT Publicidade e Consultoria Ambiental Ltda.) e aumentaram capital em 568.827 novas ações ordinárias, conforme mencionado na nota explicativa 7.1. Com a operação, a Companhia passou a deter 51% sobre o capital da Boomera Machines, enquanto a Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A. passou a deter 9% do capital; **(s)** Em 30 de julho de 2021 a Companhia e a controlada direta Boomera Ambiental Gestão Ambiental S.A. adquiriram 10.742.072 ações do capital social da Drypol Ambipar Environmental Pet Solutions S.A. (antiga Drypol Indústria e Comércio de Polímeros Ltda.) e aumentaram capital em 3.441.813 novas ações ordinárias, conforme mencionado na nota explicativa 7.1. Com a operação, a Companhia passou a deter 51% sobre o capital da Drypol, enquanto a Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A. passou a deter 4% do capital; **(t)** Em 31 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu 1.262.374.240 quotas de emissão da Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A. (antiga Suprema Serviços Industriais Ltda.), conforme mencionado na nota explicativa 7.1; **(u)** Em 31 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu 153.805 quotas do capital social da SIR Ambiente Inteligência Ambiental Ltda. e

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Environmental ESG Participações S.A.

subscreveu novas ações ordinárias, após sua transformação em sociedade anônima. A integralização de tais ações foi em dinheiro e mediante a transferência da totalidade das 7.093.457 ações da Ambipar Environmental Reverse Manufacturing S.A., de modo que ao final destes processos combinados, a Companhia passou a ser titular de 65% das ações do capital social da SIR; **(v)** Em 29 de setembro de 2021 a Companhia adquiriu 5.040.482 ações da Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Ltda., e aumentou capital em 318.211 novas ações ordinárias, conforme mencionado na nota explicativa 7.1. Com a operação a Companhia passou a deter 51% sobre o capital da Brasil Coleta Gerenciamento; e **(w)** Em 26 de novembro de 2021 a controlada indireta Ambipar Green Tech Ltda. transferiu as 20.000 quotas que detinha sobre a investida Ambify Ltda. para a Companhia. Nesta mesma data, o acionista minoritário transfere suas 5.000 quotas para a Companhia. O investimento foi transferido a título oneroso e com a operação a Companhia passou a deter 100% sobre o capital da Ambify Ltda. **7.4. Composição dos ágios com expectativa de rentabilidade futura**

Composição do ágio	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Green Tech	36.913	36.913	36.913	36.913
Bioland	4.794	–	4.794	–
Ambipar Environment Reverse Manufacturing	19.985	–	19.985	–
Multiambiental	15.987	–	15.987	–
Avangard	781	–	781	–
Ambipar Coprocessing	4.140	–	4.140	–
Ambipar Facilities	5.991	–	5.991	–
Ambipar Compliance	18.496	–	18.496	–
Acervo inicial da Environmental Nordeste	–	–	11.585	–
Environmental Nordeste	16.335	–	16.335	–
Ambipar Centroeste	30.915	–	30.915	–
Amazon	1.973	–	1.973	–
Ambipar Mining	20.650	–	20.650	–
Boomera Ambipar	33.157	–	33.157	–
Disal Ambiental	465.388	–	465.388	–
Ecológica Nordeste	–	–	18.342	–
Ágio na Boomera	–	–	761	–
Biofílica	58.503	–	58.503	–
ZCT Publicidade	11.445	–	17.582	–
Drypol	52.471	–	52.471	–
Suprema	90.669	–	90.669	–
SIR	14.899	–	14.899	–
Brasil Coleta Gerenciamento	93.820	–	93.820	–
MCZ Soluções	–	–	1.614	–
Ecológica Resíduos	–	–	(432)	–
Excelência Sustentabilidade	–	–	1.231	–
Variação Cambial sobre Agio	(16.107)	–	(16.107)	–
	981.205	**36.913**	**1.020.443**	**36.913**

Conforme Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio com expectativa de rentabilidade futura fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na Controladora. Já no balanço individual da Controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição das controladas. O ágio decorrente da aquisição de controladas relativas (indiretas) fica registrado no investimento direto na Controladora e segregado no Consolidado, como os demais ágios mencionados acima, na rubrica de Ativo Intangível. Demonstramos, a seguir, a movimentação dos ágios:

Movimentação	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldos iniciais	**36.913**	–	**36.913**	–
Aquisição Green Tech Ltda.	–	36.913	–	36.913
Transferência Bioland **(a)**	4.794	–	4.794	–
Transferência Ambipar Environment Reverse Manufacturing **(a)**	19.985	–	19.985	–
Transferência Multiambiental **(a)**	15.987	–	15.987	–
Transferência Avangard **(a)**	781	–	781	–
Transferência Ambipar Coprocessing **(a)**	4.140	–	4.140	–
Transferência Ambipar Facilities **(a)**	5.991	–	5.991	–
Transferência Ambipar Compliance **(a)**	18.496	–	18.496	–
Aquisição Environmental Nordeste	16.335	–	16.335	–
Acervo inicial Environmental Nordeste	–	–	11.585	–
Aquisição Centroeste Resíduos Ltda.	30.915	–	30.915	–
Aquisição Amazon Resíduos Ltda.	1.973	–	1.973	–
Aquisição Metal Ar Engenharia Ltda.	20.650	–	20.650	–
Aquisição Boomera do Brasil - Gestão Ambiental Ltda., Boomera Cambé Brasil Ltda. e Boomera Lar Ind.e Com.de Plásticos Ltda.	33.157	–	33.157	–
Aquisição Disal Ambiental Holding S.A.	465.388	–	465.388	–
Aquisição Ecológica Nordeste EIRELI e Ecológica Gestão Ambiental Ltda.	–	–	18.342	–
Agio na Boomera	–	–	761	–
Aquisição Biofílica	58.503	–	58.503	–
Aquisição ZCT Publicidade	11.445	–	17.582	–
Aquisição Drypol	52.471	–	52.471	–
Aquisição Suprema	90.669	–	90.669	–
Aquisição SIR	14.899	–	14.899	–
Aquisição Brasil Coleta Gerenciamento	93.820	–	93.820	–
Aquisição MCZ Soluções	–	–	1.614	–
Aquisição Ecológica Resíduos	–	–	(432)	–
Aquisição Excelência Sustentabilidade	–	–	1.231	–
Variação Cambial sobre Agio (b)	(16.107)	–	(16.107)	–
Saldos finais	**981.205**	**36.913**	**1.020.443**	**36.913**

(a) O ágio foi transferido da controladora Ambipar Participações para a Companhia no momento da transferência das ações. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas; **(b)** Refere-se a variação cambial de investidas adquiridas cuja moeda funcional é diferente da adquirente, cuja contrapartida é Ajuste Acumulado de Conversão no Patrimônio Líquido. **Teste de intangível para verificação de *Impairment*:** O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de *impairment*. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. A Companhia utilizou o método do valor em uso para a realização do teste de *impairment*. Para todas as UGCs foram considerados cinco anos de projeção, com o crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para início de projeção dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades. Como resultado do teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2021, e avaliando o cenário de que não houve mudanças nas variáveis significativas de risco e nas premissas utilizadas de fluxo de caixa futuro dos negócios adquiridos, desde o último fechamento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais, não foram identificadas perdas para as UGCs para os ágios registrados na Companhia e suas controladas.

8. Imobilizado: (a) Composição e movimentação: As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

2021 (consolidado)

Custo	CTR (**)	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Obras em andamento	Embarcações	Arrendamento	Outras	Total
Saldo inicial	–	–	–	341	1.051	378	1.498	342	98	–	–	–	3.708
Adições	29.701	1.340	(75)	144.895	3.808	446	202.215	2.823	32.702	–	22.311	–	440.166
Baixas	(421)	(4.584)	–	(42.777)	(6)	(55)	(15.120)	(329)	(16.889)	–	(553)	(17)	(80.751)
Transferências	–	–	–	7.525	(40)	–	3.051	–	(1.376)	–	3.002	–	12.162
Acervo inicial da compra **(*)**	99.290	34.154	2.295	543.933	20.172	5.165	499.524	24.673	45.341	179	71.199	17	1.345.942
Valor justo de mais-valia	–	(10.777)	(29)	37.270	1.581	328	17.575	–	–	–	–	–	45.948
Variação Cambial	(2.063)	(1.167)	–	(9.396)	(570)	(82)	(9.351)	–	(22)	–	(2.125)	–	(24.776)
Saldo	**126.507**	**18.966**	**2.191**	**681.791**	**25.996**	**6.180**	**699.392**	**27.509**	**59.854**	**179**	**93.834**	–	**1.742.399**
Depreciação acumulada													
Saldo inicial	–	–	–	(275)	(1.019)	(316)	(1.320)	(112)	–	–	–	–	(3.042)
Adições	(578)	(1.156)	(223)	(35.138)	(2.868)	(403)	(56.026)	(4.249)	–	(9)	(17.261)	–	(117.911)
Baixas	–	168	36	14.930	325	86	6.129	9	–	–	–	9	21.692
Transferências	–	–	–	(4.631)	(1)	–	(2.108)	–	–	–	6.740	–	–
Acervo inicial da compra (*)	(7.351)	(9.692)	(1.002)	(299.617)	(10.960)	(3.170)	(300.927)	(5.748)	–	(119)	(40.923)	(9)	(679.518)
Valor justo de mais-valia	–	216	2	(1.720)	(35)	(13)	(381)	–	–	–	–	–	(1.931)
Variação Cambial	6	385	–	5.483	296	58	6.176	–	–	–	1.340	–	13.744
Saldo	**(7.923)**	**(10.079)**	**(1.187)**	**(320.968)**	**(14.262)**	**(3.758)**	**(348.457)**	**(10.100)**	–	**(128)**	**(50.104)**	–	**(766.966)**
Custo	126.507	18.966	2.191	681.791	25.996	6.180	699.392	27.509	59.854	179	93.834	–	1.742.399
Depreciação e amortização	(7.923)	(10.079)	(1.187)	(320.968)	(14.262)	(3.758)	(348.457)	(10.100)	–	(128)	(50.104)	–	(766.966)
	118.584	**8.887**	**1.004**	**360.823**	**11.734**	**2.422**	**350.935**	**17.409**	**59.854**	**51**	**43.730**	–	**975.433**

(*) Acervo inicial pela compra das investidas Ambipar Environmental Nordeste, Ambipar Centroeste, Ambipar Mining, Boomera Ambipar, Disal, Ecológica Nordeste, Biofílica, Boomera Machine, Drypol, Suprema, SIR, Brasil Coleta Gerenciamento e saldos iniciais decorrentes da reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 7.3 itens "b" a "j". **(**)** Central de Tratamento de Resíduos.

2020 - Consolidado

Custo	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Obras em andamento	Total
Saldo inicial	141	28	67	1.556	112	–	1.904
Adições	–	–	–	–	–	–	–
Baixas	–	–	–	(232)	–	–	(232)
Transferências	(36)	34	2	–	–	–	–
Acervo inicial da compra **(*)**	236	989	309	174	230	98	2.036
Saldo	**341**	**1.051**	**378**	**1.498**	**342**	**98**	**3.708**
Depreciação acumulada							
Saldo inicial	(124)	(28)	(29)	(1.356)	(102)	–	(1.639)
Adições	(8)	(3)	(6)	(13)	(10)	–	(40)
Baixas	–	73	–	238	–	–	311
Transferências	31	(16)	(15)	–	–	–	–
Acervo inicial da compra (*)	(174)	(1.045)	(266)	(189)	–	–	(1.674)
Saldo	**(275)**	**(1.019)**	**(316)**	**(1.320)**	**(112)**	–	**(3.042)**
Custo	341	1.051	378	1.498	342	98	3.708
(–) Depreciação e amortização	(275)	(1.019)	(316)	(1.320)	(112)	–	(3.042)
	66	**32**	**62**	**178**	**230**	**98**	**666**

(*) Acervo inicial pela compra da investida Green Tech.

(b) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização são demonstradas a seguir:

Ativos	Vida útil (em anos)	Taxa média ponderada anual (%)
Edificações	10 a 25	6
Expansão Central de Tratamento de Resíduos	12	8,00
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 25	18,56
Embarcações	5 a 20	10,00
Ferramentas	5 a 10	12,75
Informática	3 a 10	17,87
Instalações	3 a 10	14,76
Máquinas e equipamentos	3 a 12	14,35
Máquinas e equipamentos - frotas	3 a 12	18,00
Móveis e utensílios	4 a 12	11,97
Veículos	5 a 10	19,57
Licença de uso de software	5	20,00
Veículos - arrendamento	2 a 10	20,00
Pesquisa e desenvolvimento	2	50,00

(c) Bens dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 441.202 (R$ 347 em 31 de dezembro de 2020) é representado pelos bens integrantes do ativo imobilizado nas classes de veículos (representado basicamente por caminhões), máquinas, aparelhos e equipamentos, que são as garantias dos respectivos financiamentos na modalidade de FINAME e Arrendamento. **(d) *Impairment* (Imobilizado e intangível):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, ou operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e para o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão de *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise anual de redução ao valor recuperável (*impairment*) independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado, considerando única UGC: ambiental. As premissas de crescimento do negócio são baseadas no orçamento anual para 2021 e projeções de longo prazo de suas controladas. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital. O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue a seguir: • As receitas das UGC incluem prestação de serviço. O crescimento das receitas foi projetado considerando a retomada da economia e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação; • Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do UGC e as tendências de reajuste de custo de pessoal e de investimentos em estrutura; e • As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infraestrutura, máquinas, equipamentos e veículos existentes para operação contínua e atendimento aos contratos com clientes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil. **(e) Ativo de direito de uso - Consolidado**

	Saldo inicial em 1 de janeiro de 2021	Acervo inicial de compra	Novos contratos	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso	–	30.276	22.635	(9.181)	93.834	(50.104)	43.730
	–	**30.276**	**22.635**	**(9.181)**	**93.834**	**(50.104)**	**43.730**

Referem-se principalmente aos imóveis e frotas que são locados de terceiros e para a condução dos negócios da Companhia e suas controladas em diversas localidades do país. A partir de abril/2020 iniciou-se o contrato de arrendamento com partes relacionadas dos imóveis em Nova Odessa/SP e da sede da Companhia em São Paulo/SP, aos quais seguem as condições de mercado. **9. Intangível: (a) Composição do saldo**

Custo	Taxa anual de amortização	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Marcas e patentes		90.957	–
Direito de uso de software	20%	16.592	1.299
Pesquisa e desenvolvimento **(*)**	50%	8.619	–
Ágio pago com expectativa de rentabilidade futura		1.020.443	36.913
Carteira de clientes	50%	207.425	–
Força de trabalho		11.179	
		1.355.215	**38.212**
Amortização acumulada			
Direito de uso de software		(8.563)	(1.294)
Pesquisa e desenvolvimento		(8.516)	–
Carteira de clientes		(10.573)	–
Força de trabalho		(378)	–
		(28.030)	**(1.294)**
Total líquido		**1.327.185**	**36.918**

(*) Refere-se substancialmente a investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento de produtos advindos de resíduos gerados pelos clientes da Companhia e suas controladas.

(b) Movimento do intangível:

Consolidado - 2021

Custo	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Pesquisa e desenvolvimento	Carteira de clientes	Força de trabalho	Ágio com expectativa de rentabilidade futura	Total
Saldo inicial	–	**1.299**	–	–	–	**36.913**	**38.212**
Adições	612	2.278	–	729	–	901.598	**905.217**
Acervo inicial	959	13.442	8.619	3.540	–	28.441	**55.001**
Valor justo de mais-valia	89.386	–	–	203.156	11.179	–	**303.721**
Variação Cambial	–	(427)	–	–	–	–	**(427)**
Transferência **(*)**	–	–	–	–	–	53.491	**53.491**
Saldo final	**90.957**	**16.592**	**8.619**	**207.425**	**11.179**	**1.020.443**	**1.355.215**
Amortização acumulada							
Saldos iniciais	–	**(1.294)**	–	–	–	–	**(1.294)**
					–		
Adições	–	(1.099)	(3.617)	–	–	–	**(4.716)**
Acervo inicial	–	(6.341)	(4.899)	(3.540)	–	–	**(14.780)**
Valor justo de mais-valia	–	–	–	(7.033)	(378)	–	**(7.411)**
Variação Cambial	–	171	–	–	–	–	**171**
Saldos finais	–	**(8.563)**	**(8.516)**	**(10.573)**	**(378)**	–	**(28.030)**
Custo	90.957	16.592	8.619	207.425	11.179	1.020.443	1.355.215
Amortização acumulada	–	(8.563)	(8.516)	(10.573)	(378)	–	(28.030)
	90.957	**8.029**	**103**	**196.852**	**10.801**	**1.020.443**	**1.327.185**

(*) Ágio transferido da controladora Ambipar Participações para a Companhia no momento da transferência das ações. O investimento foi transferido a título oneroso e classificado como partes relacionadas.

Consolidado - 2020

Custo	Ágio com expectativa de rentabilidade	Direito de uso de software	Total
Saldo inicial	–	**1.299**	**1.299**
Adições	36.913	–	**36.913**
Saldo final	**36.913**	**1.299**	**38.212**
Amortização acumulada			
Saldo inicial	–	**(1.290)**	**(1.290)**
Adições	–	(4)	**(4)**
Saldo final	–	**(1.294)**	**(1.294)**
Custo	36.913	1.299	**38.212**
(–) Amortização acumulada	–	(1.294)	**(1.294)**
	36.913	**5**	**36.918**

10. Empréstimos e financiamentos: 10.1. Composição

Controladora

Modalidade	Encargos financeiros - % a.a. (*)	Vencimento	2021 Circulante	2021 Não circulante	2020 Circulante	2020 Não circulante
Capital de giro	2,68 + CDI	Maio de 2026	–	443.923	–	–
			–	**443.923**	–	–

Consolidado

Modalidade	Encargos financeiros - % a.a. (*)	Vencimento	2021 Circulante	2021 Não circulante	2020 Circulante	2020 Não circulante
Capital de giro	3,03 + CDI	Julho de 2026	77.292	596.820	216	531
Financiamento de investimento	10,86	Junho de 2027	82.410	303.108	130	217
Arrendamento mercantil financeiro	8,61	Outubro de 2025	30.149	25.535	–	–
			189.851	**925.463**	**346**	**748**

(*) Custo médio anual ponderado efetivo de juros em 31 de dezembro de 2021. Conforme previsto no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da controladora Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., a Administração renegociou e, antecipou, pagamentos de grande parte dos contratos de empréstimos durante o mês de julho de 2020. Os empréstimos do tipo capital de giro eram considerados de custo elevados. Os custos relacionados ao pré-pagamento dos empréstimos foram registrados em despesas financeiras, no montante de R$ 17.900. **10.2. Descrição: (i) Capital de giro:** as operações de capital de giro são prefixadas com taxa média ponderada de 3,03% a.a., mais CDI, e vencimentos de janeiro de 2022 a julho de 2026; **Giro em moeda estrangeira - Resolução 4131:** Em junho de 2021 a controlada Environmental firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de USD 9.917 mil, equivalente a R$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Banco Bocom BBM S.A. Nassau Branch, com garantia de carta fiança assumida pela Companhia e acionista, com juros de 2,91% a.a. e a variação cambial, com pagamento do principal e juros em 12 parcelas mensais. Para proteção cambial do empréstimo a controlada Environmental contratou instrumento financeiro derivativo, swap de fluxo de caixa, com Banco BBM S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda USD mais taxa prefixada de 2,91% ao ano, pela taxa prefixada de 100% do CDI ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de swap como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos; **(ii) Financiamentos de investimentos (FINAME):** aquisição de veículos pesados e maquinários utilizados para a operação das controladas. Os contratos possuem taxa prefixada com média ponderada de 10,86% a.a., com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em junho de 2027; **(iii) Arrendamento mercantil financeiro:** contratos com taxa prefixada com média ponderada de 8,61% a.a., amortização mensal e vencimento da última parcela em outubro de 2025. **10.3. Cronograma de pagamento das parcelas de passivo não circulante:**

Ano de vencimento	Controladora 2021	Controladora 2020
2023	127.053	–
2024	127.052	–
2025	127.052	–
2026	62.766	–
	443.923	–

Ano de vencimento	Consolidado 2021	Consolidado 2020
2022	–	557
2023	275.285	92
2024	245.387	62
2025	240.356	37
2026	123.731	–
a partir 2027	40.704	–
	925.463	**748**

10.4. Garantias: Os financiamentos com recursos do FINAME estão garantidos pelos bens financiados e foram captados essencialmente para constituição de frota de veículos para a operação das controladas. Estes financiamentos ocorrem por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os empréstimos para capital de giro estão garantidos por avais dos acionistas da Companhia. **11. Debêntures: 11.1. Composição**

Controladora e Consolidado

Modalidade	Encargos financeiros - % a.a.	Vencimento	2021 Circulante	2021 Não circulante	2020 Circulante	2020 Não circulante
Debêntures	**CDI + 2,85**	junho/26	60.000	824.648	–	–
			60.000	**824.648**	–	–

11.2. Cronograma de pagamento das parcelas de passivo não circulante

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado 2021	Controladora e Consolidado 2020
2023	240.000	–
2024	240.000	–
2025	240.000	–
2026	120.000	–
Total	**840.000**	–
Custo de captação (longo prazo)	(15.352)	–
	824.648	–

11.3. Emissão de debêntures: Em 16 de junho de 2021, a Administração da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária deliberou e aprovou a 1ª emissão de debêntures, com a emissão de 900.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R$ 900.000. Os recursos captados foram destinados substancialmente à aquisição correspondente à 100% do capital social da Disal Ambiental Holding S.A.. As debêntures têm vencimento final em junho de 2026, os juros e principal serão pagos trimestralmente, sendo o primeiro pagamento em setembro de 2021 e dezembro de 2022, respectivamente. **11.4. Restrições contratuais e *covenants:*** A Companhia possui contrato de debêntures que conta com determinadas obrigações, inclusive de cumprimento de índices financeiros (covenants). São basicamente vinculados ao índice de cumprimento de Dívida Líquida/EBITDA*, que devem ser medidos semestralmente pela Companhia. Além disso, a Companhia precisa comunicar antecipadamente da realização de: incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária, liquidação, extinção ou dissolução, redução de capital, distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório ou qualquer transferência de ativos da Companhia e suas controladas, bem como entrada com pedido de recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram quaisquer eventos que pudessem incorrer em descumprimento contratual. **12. Fornecedores**

	Controladora Circulante 2021	Controladora Circulante 2020	Consolidado Circulante 2021	Consolidado Circulante 2020
Fornecedores - operações nacionais	1.062	–	18.933	339
Fornecedores - operações internacionais	–	–	34.348	–
	1.062	–	**53.281**	**339**

13. Passivo de arrendamento:

Consolidado

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento (AVP)	Passivo de arrendamento líquido
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	–	–	–
Constituição de novos contratos **(*)**	25.468	(1.148)	24.320
Acervo Inicial da compra	36.998	(5.337)	31.661
Pagamento Principal	(12.442)	–	(12.442)
Pagamento Juros	(1.570)	–	(1.570)
Apropriação de Juros	–	2.048	2.048
Variação cambial	916	40	956
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.370**	**(4.397)**	**44.973**
Circulante	22.356	(1.864)	20.492
Não circulante	27.014	(2.533)	24.481

(*) O montante de PIS e COFINS que está embutido nesse valor é de R$ 392. Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato projetados com taxa real e descontados a taxa nominal, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. O Passivo de arrendamento é registrado na rubrica "Outras contas a pagar" - no passivo circulante e não circulante. A seguir apresentamos, apenas para fins de demonstração conforme requerimento CVM, pois divergem no cruzamento com o saldo atual a valor presente, os fluxos de pagamentos futuros de arrendamentos, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, em relação aos compromissos de arrendamento de direito de uso:

Ano de vencimento	Consolidado 2021
2022	22.470
2023	14.170
2024	10.778
2025	5.993
a partir 2026	1.136
	54.547

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais: 14.1. Composição: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as controladas apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Consolidado

Contingências prováveis:	2021 Depósitos judiciais	2021 Provisão para contingências	2020 Depósitos judiciais	2020 Provisão para contingências
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.010	2.146	4	10
	2.010	**2.146**	**4**	**10**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e previdenciários e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais recursais em sua maioria. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **14.2. Movimentação da provisão para contingências:** A movimentação da provisão para contingências em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
(=) Saldo em 1º de janeiro de 2020	–
(+) Adições	10
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2020	**10**
(+) Acervo aquisição investimento	2.296
(–) Adições	(160)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.146**

14.3. Natureza das contingências: As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. As cíveis referem-se a processos movidos por ex-fornecedores e ex-parceiros vinculados à indenização de danos materiais decorrentes da relação comercial que existiu com as controladas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a Administração reavaliou os critérios de provisão para contingências de natureza trabalhista considerando o risco de perda em cada processo e passou a registrar o valor estimado de perda provável em cada solicitação realizada nos processos. A Companhia e suas controladas possuem contingências classificadas como perda considerada possível em 31 de dezembro de 2021 no montante estimado pelos seus assessores jurídicos de R$ 2.816. **14.4. Contingências ativas:** A controlada Ambipar Logistics moveu ação de danos e indenização a um ex-cliente em virtude de recebíveis inadimplentes sustentados pela prestação efetiva dos serviços e multa contratual de quebra de contrato firmado. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 da causa é de R$ 2.439, cuja estimativa avaliada pelos assessores legais da controlada é de provável êxito na causa. O processo está sendo conduzido pelo jurídico interno do Grupo não existindo passivos adicionais em razão de custos e honorários. **15. Partes relacionadas: 15.1. Composição:** A principal transação com partes relacionadas no Grupo Environmental ESG foi feita nas seguintes condições:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo: Dividendos a receber:				
Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A.	2.297	–	–	–
Ambipar Compliance Solutions S.A.	507	–	–	–
Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A.	487	–	–	–
ZCT Publicidade e Consultoria Ambiental Ltda.	189	–	–	
	3.480	–	–	–
Mútuo (não circulante):				
Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.	–	–	5.976	–
Ambipar Bank Intermediação de Negócios, Pagamentos e Participações	–	–	30	–
Ambipar Environmental	12	41	–	41
Ambipar Facilities	1.486	–	–	–
Ambipar Response S.A.	–	–	228	–
Ambipar Workforce	2.150	–	–	–
Atmo Hazmat Ltda.	–	–	29	–
Ambipar Centroeste	22.201	–	–	–
Amazon Resíduos Ltda.	812	–	–	–
Emergência Participações S.A.	8.895	–	10.027	–
Ambipar Response Insurance Atendimento a Seguros Ltda.	–	–	2	–
Lacerda & Lacerda Serviços de Transportes e Emergências Ambientais Ltda.	200	–	200	–
Ambify Ltda.	1.900	–	–	–
	37.656	**41**	**16.492**	**41**
Transações comerciais (não circulante):				
Inversiones Disal Emergências S.A.	–	–	178	–
Suatrans Training S.A.	–	–	35	–
Servicios Industriales Especializados S.A.	–	–	140	–
	–	–	**353**	–
	37.656	**41**	**16.845**	**41**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo:				
Dividendos a pagar: Acionista controlador	2.536	–	2.536	–
Acionistas não controladores	–	–	1.580	–
	2.536	–	**4.116**	–
Mútuo (não circulante):				
Ambipar Environmental	55.602	–	–	–
Ambipar Environment Reverse Manufacturing	5.004	217	–	217
Ambipar Eco Products	10	10	–	10
Ambipar Participações e Empreedimentos S.A.	471.094	725	544.539	725
Emergência Participações S.A.	–	300	1.217	300
Ambipar Response Insurance Atendimento a Seguros Ltda.	6	6	10.900	6
Ambipar Response S.A.	26	26	17.403	26
Ambipar Compliance	–	–	–	1.824
Atmo Hazmat Ltda.	–	–	199	–
Boomera Ambipar	4.000	–	–	–
Ambipar Mining	8.818	–	–	–
Ambipar Boomera	8.500	–	–	–
Drypol	10.990	–	–	–
Biofílica	29.000	–	–	–
Disal Ambiental	3.341	–	–	–
Ambipar Environmental Waste	1.556	–	–	–
Ambipar Logistics	3.433	–	–	–
Ambipar Coprocessing	2.893	–	–	–
	604.273	**1.284**	**574.258**	**3.108**
Transações comerciais (não circulante):				
Suatrans Chile S.A.	–	–	3	–
	–	–	3	–
	604.273	**1.284**	**574.261**	**3.108**

Mútuos: São transações de conta corrente realizadas exclusivamente entre subsidiárias integrais da controladora Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. Essas transações, cujos contratos são por tempo indeterminado e sem remuneração, são realizadas e têm como característica o conceito de centralização de caixa visando a uma melhor gestão dos recursos financeiros.

Resultado (transações comerciais)	Consolidado 2021
Receitas	
Suatrans Chile S.A.	80
Suatrans Perú S.A.C.	353
Inversiones Disal Emergencias S.A.	3
	436
Custos	
Suatrans Chile S.A.	(71)
Suatrans Perú S.A.C.	–
	(71)
Resultado líquido	**365**

Transações comerciais: Partes relacionadas vinculadas à controlada direta Disal Ambiental Holding S.A., que possui transações estritamente comerciais com a Suatrans Chile S.A. e suas controladas, subsidiárias integrais da controladora Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. Estes contratos foram celebrados com a finalidade de prestação de serviços ambientais, locações, bem como, prestação de serviços de resposta à emergência. Para a celebração de tais transações, há observância de condições comerciais do mercado local. **15.2. Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração de todos os diretores do grupo que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R$ 13.570 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Há benefícios concedidos de uso de veículos, reembolsos, viagens e outros aos diretores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 esses benefícios somaram R$ 1.051. Em 31 de dezembro de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações. **16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 216.000.000 ações ordinárias nominativas (2.000.000 ações ordinárias nominativas em 2020), no montante de R$ 18.000.000. Em 31 de dezembro de 2020, a controladora Ambipar Participações firmou com a Companhia um instrumento particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R$16.000, para o qual as contratantes atribuíram caráter irrevogável e irretratável. Consoante ao pactuado entre a Ambipar Participações e a Companhia, o AFAC foi convertido em capital social da Environmental ESG Participações em janeiro de 2021, com emissão de 16.000.000 ações. Em 17 de setembro de 2021, a companhia aprovou o desdobramento, sem modificação do valor do capital social, com a resultante substituição de cada ação ordinária nominativa e sem valor nominal atualmente emitida por 12 (doze) ações de emissão da Companhia, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações. Desta forma, o capital social da Companhia deixou de ter 18.000.000 ações e passou a ter 216.000.000 ações ordinárias. **16.2. Reservas de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **Reserva de lucros a realizar:** A reserva de lucros a realizar está representada pelos lucros não distribuídos, em razão dos resultados de equivalência patrimonial que não se realizaram de suas investidas. **Aprovação das destinações de lucros de 2021:** A Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a retenção do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, como "Reserva de lucros a realizar" no montante de R$ 7.608, nos quais poderá ser realizada quando dos lucros atribuídos a resultado de equivalência de investimentos se realizarem, por exemplo, com o recebimento de dividendos das controladas e controladas em conjunto. No exercício de 2022 a Companhia irá distribuir dividendos no montante de R$ 2.536, como dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021, não sendo necessário complemento a ser deliberado. Em decorrência do acima descrito, o lucro líquido da Companhia tem sido destinado da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	12.892
Absorção de prejuízo acumulado de exercícios anteriores	(2.214)
Distribuição do resultado do exercício	(2.536)
Destinação da reserva legal (5%)	(534)
Apropriação em reserva de lucros a realizar	**7.608**

16.3. Lucro (Resultado) por ação: Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o exercício.

Lucro (Resultado) por ação	2021	2020
Resultado das operações atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	30.817	(565)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	216.000.000	2.000.000
Resultado por ação-básico (em Reais)	0,14	(0,28)
Resultado por ação-diluído (em Reais)	0,14	(0,28)

Diluído: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresenta diluição de ações ordinárias. **16.4. Participação dos acionistas não controladores:** A movimentação dos não controladores mencionada na demonstração das mutações do patrimônio líquido refere-se substancialmente a aquisição das controladas Ambipar Environmental Nordeste S.A., Ambipar Environmental Mining Ltda., Boomera Ambipar Gestão Ambiental S.A., Ambipar Environmental Centroeste S.A., Ambipar Boomera Environmental Machines S.A., Drypol Ambipar Environmental Pet Solutions S.A., Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A., SIR Ambiente Inteligência Ambiental Ltda., Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A. e Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Ltda. **17. Receita operacional líquida:** A reconciliação da receita bruta para a receita líquida de prestação de serviços é como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta de prestação de serviços	–	30	1.276.844	4.375
Cancelamentos	–	–	(14.500)	(2)
Impostos incidentes	–	–	(169.576)	(287)
Receita operacional líquida	–	**30**	**1.092.768**	**4.086**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta no mercado interno	–	30	952.807	4.375
Receita bruta no mercado externo **(*)**	–	–	324.037	–
Receita operacional líquida	–	**30**	**1.276.844**	**4.375**

(*) A receita bruta no mercado externo é proveniente das investidas no exterior: Disal Ambiental Holding S.A. e controladas.

18. Custos e despesas por natureza:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Pessoal e encargos trabalhistas	(603)	(55)	(394.393)	(2.751)
Materiais utilizados na prestação de serviços	–	–	(32.644)	–
Combustíveis	–	–	(40.851)	(1)
Fretes e pedágios	–	–	(23.245)	(2)
Manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos e veículos	(1)	(1)	(72.889)	(6)
Tributos	(587)	(5)	(7.649)	(16)
Aluguel e Condomínio	–	–	(1.334)	(96)
Locação de bens, veículos, máquinas e equipamentos	–	–	(3.314)	(25)
Despesas com telefonia	–	–	(2.219)	(13)
Despesas com viagens	(113)	–	(3.310)	(144)
Depreciação e amortização	(22)	(44)	(131.969)	(44)
Publicidade e propaganda	(63)	–	(9.121)	(171)
Serviços de terceiros	(1.349)	(184)	(130.974)	(853)
Outras despesas	(11)	(26)	(86.247)	126
	(2.749)	**(315)**	**(940.159)**	**(3.996)**
Custo dos serviços prestados	–	(48)	(867.175)	(4.178)
Gerais, administrativas e com vendas	(2.823)	(268)	(77.054)	(268)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	74	1	4.070	450
	(2.749)	**(315)**	**(940.159)**	**(3.996)**

19. Resultado financeiro, líquido:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	–	2	271	2
Juros cobrados	–	–	348	3
Receitas com aplicação financeira	3.403	–	6.031	–
Variação Cambial Ativa	–	–	3.299	–
Variação monetária ativa	–	–	162	–
Outras	–	–	859	–
	3.403	**2**	**10.970**	**5**
Despesas financeiras				
Juros pagos	(13)	(41)	(11.009)	(640)
Juros sobre empréstimos	(16.119)	(2)	(42.719)	(2)
Juros sobre debêntures	(42.578)	–	(48.196)	–
Descontos concedidos	–	–	(760)	–
Despesas bancárias	(70)	(3)	(1.933)	(17)
IOF	(19)	–	(4.517)	(4)
Variação cambial passiva	(4)	–	(2.354)	–
Variação monetária passiva	(16)	–	(134)	–
Outras	(376)	–	(5.093)	–
	(59.195)	**(46)**	**(116.715)**	**(663)**
Resultado financeiro líquido	**(55.792)**	**(44)**	**(105.745)**	**(658)**

20. Imposto de Renda e Contribuição Social: (a) Composição da despesa:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	–	–	(23.282)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	–	3	7.235	3
Despesa de imposto de renda	–	3	**(16.047)**	**3**

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	12.892	(568)	46.864	(568)
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes - 34%	(4.383)	193	(15.934)	193
Reconciliação:				
Reconhecimento de IRPJ/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal	–	3	163.050	3
Saldo inicial pela compra	–	–	(139.619)	–
Ajustes de diferenças permanentes em outras jurisdições	–	–	(187)	–
Ajuste Diferenças de regime tributário	–	–	(8.652)	–
Outros ajustes de diferenças temporárias e permanentes	4.383	(193)	(14.705)	(193)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	**3**	**(16.047)**	**3**
Alíquota efetiva de IR e CS - %	–	**0,5%**	**34,2%**	**0,5%**

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia registra o imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo no limite de sua realização, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, assim como, demonstra a base de constituição do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, constituído levando em consideração as obrigações existentes em outras jurisdições, demonstrado separadamente no ativo e passivo em razão de serem autoridades tributárias distintas, conforme segue:

Bases fiscais - Ativo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo fiscal e base negativa	1.346	1.345	70.263	1.345
	1.346	**1.345**	**70.263**	**1.345**
Imposto de renda - 25%	337	336	17.565	336
Contribuição social - 9%	121	121	6.324	121
Imposto de renda e contribuição social - ativo	**458**	**457**	**23.889**	**457**

Bases fiscais - Passivo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisões - diferenças temporárias	–	–	(348.037)	–
Diferenças temporárias em outra jurisdição	–	–	(34.558)	–
	–	–	**(382.595)**	–
Imposto de renda - 25%	–	–	(95.648)	–
Contribuição social - 9%	–	–	(34.434)	–
Imposto de renda e contribuição social - passivo	–	–	**(130.082)**	–

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Environmental ESG Participações S.A.

(d) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
Movimentação	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial - ativo, líquido do passivo/(passivo)	**457**	**454**	**457**	**454**
Realização no resultado	–	3	7.235	3
Outras movimentações - base de cálculo dos tributos	1	–	(113.885)	–
Saldo final - ativo, líquido do passivo/(passivo)	**458**	**457**	**(106.193)**	**457**

(e) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
Realização por ano (*)	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
2021	–	114	–	114
2022	115	114	5.972	114
2023	115	114	5.972	114
2024	115	115	5.972	115
2025 em diante	113	–	5.973	–
	458	**457**	**23.889**	**457**

21. Informação por segmento: A Administração definiu o segmento operacional da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração, o qual está segmentado como serviços ambientais ("Environment"), que é a própria Companhia. Outros negócios estão vinculados a própria Companhia, holding de negócios e outras atividades não vinculadas anteriormente e mencionadas na Nota N° 1.1. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Os resultados da Companhia são auferidos principalmente no Brasil até junho de 2021. A partir dessa data, com a aquisição de negócios no Chile, Peru e Paraguai, essa distribuição geográfica foi redistribuída. **22. Seguros:** A Companhia e suas controladas possuem um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação. As coberturas contratadas são baseadas em critérios do estudo de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia e suas controladas. As principais em 31 de dezembro de 2021 estão detalhadas a seguir:

Segurado	Ramo	Objeto	Valor Segurado	Vigência
Ambipar Environmental Solutions	Responsabilidade Civil	Prest. Serviços em locais de terceiros	1.000	05/07/2022
Ambipar Environmental Nordeste Ltda.	Seguro Geral	Cobertura Empresarial Incendio/Raio/Explosao/Queda de Aeronave	6.000	27/02/2023
Ambipar Logistics Ltda.	Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional	Cobertura da carga em viagens internacionais	1.116	10/02/2023
Ambipar Logistics Ltda.	Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C)	Acidente da carga	1.200	31/03/2022
Ambipar Environmental Mining Ltda.	Responsabilidade Civil Geral	Obras Civis e/ou prestação de Serviços de Montagem, Instalação e/ou Assistência Técnica e Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos em Geral.	1.000	01/10/2022
Ambipar Environmental Mining Ltda.	Responsabilidade Civil Geral	RC Prestação de Serviços em Locais de Terceiros; RC Empregador; RC Cruzada em Prestação de Serviços em Locais de Terceiros - até 10 prestadores; RC Circulação de Equipamentos nas Vias Públicas Adjacentes; Danos Morais e/ou Estéticos, para as coberturas acima.	1.000	01/10/2022
Ambipar Environmental Mining Ltda.	Responsabilidade Civil Geral	Obras Civis e/ou prestação de Serviços de Montagem, Instalação e/ou Assistência Técnica e Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos em Geral.	1.000	01/03/2022

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa.

	Consolidado	
	2021	**2020**
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	255.470	–
Saldo a pagar pela aquisição de investimentos	117.037	16.000
Arrendamento	24.320	–
Participação dos não controladores	87.822	15
Aumento de capital com AFAC	16.000	–
Recebimento de investimento com partes relacionadas	329.029	–
Dividendos Propostos	2.536	
Dividendos a Receber	3.480	

24. Impactos na Companhia e suas controladas e medidas tomadas - COVID-19: Desde o início da pandemia, instalamos um Comitê de Contingência, que está atuando em diversas frentes e se reunindo periodicamente para tomar as decisões necessárias visando principalmente cuidar da saúde de todos nossos colaboradores, dentre as ações adotadas podemos destacar: instalação do túnel de descontaminação na entrada das instalações da Companhia; desinfecção de ambiente realizada periodicamente; adoção home office para parte dos colaboradores inclusive os considerados como classe de risco; e disponibilização de um Doutor Virtual. As decisões tomadas são reavaliadas constantemente, de acordo com o desenrolar dos fatos, determinações e orientações das autoridades competentes. A Administração da Companhia e suas controladas entende que o perfil dos serviços prestados por nossas unidades de negócio tem se demonstrado aderente a situação atual, pois parte substancial do faturamento é baseada em contratos de longo prazo com alta previsibilidade de receita e considerado como essencial para nossos clientes e Sociedade. Além disso, passamos a oferecer os serviços de desinfecção de ambientes comerciais, industriais e administrativos, o que demonstra a capacidade da Companhia de inovação para capturar oportunidades, mesmo em momentos adversos. Caso a duração da curva de contágio da pandemia decorrente do COVID-19 se prolongar no tempo, poderá trazer uma desaceleração natural da economia dos países em que atuamos, porém, podemos afirmar que a Companhia possui uma estrutura de capital robusta e suficiente para atravessar um cenário ainda mais adverso. Ressaltamos que a Administração da Companhia também revisa periodicamente sua estrutura de custos, com manutenção de um plano robusto de crescimento com investimentos na complementariedade em nosso portifólio de serviços e atuação de forma global, aliando capilaridade e qualidade nos serviços prestados. **25. Previdência privada:** A controlada Metal Ar concede a todos os seus colaboradores a opção de aderirem ao plano de previdência privada Renda Total Empresarial Metal Ar (contribuição mensal definida) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Nesse plano, todos os participantes aderentes têm o valor determinado de suas contribuições mensais, limitadas a 4% da renda bruta, sendo a controlada Metal Ar responsável por contribuir com o mesmo valor. Em 31 de dezembro de 2021 o número de participantes era:

	31/12/2021
Colaboradores optantes do plano de previdência privada	85
Total de colaboradores	**596**
% de colaboradores no plano	**14,26%**

O total gasto durante o exercício de 2021 a título de contribuição por parte da controlada Metal Ar foi de R$ 118.

26. Eventos subsequentes

Item	Evento	Data	Descrição
1	Início da construção do projeto GIRI pela Disal Ambiental Holding S.A.	Janeiro/2022	Em janeiro de 2022 a controlada indireta Disal Ambiental Holdins S.A. anunciou o início da construção do Projeto GIRI localizado na cidade de Santiago no Chile que será uma planta de classificação, pré-tratamento e preparação para reciclagem e valorização de resíduos com capacidade de 60.000 toneladas por ano, com faturamento líquido, potencial, de USD 8 milhões e margem EBITDA potencial de 70% ao ano. O investimento total do Projeto será de, aproximadamente, USD 18 milhões e a entrada em operação está prevista para o início de janeiro de 2023.
2	Anúncio da aquisição de 100% das empresas Fox Comércio de Aparas Ltda. e Fox Indústria e Comércio de Plásticos Reciclados Ltda. ("FOX") pela Companhia	Fevereiro/2022	Em fevereiro de 2022 a Companhia anunciou a aquisição de 100% das empresas Fox Comércio de Aparas Ltda. e Fox Indústria e Comércio de Plásticos Reciclados Ltda., empresas que estão há mais de 40 anos no mercado de Gerenciamento de Resíduos e é especializada em captação e comercialização de resíduos industriais e materiais recicláveis, incluindo a logística reversa.
3	Parceria com a empresa BP Carbon Trading Limited pela controlada Biofílica Ambipar Environmental S.A.	Março/2022	A Companhia informa que a controlada direta Biofílica Ambipar Environmental S.A., assinou Termo de Parceria com a empresa BP Carbon Trading Limited ("British Petroleum") com objetivo de formar uma Joint Venture para promover, desenvolver e operar projetos de compensação de carbono de soluções baseadas na natureza (NBS) no Peru, tendo como objetivo tornar-se a maior empresa de Nature-based Solutions do mundo a médio e longo prazo.
4	Registro na Verra	Março/2022	A controlada Ambipar Environmental Solutions completou o processo de registro no mercado voluntário internacional na Verra do projeto "Regeneração do Solo com tratamento de resíduos orgânicos" utilizando o produto "ECOSOLO".

A Diretoria **Contador: Thiago da Costa Silva -** CRC SP 248945/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Environmental ESG Participações S.A.** Nova Odessa - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Environmental ESG Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Environmental ESG Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação de impairment ativo intangível, principalmente àqueles com vida útil indefinida:** Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui ativo intangível, no montante de R$ 1.327.185 mil (consolidado), em 31 de dezembro de 2021. A maior parte dos direitos envolvidos estão relacionados as suas operações mercantis e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Companhia realiza teste de impairment, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos; • Utilização de profissionais especializados para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus especialistas externos contratados para elaboração dos relatórios de análise; • Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços; e • Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Combinações de negócios:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.23 e 7.1, em 2021 ocorreram diversas aquisições de negócios aderentes ao CPC 15R1/IFRS3, que contempla ágios pagos com expectativa de rentabilidade futura, no montante de R$ 917.411 mil (consolidado). O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerentes aos processos de combinação de negócios, que envolvem, determinação da data de aquisição, bem como na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio apurado decorrente das negociações. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura do contrato e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia; • Envolvimento de nossos especialistas em avaliação de empresas para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado; • Avaliação dos balanços iniciais na data em que o controle é adquirido, quanto as práticas contábeis adotadas pelas empresas adquiridas se são condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); • Revisão do cálculo de determinação do ágio definitivo apurado nas transações; e • Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre as combinações de negócio, que está consistente com a avaliação realizada, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócio e a determinação do ágio com expectativa de recuperação futura, são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado individual e consolidada - informação suplementar:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, que compreende a diretoria da Companhia e suas controladas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre à eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 031522/F

Esmir de Oliveira Contador CRC 1 SP 109628/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65E3-E5D6-F8F4-8506.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/65E3-E5D6-F8F4-8506 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 65E3-E5D6-F8F4-8506

Hash do Documento

B741A6AFD588844ABEDBD3A0A61E283E6A3BAA4F3885435F3E688E8DDC24A048

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- [x] Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.667.694/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
Ativo				**Passivo e patrimônio líquido**			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**7.131**	12.360	Fornecedores	10	**130.861**	77.207
Contas a receber, líquidas	5	**96.588**	88.947	Obrigações fiscais, líquidas	11	**8.907**	8.654
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	**23.920**	14.615	Obrigações sociais e trabalhistas		**6.629**	6.386
Partes relacionadas	13	**377.000**	372.884	Provisões	12	**4.307**	5.162
Outros ativos		**3.324**	4.687	Partes relacionadas	13	**88.041**	61.217
		507.963	493.493	Passivo de arrendamento	14	**4.173**	4.623
Não circulante						**242.918**	163.249
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	**8.983**	6.783	Não circulante			
Tributos diferidos, líquidos	6.2	**138.552**	39.279	Partes relacionadas	13	**23.454**	31.973
Depósitos e bloqueios judiciais	12.1	**3.354**	3.591	Provisões	12	**13.944**	6.110
Ouros ativos		**21**	–	Obrigações fiscais, líquidas	11	**7**	7
Investimentos	7	**1.029.580**	888.519	Passivo de arrendamento	14	**12.402**	15.343
Imobilizado	8	**792.015**	743.598	Passivo atuarial	15	**57**	71
Intangível	9	**85.044**	70.352	Outros		**5.798**	5.606
		2.057.549	1.752.122			**55.662**	59.110
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social realizado		**1.670.708**	1.670.708
				Reservas de lucros		**596.524**	378.486
				Outros resultados abrangentes		**(300)**	(25.938)
						2.266.932	2.023.256
Total do ativo		**2.565.512**	2.245.615	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**2.565.512**	2.245.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Perdas em transação de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Perdas em transação de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	839.892	17.249	279.130	(25.586)	–	(343)	–	1.110.342
Reclassificação ganho e perda em transação de capital	–	–	–	25.586	–	–	(25.586)	–
Saldos em 01 de janeiro de 2020 reapresentado	839.892	17.249	279.130	–	–	(343)	(25.586)	1.110.342
Aumento de capital (Nota 1. iii)	830.816	–		–	–		–	830.816
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	82.896	–	–	82.896
Constituição de reserva legal (Nota 16)	–	4.144	–	–	(4.144)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	–	–	–	–	(789)	–	–	(789)
Constituição de reserva de lucros (Nota 16)	–	–	77.963	–	(77.963)	–	–	–
Passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	–	(9)	–	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado	1.670.708	21.393	357.093	–	–	(352)	(25.586)	2.023.256
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**245.715**	**–**	**–**	**245.715**
Constituição de reserva legal (Nota 16)	**–**	**11.006**	**–**	**–**	**(11.006)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.091)**	**–**	**–**	**(2.091)**
Constituição de reserva de lucros (Nota 16)	**–**	**–**	**207.032**	**–**	**(207.032)**	**–**	**–**	**–**
Passivo atuarial, líquido	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**52**	**–**	**52**
Ganho e perda em transação de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**(25.586)**	**–**	**25.586**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.670.708**	**32.399**	**564.125**	**–**	**–**	**(300)**	**–**	**2.266.932**
		596.524				**(300)**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	17	**686.347**	621.569
Custo dos serviços prestados	18	**(593.374)**	(526.829)
Lucro bruto		**92.973**	94.740
Despesas comerciais	18	**(26.638)**	(28.677)
Despesas gerais e administrativas	18	**(76.908)**	(53.377)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	**14.140**	18.865
Resultado de equivalência patrimonial	7	**141.027**	57.737
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**144.594**	89.288
Receitas financeiras	19	**8.470**	8.738
Despesas financeiras	19	**(5.264)**	(2.333)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**147.800**	95.693
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	**(1.368)**	(7.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	**99.283**	(5.708)
Lucro líquido do exercício		**245.715**	82.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**245.715**	82.896
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**79**	(15)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**(27)**	6
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**52**	(9)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**245.767**	82.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**245.715**	82.896
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**92.167**	89.624
Tributos diferidos, líquidos	**(99.283)**	5.708
Provisão para variação cambial	**(139)**	(184)
Provisão para contingências	**7.448**	1.442
Provisão para perdas de crédito esperadas	**1.947**	3.682
Baixa de imobilizado e intangível	**259**	482
Equivalência patrimonial	**(141.027)**	(57.737)
Juros provisionados	**1.227**	1.172
	108.314	127.085
Atividades operacionais:		
Contas a receber	**(9.588)**	(15.545)
Tributos a recuperar, líquidos	**(11.505)**	(9.516)
Partes relacionadas	**12.098**	(4.211)
Depósitos e bloqueios judiciais	**237**	(246)
Fornecedores	**53.654**	4.775
Obrigações fiscais, líquidas	**253**	51
Provisões	**(524)**	478
Outras	**1.789**	(1.128)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**154.728**	101.743
Atividades de investimento:		
Adições para imobilizado e intangível	**(154.977)**	(94.031)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(154.977)**	(94.031)
Atividades de financiamento:		
Pagamento de arrendamento	**(4.980)**	(5.062)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(4.980)**	(5.062)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	**(5.229)**	2.650
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.360**	9.710
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.131**	12.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Telmex do Brasil S.A. ("TdB" ou "Companhia") tem como atividades a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem como controladora a Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"), que detém, diretamente e indiretamente, 99,99% do seu capital social.

Operações societárias 2021:

Como parte da estratégia do grupo, foram realizadas diversas operações societárias conforme descrito abaixo. Por se tratar de transações entre entidade sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros e não foi gerado nenhum ágio ou deságio nas transações.

i. Consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro

No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro S.A. ("Claro"), permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. Tal consolidação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 05 de fevereiro de 2021, conforme descrito abaixo:

a) Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 30ª ACS da Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par") um aumento de capital no valor de R$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, o qual foi subscrito e integralizado pela Claro Telecom Participações ("Claropar"), Claro e Telmex Solutions S.A. ("TST") conforme disposto no quadro a seguir:

Sócia	Quotas Subscritas	Valor da Integralização	Forma Integralização
Claro	2.108.779.983	R$2.108.780	Conferência de 404.165.476 Ações Ordinárias e 79.065.785 Ações Preferenciais da Companhia
Claropar	859.968.067	R$859.968	Conferência de 1.920.804.430 Ações Ordinárias e 2.920.804.429 Ações Preferenciais da Embratel TVSAT Telecomunicações S.A. ("Tvsat")
TST	369.351.868	R$369.351	2.079.446.141 Ações Ordinárias da Tvsat.
Total	**3.338.099.918**	**R$3.338.099**	

Ainda em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através 90ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a totalidade das ações por esta detida na Companhia e Tvsat.

Em decorrência dessa operação, a Claro deixou de ser acionista direta da Companhia.

ii. Transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT:

Em abril e junho de 2021, a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. Tal operação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 30 de junho de 2021, conforme descrito abaixo:

a) Em 15 de junho de 2021, em AGE da Tvsat, foi aprovado aumento de capital na Tvsat pela Claro NXT no montante de R$748.766 com a emissão de 3.904.966.169 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro NXT e integralizadas com ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Sátelite D-2).

Em decorrência dessa operação, a Companhia renunciou o seu direito de preferência para subscrição das Novas Ações em favor da Claro NXT e como consequência teve uma diluição de sua participação total na Tvsat, a qual passou de 41,95% para 31,60%.

Operações societárias 2020:

iii. Conferência de ativos

a) Em 01 de setembro de 2020, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia, no montante de R$ 830.816 com a emissão de 205.417.262 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito pela Claro S.A. e integralizado por meio da conferência de ativos e direitos da Claro S.A.

b) Em 02 de setembro de 2020, foi deliberado, em AGE, um aumento de capital na Tvsat no montante de R$830.816, com emissão de 1.961.451.187 ações ordinárias e 3.040.897.327 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito pela Companhia e integralizado por meio da conferência de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites.

Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Neste ano de 2021 extremamente atípico e desafiador, marcado pela continuidade da pandemia do COVID-19, foi dado seguimento ao funcionamento do Comitê de Crise (criado desde o início da pandemia em 2020) formado por membros da alta administração da Companhia com o objetivo de dar celeridade às avaliações e decisões sobre as medidas preventivas e necessárias à continuidade dos negócios, à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Até o momento, a Companhia não sofreu nenhum impacto material na recuperabilidade de ativos e perda com recebíveis em sua operação. A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira, e a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados, interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 30 de março de 2022.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

3. Políticas contábeis

3.1. Novas políticas contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1° de janeiro de 2021 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	
IFRS 7/CPC 40 (R1) *Financial Instruments: Disclosures*/Instrumentos Financeiros: Divulgações.	Alterações: relativas a questões de substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.
IFRS 9/CPC 48 - *Financial Instruments*/ Instrumentos Financeiros.	
IAS 39/CPC 38 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement/ Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.*	
IFRS 16/CPC 06 (R2) - *Leases*/ Operações de arrendamento mercantil.	Deliberação CVM Nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 que estabelece alterações em decorrência de benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros:

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Vigências
IFRS 1/CPC 43 (R1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*/Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado por melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)	1° de janeiro de 2022
IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Business Combinations* / Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)	1° de janeiro de 2022
IFRS 9/CPC 48 - *Financial Instruments*/Instrumentos Financeiros.	Alterado pelas melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (taxas no teste '10% 'para desreconhecimento de passivos financeiros)	1° de janeiro de 2022
IFRS 10/CPC 36 (R3) *and* IAS 28/CPC 18 (R2) - *Investment Entities: Applying the Consolidation Excepction* / Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IAS 16/CPC 27 - *Property, Plant and Equipment /* Ativo Imobilizado	Alterado por imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)	1° de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets / Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.*	Alterado por contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)	1° de janeiro de 2022
IFRS 17/CPC 50 - *Insurance contracts* / Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	Alterações para abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17	1° de janeiro de 2023
IFRS 17/CPC 50 - *Insurance contracts* / Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	Alterações relativas à aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) — *Presentation of Financial Statements* / Apresentação das demonstrações financeiras.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alterações à IAS 1)	1° de janeiro de 2023
IAS 1/CPC 26 (R1) — *Presentation of Financial Statements* / Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1° de janeiro de 2023
IAS 8/CPC 23 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors /* Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Alterações relativas à definição de estimativas contábeis	1° de janeiro de 2023
IAS 12/CPC 32 — *Income taxes* / Tributos sobre o lucro	Alterado por imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1° de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1° de janeiro de 2022 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, conforme demonstrado na Nota 4.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Contas a receber, líquidas

Referem-se, principalmente, aos valores a receber faturados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, conforme demonstrado na Nota 19.

3.6. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pela coligada, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.7. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado conforme descrito na Nota 8.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.8. Arrendamento mercantil

A Companhia avalia na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Companhia como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que serão realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.667.694/0001-40

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Telmex do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

3.10. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2021 e projeções orçamentárias para 2022, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

• Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

• Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

• Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.11. Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais vide Nota 12.

Adicionalmente, a Companhia possui obrigações legais referentes a impostos, taxas e contribuições que estão atreladas a discussões judiciais, para as quais mantém provisão dos valores devidos.

3.12. Tributação

Impostos sobre prestação de serviços e vendas

A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

• PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal;
• COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
• ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal;
• ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.

Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado.

As receitas de serviços de telecomunicações estão sujeitas ainda ao (i) FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), e (ii) o FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações). Ambas são contribuições de intervenção no domínio econômico são calculadas sobre as receitas brutas decorrentes dos serviços de telecomunicações, ajustadas em conformidade com as regras estabelecidas pela Anatel e Ministério das Comunicações. A alíquota combinada destas contribuições é de 1,5% (1% para o FUST e 0,5% para o FUNTTEL). De acordo com a lei que as instituiu, tais contribuições não podem ser repassadas aos clientes e, consequentemente, devem ser assumidas e absorvidas pela Companhia.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em coligadas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em coligadas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo com contribuição variável é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país, conforme Nota 15.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Arrendamento - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. O prazo médio da vida útil dos ativos de direito de uso é de cinco anos.

3.14. Participação de empregados no resultado

A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

3.17. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

3.18. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	**7.131**	12.360
	7.131	12.360

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

5. Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Serviços de telecomunicações	**110.975**	101.387
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(14.387)**	(12.440)
	96.588	88.947

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	**72.267**	70.615
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	**19.877**	247
De 31 a 60 dias	**8.617**	9.823
De 61 a 90 dias	**4.161**	11.808
Mais de 90 dias	**6.053**	8.894
	110.975	101.387

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	2021	2020
Saldo Inicial	**12.440**	11.741
Provisão constituída	**1.947**	3.682
Baixa de provisão	**–**	(2.983)
Saldo Final	**14.387**	12.440

6. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

6.1. Tributos a recuperar, líquidos

	2021	2020
ICMS	**31.445**	21.388
IRRF	**1.448**	–
Outros	**10**	10
	32.903	21.398
Circulante	**23.920**	14.615
Não circulante	**8.983**	6.783

6.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 32.

A existência de lucros tributáveis futuros da Companhia está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, que indicam a plena realização destes ativos. Tais estudos, aprovados pelo Conselho de Administração da controladora indireta Claro Telecom Participações S.A., correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados desta Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Ativo fiscal		
Prejuízo fiscal	**80.538**	8.451
Base negativa de contribuição social	**30.646**	3.042
Diferenças temporárias:		
Receita de juros capitalizados (1)	**–**	22.442
Provisão para perdas de crédito esperadas	**4.892**	4.230
Provisão para contingências	**4.457**	1.960
Tributos com exigibilidade suspensa	**423**	423
Ativo atuarial	**19**	–
IFRS 16	**186**	–
Outros	**23.868**	5.208
	145.029	45.756
Passivo fiscal		
Efeitos IFRS 15	**(6.477)**	(6.477)
	(6.477)	(6.477)
Ativo fiscal diferido, líquido	**138.552**	39.279

(1) Receitas de juros decorrentes entre a Companhia e a controladora Claro. Esta receita foi diferida contabilmente, porém, tributada fiscalmente de acordo com a legislação tributária vigente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.458	22.542	45.000
Constituição	4.552	1.639	6.191
Realização	(8.758)	(3.154)	(11.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.252	21.027	39.279
Constituição (1)	**90.518**	**34.239**	**124.757**
Realização	**(18.738)**	**(6.746)**	**(25.484)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**90.032**	**48.520**	**138.552**

(1) A Companhia registrou ativo fiscal diferido de imposto de renda e bases negativas de contribuição social de R$100.297 em 31 de dezembro de 2021 fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização do ativo fiscal diferido, líquido:

Ano	Montante
2022	**12.105**
2023	**9.511**
2024	**11.241**
2025	**14.919**
2026 a 2030	**97.253**
Total	**145.029**

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

7. Investimento

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

	Tvsat
Saldo em 31 de dezembro 2019	–
Aporte de capital (Nota 1. iii b)	830.816
Resultado de equivalência patrimonial	57.737
Reflexo de passivo atuarial	(34)
Saldo em 31 de dezembro 2020	888.519
Resultado de equivalência patrimonial	141.027
Reflexo de passivo atuarial	34
Saldo em 31 de dezembro 2021	**1.029.580**

Em 31 de dezembro de 2021, os detalhes da investida são como se seguem:

	2021		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat	**391.071**	**3.257.783**	**9.866.668**	**5.961.702**	**31,60**	**19,88**

Em 31 de dezembro de 2020, os detalhes da investida eram como se seguem:

	2020		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/Quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Tvsat	199.903	2.117.839	5.961.702	5.961.702	41,95	32,90

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes da investida na qual a Companhia possui influência significativa e contabilização pelo método de equivalência patrimonial:

	Tvsat	
	2021	2020
Resumo do Balanço Patrimonial:		
Ativo circulante	**2.196.735**	1.943.352
Ativo não circulante	**1.782.253**	1.135.815
Total do ativo	**3.978.988**	3.079.167
Passivo circulante	**564.293**	776.370
Passivo não circulante	**156.912**	184.958
Patrimônio líquido	**3.257.783**	2.117.839
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.978.988**	3.079.167
Resumo da Demonstração de Resultados:	**2021**	**2020**
Receita operacional, líquida	**1.347.356**	1.487.515
Custos e despesas operacionais	**(1.040.869)**	(1.254.359)
Receita (despesa) financeira, líquida	**(9.542)**	(23.591)
Imposto de renda e contribuição social	**94.126**	(9.662)
Lucro líquido do exercício	**391.071**	199.903

8. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

Custo		Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências (1)	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos de transmissão		616.509	43	–	15.402	–	631.954	**3**	**(65)**	**18.158**	**–**	**650.050**
Infraestrutura de telecomunicações		323.305	–	(134)	678	–	323.849	**397**	**(196)**	**9.233**	**–**	**333.283**
Equipamentos de comutação		509.527	302	–	35.662	–	545.491	**–**	**–**	**46.650**	**–**	**592.141**
Outros ativos imobilizados (2)		188.800	–	(58)	9.194	–	197.936	**–**	**–**	**7.098**	**–**	**205.034**
Ajuste ao valor de realização		(195.153)	–	–	–	–	(195.153)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(195.153)**
Prédios		240.825	–	–	–	–	240.825	**–**	**–**	**143**	**–**	**240.968**
Terrenos		102.891	–	–	893	–	103.784	**–**	**–**	**665**	**–**	**104.449**
Estoque de investimento		78.108	75.042	(311)	(63.267)	–	89.572	**119.061**	**–**	**(84.144)**	**–**	**124.489**
Imobilizado em operação e andamento		1.864.812	75.387	(503)	(1.438)	–	1.938.258	**119.461**	**(261)**	**(2.197)**	–	**2.055.261**
Direito de uso em arrendamento (b)		11.116	–	–	–	14.044	25.160	**–**	**–**	**–**	**558**	**25.718**
Total		1.875.928	75.387	(503)	(1.438)	14.044	1.963.418	**119.461**	**(261)**	**(2.197)**	**558**	**2.080.979**
Depreciação	**Vida útil estimada em anos**	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2021**
Equipamentos de transmissão	10 e 20	(582.655)	(7.365)	–	–	–	(590.020)	**(8.845)**	**–**	**–**	**–**	**(598.865)**
Infraestrutura de telecomunicações	5,10 e 25	(273.970)	(6.139)	4	(21)	–	(280.126)	**(6.629)**	**2**	**–**	**–**	**(286.753)**
Equipamentos de comutação	10	(328.027)	(17.724)	–	–	–	(345.751)	**(21.572)**	**–**	**–**	**–**	**(367.323)**
Prédios	25	(26.918)	(9.985)	–	–	–	(36.903)	**(9.988)**	**–**	**–**	**–**	**(46.891)**
Outros ativos imobilizados (2)	5	(125.601)	(21.875)	17	21	–	(147.438)	**(20.170)**	**–**	**–**	**–**	**(167.608)**
Ajuste ao valor de realização		184.061	2.051	–	–	–	186.112	**2.053**	**–**	**–**	**–**	**188.165**
Imobilizado em operação e andamento		(1.153.110)	(61.037)	21	–	–	(1.214.126)	**(65.151)**	**2**	**–**	**–**	**(1.279.275)**
Direito de uso em arrendamento (b)		(1.635)	–	–	–	(4.059)	(5.694)	**–**	**–**	**–**	**(3.995)**	**(9.689)**
Total		(1.154.745)	(61.037)	21	–	(4.059)	(1.219.820)	**(65.151)**	**2**	**–**	**(3.995)**	**(1.288.964)**
Imobilizado, líquido		721.183	14.350	(482)	(1.438)	9.985	743.598	**54.310**	**(259)**	**(2.197)**	**(3.437)**	**792.015**

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para intangível.

2) Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

O saldo de imobilizado em andamento é constituído principalmente por custos para construções de rede e/ou outros ativos tangíveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento

Incluem contratos de aluguel enquadrados na regra da IFRS16/CPC 06 (R2). Referem-se a de terrenos, prédios e frota de veículos.

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2019	Adições líquidas (1)	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2020	Adições líquidas (1)	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	8	8.818	278	(1.935)	7.161	**586**	**(1.760)**	**5.987**
Prédios	5	516	13.770	(2.053)	12.233	**–**	**(2.191)**	**10.042**
Frota de veículos	3	147	(4)	(71)	72	**(28)**	**(44)**	**–**
Direito de uso em arrendamento, líquido		9.481	14.044	(4.059)	19.466	**558**	**(3.995)**	**16.029**

1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

Conforme descrito na Nota 3.10, a Companhia efetuou análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

9. Intangível

Custo		Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências (1)	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso de *software*		287.449	–	18.264	305.713	**–**	**27.639**	**333.352**
Direito de uso de circuitos		11.617	–	–	11.617	**–**	**–**	**11.617**
Ajuste ao valor de realização		(5.508)	–	–	(5.508)	**–**	**–**	**(5.508)**
Intangível em andamento		7.905	18.644	(16.826)	9.723	**35.516**	**(25.442)**	**19.797**
Total		301.463	18.644	1.438	321.545	**35.516**	**2.197**	**359.258**
Amortização	**Vida útil estimada em anos**	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2021**
Direito de uso de *software*	5	(220.556)	(24.528)	–	(245.084)	**(23.021)**	**–**	**(268.105)**
Direito de uso de circuitos	10	(11.617)	–	–	(11.617)	**–**	**–**	**(11.617)**
Ajuste ao valor de realização	–	5.508	–	–	5.508	**–**	**–**	**5.508**
Total		(226.665)	(24.528)	–	(251.193)	**(23.021)**	**–**	**(274.214)**
Intangível, líquido		74.798	(5.884)	1.438	70.352	**12.495**	**2.197**	**85.044**

1) Representam transferências do intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para o intangível.

10. Fornecedores

	2021	2020
Moeda nacional	**129.969**	76.999
Moeda estrangeira	**892**	208
Total	**130.861**	77.207

11. Obrigações fiscais, líquidas

	2021	2020
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	**4.347**	4.925
FUST/FUNTTEL/FISTEL	**356**	382
CIDE	**599**	1.029
ISS	**3.320**	2.069
Outros	**292**	256
Total	**8.914**	8.661
Circulante	**8.907**	8.654
Não circulante	**7**	7

12. Provisões

Natureza	2021	2020
Contingências		
Trabalhistas	**128**	287
Tributárias	**12.982**	5.180
	13.110	5.467
Provisão para desmantelamento de ativos	**834**	643
Participação de empregados no resultado	**4.307**	5.162
Total de provisões	**18.251**	11.272
Circulante	**4.307**	5.162
Não circulante	**13.944**	6.110

12.1. Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	801	3.620	4.421
Adições (reversões), líquidas	(53)	1.495	1.442
Baixas por pagamentos	(426)	(1)	(427)
Atualização monetária	(35)	66	31
Saldo em 31 de dezembro de 2020	287	5.180	5.467
Adições (reversões), líquidas	**(80)**	**7.530**	**7.450**
Baixas por pagamentos	**–**	**(1)**	**(1)**
Atualização monetária	**(79)**	**273**	**194**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**128**	**12.982**	**13.110**

Depósitos judiciais e bloqueios judiciais:

	2021	2020
Trabalhista	**326**	521
Tributária	**3.016**	3.032
Consumidor	**12**	38
Total	**3.354**	3.591

Os processos em andamento da Companhia englobam itens de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37):

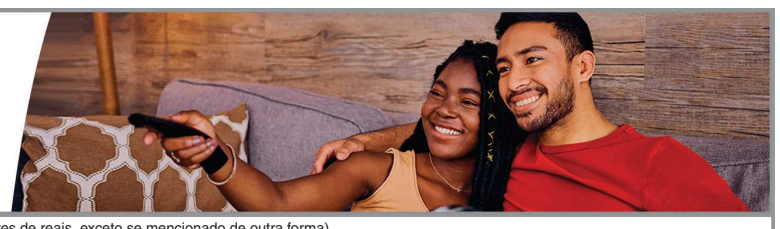
continua

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.667.694/0001-40



continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Telmex do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

12.1.1. Contingências cíveis

A Companhia possui contingências cíveis decorrentes de disputas judiciais com terceiros, no montante de R$38.726 em 31 de dezembro de 2021 (R$17.150 em 31 de dezembro de 2020). A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

12.1.2. Contingências trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a ações de responsabilidade subsidiária, oriundas de prestadores de serviços.

A Companhia possui contingências referentes às disputas judiciais trabalhistas de R$128 em 31 de dezembro de 2021 classificadas pela administração como perda provável (R$287 em 31 de dezembro de 2020 classificadas como perda provável), e utiliza como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

12.1.3. Contingências tributárias

a) *IRRF*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui contingências fiscais de IRRF, no valor total de R$1.820 (R$1.820 em 31 de dezembro de 2020), substancialmente, referentes ao não recolhimento de IRRF. A probabilidade de perda dessa causa foi classificada como provável, de acordo com a avaliação feita pela Administração e seus consultores jurídicos.

b) *PIS/COFINS*

A Companhia constituiu provisões de PIS e COFINS relacionadas ao não recolhimento dessa contribuição sobre a do ISS excluída da base de cálculo, no valor de R$5.399 em 31 dezembro de 2021 (R$3.360 em 31 de dezembro de 2020).

c) *FUST/FUNTTEL*

A Companhia possui autuações da ANATEL referentes a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST, no valor de R$11.040 (R$10.385 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL, no montante de R$3.180 (R$2.834 em 31 de dezembro de 2020).

A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível pela Administração e seus consultores.

d) *Saldo negativo de IRPJ*

A Companhia possui contingências decorrentes de glosas de compensações de saldo negativo de IRPJ no valor total de R$66.990 em 31 de dezembro de 2021 (R$53.557 em 31 de dezembro de 2020), dos quais foi provisionado o montante de R$ 5.763.

e) *Outras contingências tributárias*

A Companhia possui outras contingências fiscais, referentes ao suposto recolhimento a menor de tributos incidentes na importação de equipamentos (IPI e II), acrescidos de multas, no valor total de R$413 (R$434 em 31 de dezembro de 2020). A Administração seus consultores avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

13. Transações com partes relacionadas

13.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas, como regra geral, em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia é patrocinadora de plano de benefício pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.

13.2. Composição e natureza das transações

	2021		2020		2021	2020
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Claro S.A. (1)	**376.289**	**81.432**	372.596	86.982	**(76.656)**	(72.275)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A.	**281**	**901**	–	901	**(7.456)**	(258)
Hitss do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.	**117**	**26.824**	106	4.732	**(16.558)**	(9.835)
Outros	**313**	**2.338**	182	575	**794**	(1.418)
	377.000	**111.495**	372.884	93.190	**(99.876)**	(83.786)
Circulante	**377.000**	**88.041**	372.884	61.217		
Não circulante	**–**	**23.454**	–	31.973		

1) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados e locação de imóveis.

14. Passivo de arrendamento

A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

Seguindo a Deliberação CVM nº 859 de 7 de julho de 2020, a qual aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, como expediente prático, a Companhia optou por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que ocorreu como consequência direta da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia reconheceu qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.774
Adições, líquidas (1)	14.113
Encargos financeiros	1.141
Pagamentos	(5.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.966
Adições, líquidas (1)	**556**
Encargos financeiros	**1.033**
Pagamentos	**(4.980)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**16.575**
Circulante	**4.173**
Não circulante	**12.402**

1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2021:

Vencimento das prestações	**Valor**
2022	**4.987**
2023	**4.250**
2024	**3.695**
2025	**3.680**
2026	**2.539**
Posterior a 2026	**1.162**
Valores não descontados	**20.313**
Juros embutidos	**(3.738)**
Saldo do passivo de arrendamento	**16.575**

15. Passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, denominado Plano de Contribuição Definida ("PCD"), desde janeiro de 1999.

Os planos requerem que contribuições sejam realizadas à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos"). A Telos, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R$ 1.670.708, dividido em 483.231.262 ações, sendo 404.165.477 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

b) Ganhos e perdas em transações de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou perda em transação de capital no montante de R$25.586 oriundo de baixa de investimento em subsidiárias.

c) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu pela reserva de lucros o montante de R$207.032 referente ao lucro do exercício (R$77.963 em 31 de dezembro de 2020).

Resultado

a) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$2.091 (em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R$789).

b) Destinação do lucro líquido

Lucro líquido do exercício	**245.715**
Constituição de reserva legal	**(11.006)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**(2.091)**
Constituição de reserva de lucros	**(207.032)**

17. Receita operacional, líquida

	2021	2020
Receita bruta de serviços	**887.510**	800.104
Deduções de vendas:		
Tributos	**(193.474)**	(175.330)
Descontos	**(7.689)**	(3.205)
Receita operacional, liquida	**686.347**	621.569

18. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2021	2020
Custos dos serviços prestados	**(593.374)**	(526.829)
Despesas comerciais	**(26.638)**	(28.677)
Despesas gerais e administrativas	**(76.908)**	(53.377)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**14.140**	18.865
	(682.780)	(590.018)
Remuneração pelo uso de redes/facilidades (1)	**(297.220)**	(297.316)
Serviços de terceiros	**(203.676)**	(72.640)
Depreciação e amortização	**(92.167)**	(89.624)
Mão de obra própria	**(48.732)**	(53.201)
Locações e aluguéis (2)	**(2.444)**	(150)
Outros	**(38.541)**	(77.087)
	(682.780)	(590.018)

(1) Refere-se principalmente a custo de fibras apagadas da Companhia com a Claro.

(2) Inclui remuneração pelo uso da rede dos serviços de valor adicionado para a Claro.

19. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas com operações financeiras	**8.417**	8.371
Variações monetárias, líquidas	**53**	367
	8.470	8.738
Despesas financeiras		
Despesas com operações financeiras e juros	**(5.125)**	(2.149)
Variações cambiais, líquidas	**(139)**	(184)
	(5.264)	(2.333)
	3.206	6.405

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2021	2020
Corrente		
Imposto de renda	**(993)**	(5.173)
Contribuição social	**(375)**	(1.916)
	(1.368)	(7.089)
Diferido		
Imposto de renda	**71.787**	(4.197)
Contribuição social	**27.496**	(1.511)
	99.283	(5.708)
	97.915	(12.797)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**147.800**	95.693
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(50.252)**	(32.536)
Equivalência patrimonial	**47.949**	19.631
Tributos diferidos constituídos no período (1)	**100.297**	–
Adições (exclusões) permanentes diversas, líquidas	**(79)**	108
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	**97.915**	(12.797)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.368)**	(7.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**99.283**	(5.708)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**97.915**	(12.797)
Taxa efetiva	**66,2%**	-13,4%

(1) A Companhia registrou ativo fiscal diferido de imposto de renda e bases negativas de contribuição social fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.

21. Instrumentos financeiros e gestão de capital de riscos

a) Valores estimados de mercado

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, depósitos judiciais, são mensurados a valor justo por meio de resultado dentro da hierarquia do Nível 1, os créditos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento, são mensurados a custo amortizado dentro da hierarquia do Nível 2, aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando -se às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

c) Risco de liquidez

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar		
Cenário I	Dólar - 5%	R$5,3015
Cenário II	Dólar - 25%	R$4,1854
Cenário III	Dólar - 50%	R$2,7903
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%	R$5,8595
Cenário II	Dólar + 25%	R$6,9756
Cenário III	Dólar + 50%	R$8,3708

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras.

			Ganho/(perda)	
Operação	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário I provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Queda do US$				
Fornecedores	R$892	45	223	446
Outros (Ativos-Passivos)	(R$470)	(23)	(117)	(235)
Total		**22**	**106**	**211**
Alta do US$				
Fornecedores	R$892	(45)	(223)	(446)
Outros (Ativos-Passivos)	(R$470)	23	117	235
Total		**(22)**	**(106)**	**(211)**

22. Compromissos

A Companhia tem compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex* cujos pagamentos são mensais. Os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos para 2022 são de R$16.972.

23. Outras garantias

A Companhia firmou contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$3.517 (R$4.807 em 31 de dezembro de 2020).

24. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.828.431 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

José Formoso Martínez
Diretor Presidente

Marcello da Silva Miguel
Diretor Superintendente

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor

Contador

Ricardo Basso Gaino
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
Telmex do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telmex do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Bruno Mattar Galvão
Contador - CRC-1SP267770/O-6-T-CE

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 845A-ADFE-8FEA-24EA.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/845A-ADFE-8FEA-24EA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 845A-ADFE-8FEA-24EA

Hash do Documento

E92FBA00579812EE053EBD8B866B26994B556D6F257496859C33382CAE269C88

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Pacer Logística S.A.

CNPJ/MF nº 12.621.274./0001-87

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e Patrimônilo Líquido	Nota	2021	2020
Circulante		**99.040**	**61.364**	**Circulante**		**122.157**	**67.640**
Caixa e equivalentes de caixa	4	933	289	Fornecedores		3.915	2.631
Contas a receber	5	3.933	9.318	Empréstimos e financiamentos	12	10.478	8.542
Estoques de terceiros	7	91.296	47.234	Impostos e contribuições a recolher	13	10.954	3.534
Adiantamentos	6	40	99	Obrigações fiscais parcelamento	13	2.802	3.716
Impostos a recuperar		2.723	4.308	Salários e obrigações sociais	14	2.211	1.421
Depósitos e valores caucionados	6	115	115	Adiantamentos clientes		6	2
				Estoques de terceiros	15	91.296	47.234
Não circulante		**47.045**	**35.075**	Outras contas a pagar		495	559
Realizável a longo prazo		**4.869**	**5.866**	**Não circulante**		**44.136**	**40.581**
Impostos diferidos	8	3.351	3.351	**Exigível a longo prazo**			
Contas a receber	9	1.519	2.516	Empréstimos e financiamentos	12	35.158	29.221
Imobilizado e intangivel		**42.176**	**29.209**	Obrigações fiscais parcelamento	13	8.249	10.631
Imobilizado	10	580	544	Outras provisões	16	729	729
Intangível	11	41.596	28.665	**Patrimônio líquido**		**(20.208)**	**(11.781)**
				Capital social	17	1.000	1.000
				Prejuízo acumulado		- 21.208	- 12.781
Total do Ativo		**146.085**	**96.440**	**Total do Passivo**		**146.085**	**96.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional bruta		**64.279**	**44.380**
Transporte de cargas		54.131	40.923
Serviço de transporte municipal		451	532
Serviço armazenagem e depósito de mercadoias		9.672	2.591
Serviço de entrega rapida		19	1
Serviço de Carga e Descarga		5	332
Serviço com Manutenção		1	
Deduções		**(9.689)**	**(6.839)**
Impostos sobre os serviços prestados		- 9.573	(6.730)
Devoluções		- 116	(109)
Receita operacional líquida	18	**54.590**	**37.541**
Custo dos serviços prestados		(58.517)	(41.736)
Lucro Bruto		**(3.927)**	**(4.195)**
Despesas operacionais		**(4.500)**	**(2.869)**
Administrativas e gerais		(1.784)	(2.435)
Resultado financeiro líquido		(1.943)	(4.934)
Outras receitas/despesas	19	(773)	4.500
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(8.427)**	**(7.064)**
Imposto de renda e contribuição social			76
Lucro/Prejuízo do exercício		**(8.427)**	**(6.988)**
EBITDA	20	**1,90%**	**9,43%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(valores expressos em milhares reais)*

	Capital social	Provisão Dividendos	Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.000**	**–**	**(5.793)**	**(4.793)**
Prejuízo do exercício 2020	–	–	(6.988)	**(6.988)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.000**	**–**	**(12.781)**	**(11.781)**
Prejuízo do exercício 2021	–	–	(8.427)	**(8.427)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.000**	**–**	**(21.208)**	**(20.208)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares reais)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**(8.427)**	**(6.988)**
Lucro do exercicio	–	–
Despesas que não afetam o caixa		
Ajustes de exercicios anteriores		
Depreciação	96	100
Amortização	7.441	5.586
Variações nos ativos		
Clientes CP	5.386	(1.674)
Adiantamentos	63	(32)
Impostos a recuperar	1.585	(3.312)
Despesas do exercicio seguinte	(4)	3
Depositos e vals. caucionados	–	(25)
Estoques de terceiros em nosso poder	(44.062)	(18.207)
Impostos diferidos	–	(62)
Clientes LP	997	1.713
Variações nos passivos		
Fornecedores	1.285	47
Emprestimos e financiamentos CP	1.936	1.929
Salarios e obrig. Sociais	790	76
Impostos e contr. Recolher CP	6.506	1.336
Obrigações fiscais parcelamento CP	–	–
Estoques de terceiros em nosso poder	44.062	18.207
Outras contas a pagar	(65)	339
Adiantamento de clientes	3	2
Emprestimos e financiamentos LP	5.937	3.641
Obrigações fiscais parcelamento LP	(2.382)	1.736
Provisão para contigência LP	–	624
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**21.148**	**5.039**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições/baixas no imobilizado	(184)	(32)
Adições/baixas no intangível	(20.320)	(4.875)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(20.504)**	**(4.907)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos		–
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	**–**	**–**
Disponibilidades líquidas aplicadas no exercício	**644**	**132**
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	289	157
No fim do exercício	933	289
(Diminuição) Aumento nas disponibilidades	**644**	**132**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Pacer Transporte foi criada em 2010, destacando-se no mercado de operadores logísticos como um provedor de soluções em armazenagem, transportes e consultoria logística. Almejando um crescimento e visualização no mercado nacional e internacional, os sócios se reunirão no dia 22 de fevereiro de 2017 para deliberar a transformação de empresa limitada para sociedade anônima de capital fechado, ora aprovada nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.406/76 e registrado na junta comercial no dia 11 de abril de 2017. Após o registro da ata na Junta Comercial de São Paulo, foi feito a conversão em ações das quotas do capital da sociedade ora transformada, o qual ficou mantido em toda a integralidade a estrutura da sociedade, com o mesmo capital sem solução de continuidade, mantendo a escrituração e exigências legais de natureza fiscal e contábil e sendo garantidos os direitos de eventuais credores de acordo com a Lei. Entre meados de 2017 e início de 2018, a Pacer atualizou seu plano de negócios para atender as novas demandas dos clientes atuais e de novos mercados vislumbrados. Esta atualização requereu também uma revisão nos planos de ações e como consequência houve a necessidade de obter recursos para os investimentos, recursos estes captados através de debentures (meados de 2017). Os investimentos efetuados ao longo destes anos, vêm ajudando a Pacer a ter um crescimento efetivo desde de 2017, apesar das incertezas e do baixo crescimento da economia brasileira em 2021, porém entendemos que este ano de Pandemia e crise econômica mundial, enxergamos oportunidades de crescimento nos próximos anos. Destacamos também a projeção de crescimento para os próximos anos, demonstrando no próprio plano de negócios a solidez e a continuidade das operações e que reverterá o prejuízo acumulado para o lucro líquido acumulado nestes próximos anos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, as quais se encontram em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Sumário das principais práticas contábeis – 3.1 Classificações contábeis. As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário, e os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis, após 12 meses da data do balanço, são considerados como não circulantes. **3.2. Caixa e Equivalentes de caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **3.3. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do período. Correspondem aos serviços prestados, de acordo com os contratos firmados até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência. **3.4. Contas a Receber:** Correspondem aos serviços prestados, de acordo com os contratos firmados até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência. **3.4.1 – Antecipações de recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos sobre recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos, as captações desse recurso são amplamente regulamentadas pela comissão de valores mobiliários, (CVM INSTRUÇÃO 356/2001). Os empréstimos de recebíveis da Companhia compreendem antecipação de contas a receber de clientes através de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e são incluídos como redutor no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, estes são classificados como redutores do ativo não circulante, e além do mais, as antecipações de recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.5. Estoque de Terceiros:** São representados por estoques de nossos clientes que visam atender a operações de Assistência Técnica junto a terceiros. **3.6. Imobilizado:** Está demonstrado ao valor de custo, deduzidos de depreciação. A depreciação dos ativos imobilizados inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos pela Sociedade e Ativos gerados internamente, registrados pelo custo de aquisição, sujeitos a amortização calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil estimada desses ativos. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **3.9. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), considerando a taxa efetiva das captações dos referidos empréstimos e financiamentos, líquidos de amortizações. **3.10. Demais Passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.11. Reconhecimentos das receitas e dos custos por serviço prestado:** A receita operacional é reconhecida por ocasião da efetiva prestação de serviços. O custo dos serviços prestados é reconhecido no mesmo período em que a receita é contabilizada. As demais despesas e receitas são registradas, quando incorridas e auferidas, respectivamente. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que sua realização seja provável. **3.13. Estimativas:** Na elaboração de demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Sociedade, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

Circulante	2021	2020
Caixas e bancos	287	121
Aplicações financeiras	645	168
	933	289

Aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

5. Contas a receber de clientes CP

Circulante	2021	2020
Clientes	19.441	9.958
Títulos antecipados	(14.869)	–
Pecld	(640)	(640)
	3.933	**9.318**

Com a política de investimentos para captação de novos clientes foram elaborados mecanismos de defesa para minimizar as possíveis perdas com inadimplência , como uma gestão rigorosa na concessão de crédito , consistindo em análises criteriosa do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite efetuar o bloqueio de maneira rápida dos clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas caracterizas dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização do contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais, sendo assim a entidade pode presumir que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e por isso não apresentou nova provisão de risco de credito e conservou o que já estava explicito em 2020. A venda da carteira de cliente como antecipação de recebíveis se enquadram na alínea (b) do item 3.2.3 do CPC 48 operação com FIDIC, em que a transferência de ativos se dá pelo pagamento, pela empresa adquirente, do valor principal deduzido de uma taxa de desconto previamente negociado, o volume financeiro das antecipações somou R$ 14.869 milhões, alcançando 76% do volume possível de antecipações.

6. Adiantamentos em curto prazo

Adiantamentos	2021	2020
Fornecedores	4	12
Créditos funcionários	33	87
	33	**99**
Depósitos e valores caucionados	115	115
Deposito caucionados	**115**	**115**

I. Fornecedores: A companhia alavancou o caixa através do mercado financeiro, resultando em uma maior confiança junto aos nossos fornecedores, o que permitiu reduzir as antecipações e consequentemente houve maior negociação de prazo para liquidação dos títulos. **II. Depósitos caucionados:** Para garantir as obrigações assumidas pela companhia, foi preciso efetuar uma caução em nome dos locadores equivalente a 3 meses de aluguel, sendo que, se não houver nenhuma pendencia no final do contrato o valor será devolvido com os rendimentos que foram apurados.

7. Estoques de Terceiros em poder da Empresa

Circulante	2021	2020
Estoque de terceiros	91.296	47.234
	91.296	**47.234**

Com um aprimoramento no setor e na gestão de armazenagem de produtos de terceiros, e no processo de gestão de pessoas, desenvolvemos estratégias de melhorias que possam reduzir custos baseado no tempo de respostas a nossos clientes, e em conjunto, agregamos uma redução dos níveis de avarias dos produtos estocados , essa manobra fez com que a Pacer crescesse 93% no ano 2021 , em relação aos produtos armazenados.

8. Impostos diferidos

Circulante	2021	2020
Impostos Diferidos	3.351	3.351
	3.351	**3.351**

Em consonância com o CPC 32 e o Decreto do imposto de renda nº 9.580 de 2018 enseja que a recuperação ou liquidação de seus valores possa produzir alterações nas futuras apurações de imposto de renda e contribuição social, através da sua dedutibilidade ou tributação. Nessa circunstância, este pronunciamento determina que a entidade reconheça, com certas exceções, esse impacto fiscal através da contabilização de um passivo ou ativo fiscal diferido, no período em que tais diferenças surgirem além do mais a administração considera que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final de suas contingências e por ser de difícil avaliação quanto ao seu prazo de realização, estão sendo apresentadas no ativo não circulante.

9. Contas a receber em longo prazo

Realizavel a longo prazo	2021	2020
Clientes	1.062	1.913
Processos Judiciais	457	603
	1.519	**2.516**

I. Clientes: Para produzir informações íntegras e tempestivas conforme o principio da oportunidade foram classificados para longo prazo os valores a receber de um cliente que está em recuperação judicial, sendo que a Pacer já negociou os termos de recebimento do montante via processo judicial, em 4 parcelas anuais , sendo a 1º paga em 2019 e as demais estão sendo recebidas nas datas acordadas com provisão de termino em 2022. Após o anúncio da Recuperação Judicial, o cliente vem honrando rigorosamente nosso contrato no que tange a parte financeira, ou seja, o cliente paga as faturas mensais, não inclusos no total de Recuperação Judicial como determina a lei. **II. Processos judiciais** A Pacer é autora de dois processos judiciais, sendo: a) Por danos morais e materiais, registrado na contabilidade pelo valor original sem acréscimo de Juros e Multa no valor de 291, o qual já se encontra em trânsito julgado a revelia não cabendo mais recurso a ré em outra esfera judicial.

10. Ativo Imobilizado

	Taxas anuais de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	2021 Valor residual	2020 Valor residual
Móveis e utensílios	10	555	(428)	127	168
Veículos	20	1.540	(1.540)	–	–
Instalações	10	176	(153)	23	40
Equip proces	10	291	(103)	188	47
Benf em imóv terc.	10	212	(166)	46	84
Máquinas, Aparelhos	10 e 20	371	(204)	167	176
Equipamentos de Telecomunicações	20	32	(26)	6	11
Consorcio veiculo não contemplado em andamento	–	24	–	24	18
		3.201	**(2.622)**	**580**	**544**

Para o ano de 2021 não houve aquisições consideráveis de ativo imobilizado

11. Intangível

Descrição	Taxas (%) aa	Custo	(-)Amortização Acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Projeto de Expansão	*	58.622	(17.026)	41.596	28.665
Total		**58.622**	**(17.026)**	**41.596**	**28.665**

I – Projeto de restruturação e expansão de negócios: Esse ativo intangível foi gerado internamente, utilizando-se como base o disposto no CPC 04 (R1) Correlato às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38 (IASB – BV2010). Dada a devida observância da norma, desenrolou-se o estudo em favor das despesas transcorridas pela Pacer na efetiva produção dos Projetos o qual se provou a real adequação a cada pré-requisito, requisito formal e pós-requisito requerido pela norma, sendo assim, procedeu-se a correta classificação dos mesmos ao Ativo Intangível da empresa. Os estudos envolveram as teses apresentadas, os documentos oficiais, a perspectiva futura de retorno e a análise do tempo de maturação de cada um dos projetos. Por essas premissas foi reconhecido o devido método de amortização deste Ativo Intangível e reconhecimento da mesma. Os custos que não se adequavam as premissas foram alocados no resultado para não afetação dos resultados deste parecer. Dada a conclusão do estudo, mostrando-se observadas todas as adequações necessárias e embasamentos encontrados, atesta-se que mediante ao apresentado pela administração, os Projetos transcritos abaixo, se adequam à norma e podem seguir as instruções evidenciadas pela mesma.

Descrição	Custos	Amortização
Projeto 1- Expansão Territorial e Primarização das Atividades Logísticas	6.376	5 anos
Projeto 2- Reestruturação Empresarial	1.511	8 anos
Projeto 3- Exolog 5 expanção das operações logisticas	426	5 anos
Projeto 4- Comunicação e Marketig	489	3 anos
Projeto 5 -Novas rotas -movimentação de carga	12.520	5 anos
Projeto 6- Abertura de novas filiais	1.361	5 anos
Projeto 7- Novos Segmentos de mercado	324	5 anos
Projeto 8 – Ativação de site telecom	10.420	5 anos
Projeto 9 -extrema	1.406	5 anos
Projeto 10- Ericson	1.235	5 anos
Projeto 11 – spot outros	1.138	5 anos
Projeto 12- sudeste	1.096	5 anos
Projeto 13- projeto OI	2.664	5 anos
Projeto 14- Primarização Ericsson	3.784	5 anos
Projeto 15- Projeto 5G clientes telecom	13.873	5 anos

12. Debêntures e Empréstimos

Circulante	2021	2020
A) Empréstimos bancários	6.197	5.035
B) Debentures	4.280	3.507
	10.478	**8.542**
Não Circulante		
A) Empréstimos bancários	915	1.286
B) Debentures	34.243	27.935
	35.158	**29.221**
Total do Endividamento	**45.636**	**37.763**

A) Empréstimos Instituições financeiras

Curto prazo	Instituição	2021 Total Liquido	2020 Total Liquido
2% a 5% ao mês	Bradesco	1.357	651
2% a 5% ao mês	Santander	1.527	208
2% a 5% ao mês	Itaú	310	721
2% a 5% ao mês	Caixa Economica Federal	121	147
2% a 5% ao mês	Daycoval	2.883	884
Titulos antecipado	Banco Valorem	–	273
Titulos antecipado	Outros emprestimos bancario	–	2.151
		6.197	**5.035**

Longo Prazo	Instituição	2021 Total Liquido	2020 Total Liquido
18,57 ao ano	Daycoval		915
		–	**915**

B- Debêntures: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Março de 2017, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures que serão de espécie quirografária a ser convolada na espécie com garantia real e serão simples, não conversíveis em ações de emissão da companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados, nos terms do artigo 57 da lei das Sociedades Anonimas e das disposições contidas na escritura no montante de 24.000, que foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados para o pagamento antecipado dos emprestimos e recomposição do caixa, além das melhorias de nossos recursos na prestação de serviços. As Debêntures no contrato original têm prazo de 7 anos, contados da data de emissão, sendo 2(dois) anos de carência para o pagamento, sendo da 1º parcela que terá o vencimento em 13 de Maio de 2019 sendo a ultima parcela a vencer em 13 de Abril de 2024, e no ano de 2020 foi realizado um pedido de prorrogação do prazo de carencia até meados de Maio 2021 e em conseqquencia o prazo do contrato foi prorrogado em igual periodo ,os termos originais permanezem o mesmo , ou seja, fazem jus a uma remuneração equivalente à juros remuneratórios correspondente a uma taxa de 8,5% ao ano e Atualização monetária calculada pela variação do índice nacional de preços ao consumidor amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis. A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes: (a) Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (b) Protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a 200, ou equivalentes em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou ma-fé de terceiros, desde que validamente comprovado, ou contestado, sustado judicialmente ou cancelado; (c) A emissora deverá observar a partir do exercício social seguinte a captação dos recursos oriundos das debentures, com base nos demonstrativos financeiros auditados da Emissora, a serem apurados ao final de cada exercício fiscal, sendo a primeira apuração referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017: **(i)** Divida líquida de Curto Prazo /EBTIDA tem que ser igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos); Compreende divida liquida em curto prazo a soma algebrica dos emprestimos financiamentos da emissora, menos disponibilidade de caixa e aplicação; **(ii)** EBITIDA/Resultado Financeiro igual ou superior a (um inteiro).

13. Obrigações Fiscais

Circulante	2021	2020
Impostos e contribuições a recolher	10.954	3.534
Parcelamentos de impostos	2.802	3.716
	13.756	**7.250**
Não circulante		
Parcelamentos de impostos	8.249	10.631
	8.249	**10.631**

I. Impostos Parcelados: A recessão econômica que se instalou no cenário mundial por conta da COVID, ao longo desses anos e em conjuntos com outras muitas inseguranças jurídicas, a companhia por meio do conselho, inclinou-se a ser mais conservadora em relação a preservar caixa e substabelecer garantias para a continuidade dos negócios , sem afetar a primazia de nossos clientes, de modo que, foi decidido em suspender e renegociar os parcelamentos já firmados anteriormente e discutir entendimentos de recuperação de créditos de impostos , no litigio administrativo e judicial.

14. Salários e Obrigações Fiscais

Circulante	2021	2020
Salários a pagar	830	468
Provisões trabalhistas	1.381	954
	2.211	**1.421**

Ao longo dos anos a companhia vem investindo em projetos alocados no ativo intangível, o qual nos proporcionou qualidade e primazia em atendimento na operação de armazém , ocasionando melhores contratos e expansão em nossos negócios, e para continuar com a excelência que adquirimos, foi preciso aumentar nosso quadro de funcionários saltando de 136 funcionários para 283 funcionários, distribuídos em todo nossos tipos de operações.

Filial	2021	2020
12.621.274/0001-87	140	6
12.621.274/0005-00	96	80
12.621.274/0006-91	6	5
12.621.274/0007-72	18	21
12.621.274/0009-34	8	9
12.621.274/0013-10	2	2
12.621.274/0015-82	8	7
12.621.274/0016-63	5	6
	283	136

15. Operações com Armazém

Circulante	2021	2020
Mercadorias de terceiros em nosso poder	91.296	47.234
	91.296	**47.234**

Conforme mencionado na nota explicativa de número 7, corresponde ao valor total dos produtos em estoque de terceiros em nosso poder.

16. Provisão para contingências – A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. No decorrer do período encerrado em 31 de dezembro de 2021, os assessores jurídicos da Sociedade atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia. Diante disso, classificaram processos com probabilidade de perda provável no montante de R$ 729 mil, valores estes devidamente contabilizados em 2020, não avendo necessidade de nova provisão.

17. Patrimônio Líquido – I. Capital social: Em 31 de Dezembro de 2021 o capital social era composto por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas , sem valor nominal. **II. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucro deve respeitar os pontos estabelecidos a seguir: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios; (c) No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total do lucro líquido deduzindo das parcelas previstas pelos artigos 193 a196 da Lei Federal nº 6.404/76 a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração destinar o excesso a constituição de reserva de lucro a realizar. (d) O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

18. Receita Operacional Líquida

Receita bruta:	2021	2020
Transporte de cargas	54.131	40.923
Serv. transporte municipal	451	532
Serv. de armazenagem	9.672	2.591
Serv de entrega rapida	19	1
Serviço de carga e descarga	5	–
Serviço de manutenção	1	332
Total da receita bruta	**64.279**	**44.380**
Deduções da receita bruta		
(-) ICMS	(3.651)	(2.868)
(-) PIS	(976)	(660)
(-) COFINS	(4.494)	(3.042)
(-) ISS	(452)	(160)
Impostos sobre faturamento	**(9.573)**	**(6.730)**
Cancelamentos	(116)	(109)
Receita operacional líquido	**54.590**	**37.541**
	84,93%	84,59%

A estratégia de crescimento através dos investimentos realizados nos últimos anos, fez com que a companhia ampliasse seus negócios alavancando um faturamento bruto de 64 milhões, o que representa um crescimento de 45% do faturamento em relação a 2020 Já no âmbito do contencioso tributário, o ano de 2021, tivemos melhores aproveitamentos de impostos, por conta da regionalização com menor carga tributaria e atribuições judiciais para redução de impostos, esses fatores em conjunto contribuíram para diminuir o percentual aplicado, o que resultou na melhora da Receita operacional liquida.

19. Outras receitas/despesas

	2021	2020
Recuperação de impostos	(1.814)	3.766
Receita de locação	883	635
Venda de ativo imobilizado		5
Indenizações de seguro	158	95
Outros créditos		–
Multas por não pagamento de impostos	–	–
	(773)	**4.500**

I. Recuperação de Impostos: As Leis Complementares que instituíram a cobrança do PIS e da COFINS sobre o faturamento não fizeram a devida distinção de excluir do faturamento o valor de ISS que integra a formação do preço. Dessa forma, essas Leis, ao não permitirem expressamente a possibilidade de exclusão do ISS da base de cálculo, são inconstitucionais, já que o ISS não é, por conceito, faturamento do contribuinte, mas sim, mero repasse de encargo tributário do fisco estadual. A mesma sistemática tem sido adotada para a construção da tese de exclusão do Pis/Cofins da base do próprio Pis/Cofins, o com esse fim , no ano de 2020 foi feito provisão através do mandado de segurança nº 5026951-56 .2020.4.03.61-00 , e o procedimento foi negado em 2021 por não seguir alguns preceitos legais e assim , foi estornado a provisão em 2021, mas esse procedimento não trouxe nenhum prejuízo no caixa da companhia , pois por prudência não utilizamos o credito no período. **II. Receita de locação:** A receita de aluguel oriunda de sublocação de espaço é reconhecida mensalmente durante o período de vigência do contrato em questão.

Diretoria

Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente

Luciano Guedes de Mello Costa – Diretor Vice-Presidente

Alexandre Galvão de Almeida – Diretor Operacional

Contador

Marcio Roberto dos Santos – CRC SP 264.875/O-4

Relatório Dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Pacer Logística S.A. ("Sociedade")** em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pacer Logística S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Outros Assuntos:** Ênfase **– Passivo a descoberto, Prejuízo Contábil e Passivos não circulantes em excessos sobre ativos não circulantes:** A Sociedade apresentou prejuízo contábil no montante de R$ 8.427 mil (R$ 6.988 mil em 2020), com saldo de ativos não circulantes sobre passivos não circulantes de R$ 2.909mil (excessos de passivos não circulantes sobre ativos não circulantes de R$ 5.506 mil em 2020), bem como apresenta passivo a descoberto no montante de R$ 20.208 mil (R$ 11.781 mil em 2020). Segundo a Administração da Sociedade, somado aos projetos operacionais já existentes, há um redirecionamento estratégico, fazendo com que a empresa almeje, além do aumento de faturamento já alcançado nos últimos anos, a melhoria das margens operacionais, objetivando crescimento dos resultados nos próximos exercícios. **Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis da **Pacer Logística S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório datado em 25 de março de 2021, foi emitido com opinião sem ressalva e com o mesmo parágrafo de ênfase supracitado. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

Lopes, Machado – BKR Auditoria, consultoria e Business advisors
CRC 2SP018312/0-9

Fernando Luis de Barros – Sócio-Diretor
Contador CRC: 1SP 292.087/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF52-E3F8-F5A9-0DCC.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF52-E3F8-F5A9-0DCC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF52-E3F8-F5A9-0DCC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF52-E3F8-F5A9-0DCC

Hash do Documento

EC2E49FC81BB31A0DC1E3A0C19565EF2319352A7A416C6E0E76A1BB11A1D60AF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ 47.383.971/0001-21

Demostrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

Balanços Patrimoniais em 31 De Dezembro 2021 - (valores em milhares de reais)

Ativo		2021	2020
Ativo Circulante		**214.712**	**220.213**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	8.635	30.584
Clientes	6	83.366	74.537
Conta Corrente Consórcio		19.113	15.481
Imposto e Contribuições a Recuperar		5.002	7.870
Partes Relacionadas	8	48.488	58.529
Outros Créditos		49.147	32.088
Despesas Antecipadas		961	1.124
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		**132.827**	**64.887**
Clientes	6	101.461	38.268
Partes Relacionadas	8	-	-
Outros Créditos		352	264
Adiantamentos p/Futuro aumento de capital	9	2.333	1.967
Depósitos Judiciais		2.462	2.107
Tributos Diferidos		26.219	22.281
Investimentos	**9**	**109.398**	**87.417**
Controladas e Coligadas		64.848	65.995
Outros investimentos		16.839	15.721
Propriedades para Investimento		27.711	5.701
Direitos de Uso		**372**	**403**
Direitos de Uso		372	403
Imobilizado/Intangível	**10**	**27.364**	**5.658**
Bens Tangíveis		30.563	9.302
Bens Intangíveis		328	328
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(3.527)	(3.972)
Total do Ativo		**484.673**	**378.578**

Passivo e Patrimônio Líquido		2021	2020
Passivo Circulante		**234.911**	**188.733**
Fornecedores	11	47.269	39.180
Emprestimos e financiamentos	12	25.173	11.961
Obrigações Sociais e Trabalhistas		7.396	22.828
Obrigações Tributárias		1.422	1.687
Parcelamento Tributário	13	13.447	8.538
Conta corrente Consórcio		9.138	8.993
Partes relacionadas	8	4.137	1.303
Adiantamento de clientes		106.909	83.237
Outras Obrigações		19.578	10.578
Arrendamento mercantil		442	428
Passivo Não Circulante			
Exígivel a Longo Prazo		**104.113**	**62.814**
Emprestimos e financiamentos	12	32.145	7.484
Partes relacionadas	8	2.060	2.792
Provisões trabalhistas	14	1.738	1.738
Provisões perda Investimentos		626	626
Parcelamentos Tributário	13	46.919	46.122
Tributos Diferidos		20.456	3.863
Outras Obrigações		169	189
Patrimônio Líquido		**145.649**	**127.031**
Capital Social		265.514	265.514
Ajuste de conversão moeda estrangeira		4.821	3.679
Ajuste de avaliação patrimonial		12.673	-
Prejuízos acumulados		(142.162)	(131.100)
Lucro/prejuízo do exercício		4.803	(11.062)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**484.673**	**378.578**

Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)

		2.021	2.020
Receita Operacional Lìquida	16	**295.569**	**391.696**
(-) Custos dos serviços Prestados		(246.085)	(365.002)
Lucro Bruto		**49.484**	**26.694**
variação receita/desp adm.			
Receitas/(Despesas) Operacionais:			
Despesas Administrativas		(59.553)	(37.720)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		28.003	31
Resultado Operacional		**17.934**	**(10.995)**
Receitas Financeiras		2.511	2.252
Despesas Financeiras		(10.228)	(7.568)
Resultado Financeiro		**(7.717)**	**(5.316)**
Outras Receitas/Despesas Não Operacionais		-	-
Resultado de equivalência Patrimonial		(319)	219
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**9.898**	**(16.092)**
Contribuição Social		-	-
Imposto de Renda PJ		-	-
IR/CSL Diferidos		(5.095)	5.030
Lucro/Prejuízo do Exercicio		**4.803**	**(11.062)**

Demonstração do Resultado Abrangente para o Período findo em 31/12/2021 - (valores em milhares R$)

	2021	2020
Lucro liquido do exercício	**4.803**	**(11.062)**
Outros Resultados Abrangentes		
Variação cambial de investimentos no exterior	1.141	3.474
Total do resultado abrangente	**5.945**	**(7.588)**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido para o Período findo em 31/12/2021

(valores em milhares R$)

Historico	Capital	Ajuste avaliação Patrimonial	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31/12/19	**265.514**	**205**	**-131.100**	**134.619**
Outros Resultados Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	3.475	-	3.475
Prejuízo do Exercicio		-	(11.062)	(11.062)
SALDO EM 31/12/20	**265.514**	**3.680**	**-142.162**	**127.032**
Outros Resultados Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	1.141	-	1.141
Ajuste de avaliação patrimonial	-	12.673	-	12.673
Lucro do Exercicio	-	-	4.803	4.803
SALDO EM 31/12/21	**265.514**	**17.494**	**-137.359**	**145.649**

Fluxo de Caixa – Método Indireto - Valores em milhares de R$

	2021	2020
1) Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Lucro /(Prejuizo) Líquido do Exercício	4.803	(11.062)
Ajuste de reconciliação do lucro do exercício para o caixa liquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	1.085	776
Resultado de Equivalência Patrimonial	319	(219)
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	5.095	(5.030)
provisão juros s/ emprestimos	(1.194)	(1.949)
Provisão valor justo terreno	(22.010)	-
Total	**(11.902)**	**(17.484)**
Variação de Ativos e Passivos		
Clientes	(69.719)	(42.934)
Impostos e contribuições a recuperar	2.868	(5.496)
Outros créditos	(23.111)	(7.341)
Despesas Antecipadas	163	5
Depositos judiciais	(355)	(451)
Fornecedores	8.088	27.009
Obrigações Sociais e trabalhistas	(15.432)	14.507
Obrigações e Tributárias	(264)	769
Outras Obrigações	9.159	7.647
Adto de clientes	23.672	55.453
Parcelamentos tributários	5.706	(6.533)
Caixa Originado nas Atividades Operacionais	**(59.226)**	**42.635**
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**(71.128)**	**25.151**
2) Atividades de Investimento		
Aquisição de Participações	(617)	(547)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(2.789)	(4.508)
Bens Intangíveis	(330)	(576)
Venda de imobilizado/investimentos	1.796	244
Caixa Aplicado nas Atividades de Atividades de Investimento	**(1.941)**	**(5.387)**
3) Atividades de Financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	67.055	47.144
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal e juros	(28.845)	(55.208)
Partes relacionadas	11.806	(1.569)
Dividendos recebidos	1.102	
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**51.119**	**(9.633)**
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**(21.949)**	**10.131**
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**(21.949)**	**10.131**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**30.584**	**20.453**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**8.635**	**30.584**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL: A PLANOVA Planejamento e Construções S.A.(a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado. Foi fundada em 1975, sendo hoje uma empresa que atua no sistema SGI – Sistema de Gestão Integrada nas áreas de construção civil, montagens industriais e um player no setor de EPC – Engineering Procurement and Construction nos segmentos de petróleo e gás, petroquímica, geração e transmissão de energia, produção de açúcar e álcool, processamento e reciclagem de lixo. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de Construção Civil em geral, além da participação no capital de outras empresas. **2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. **2.1 Base de preparação:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas, sendo que as informações relevantes estão sendo evidenciadas correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **(a) Prestação de serviços de empreitada:** A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado: As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente de seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. **(b) Acordos de controle em Conjunto:** De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: • **Operação conjunta:** é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. • **Joint Venture:** é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). **(c) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(d) Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6 Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.7 Investimentos:** Consistem em investimentos em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial avaliados pelo custo de aquisição. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado. **2.9 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.10 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11 Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo apuradas através de balancetes de verificação, suspensão ou redução, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. **2.13 Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. **2.14 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registros e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. De acordo com a análise realizada sobre as operações da Companhia, a Administração conclui sobre a não necessidade de constituição de provisão para ajuste a valor presente. **2.16 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **2.17 Arrendamento Mercantil:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. A Companhia aplicou a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes a partir de 2020 e que foram previamente identificados como arrendamento, atentando ainda para os expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento. Desta forma, o impacto mais significativo na adoção da IFRS 16 foi: • Aluguéis de imóveis não residencial para a instalação dos escritórios administrativos localizados em São Paulo e Barueri; • Valor mensal dos Aluguéis: R$ 30.319,02. A Companhia utilizou as suas taxas de captação incremental de empréstimos e financiamentos simulados em banco renomado como taxa de desconto. Essa taxa leva em consideração o risco de crédito e foi ajustada ao prazo do contrato de arrendamento, o qual é ajustado anualmente pelo IGPM/FGV. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso do ativo objeto desse contrato e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão desses tributos. Em muitas operações, a determinação final dos tributos é incerta. A companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que os valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **3.2.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4 Demonstrações contábeis consolidadas:** Apesar da PLANOVA Planejamento e Construções ser a controladora de outras entidades, a administração da Companhia optou em não apresentar as suas demonstrações contábeis consolidadas, em virtude dos seguintes aspectos: • A Companhia é subsidiaria integral de uma holding, a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas; • A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em um mercado aberto; e • A Entidade controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Cabe ressaltar que conforme divulgado na nota 2.2 (b) os acordos de controle em conjunto estão demonstrados, nas demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com as normas contábeis vigentes - CPC 19.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	3	75
Aplicações Financeiras	8.632	30.509
	8.635	**30.584**

6 Clientes

	2021	2020
Orgãos/Empresas Públicas	48.524	22.511
Empresas privadas	135.786	89.778
Precatórios	418	418
Outros	98	98
	184.826	**112.805**
Ativo circulante	83.366	74.537
Ativo não circulante	101.461	38.268

7 Transações com consórcios: As operações com consórcios formados com participação da Companhia são registradas em “Conta Corrente Consórcios” à medida que são efetuadas remessas de numerário e que ocorrem os recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Companhia, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o consequente encerramento das contas. A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2021 e 2020 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes:

Consorcio	Participação (%)	Condição
Consorcio Planova-Via	60%	Líder
Consorcio Construcap_Planova	49%	Participante
Consorcio Planova_Rural_Arc	69%	Líder
Consorcio Planova Rual	50%	Líder
Consorcio Via Planova	63%	Participante
Consorcio Via Planova II	50%	Participante
Consorcio CDG Planova	50%	Participante
Consorcio Zemax - Planova	50%	Participante

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais das controladas e controladas em conjunto são conforme demonstrado:

	Consórcios Ativos								
Descrição	**Planova_Via Pabreu**	**Construcap_ planova**	**Rual/Arc**	**Rual**	**Via Planova I**	**CDG**	**Via Planova II**	**Total 2021**	**Total 2020**
ATIVO									
CIRCULANTE									
Disponibilidades imediatas	35	1	0	0	15	10	146	207	209
Contas a receber de clientes	-	0	3.484	-	-	-	0	3.484	3.484
Transações com consorciadas	34	24.929	300	5.059	-	-	30.322	30.322	
Outras contas ativas	4	0	3	256	951	928	128	2.270	2.270
TOTAL CIRCULANTE	73	24.930	3.787	5.315	966	938	274	36.283	36.285
NAO CIRCULANTE									
Outras contas ativas	9	-	25	5	13.178	-	138	13.355	13.355
Imobilizado (Liquido)	1	-	-	5	-	25	-	31	33
TOTAL NÃO CIRCULANTE	10	-	25	10	13.178	25	138	13.386	13.388
TOTAL DO ATIVO	83	24.930	3.812	5.325	14.144	963	412	49.669	49.673
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	-	5	26	-	5	566	108	710	722
Emprestimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	359	-	359	359
Obrigações e encargos trabalhistas	0	9	4	11	12	-	122	158	158
Impostos e contribuições	-	11	-	-	-	1	16	28	28
Transações com consorciadas	23	24.268	3.727	4.625	14.087	4	129	46.863	46.813
Outras obrigações	18	-	55	689	40	33	37	872	956
TOTAL CIRCULANTE	41	24.293	3.812	5.325	14.144	963	412	48.990	49.036
NAO CIRCULANTE									
Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras contas a pagar	42	637	-	-	-	-	-	679	637
TOTAL NÃO CIRCULANTE	42	637	-	-	-	-	-	679	637
TOTAL PASSIVO	83	24.930	3.812	5.325	14.144	963	412	49.669	49.673

8 Partes Relacionadas

	31 de dezembro de 2021			
	Ativo		Passivo	
Companhias	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Krasis				
Participações	48.298	-	-	1.128
Outros	190	-	4.137	932
Total	**48.488**	**-**	**4.137**	**2.060**

	31 de dezembro de 2020			
	Ativo		Passivo	
Companhias	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Krasis				
Participações	58.472	-	-	1.128
Outros	57	-	1.303	1.664
Total	**58.529**	**-**	**1.303**	**2.792**

9 Investimentos/AFAC: A seguir, são apresentados os detalhes das principais controladas diretas da Sociedade no encerramento do período:

	Lucro (Prejuízo) do período	Patrimônio Líquido	Capital social	Participação	Investimento	Equivalência Patrimonial (Ano)
Sociedade Investida						
Planova Energia	(300)	61.807	7.061	98,30%	59.778	(295)
Onlypar	(1)	1.925	2.425	99,99%	1.925	(1)
Outros	-	-	-	-	19.984	(23)
Propriedade para investimentos	-	-	-	-	27.711	-
	-	-	-	-	109.398	(319)
AFAC	-	-	-	-	2.333	-
Total	-	-	-	-	111.732	-

10 Imobilizado/Intangível

Adquiridos e implantados	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciação	2.021 Valor Liquido	2.020 Valor Liquido
Equipamentos de Informatica	20%	1.087	600	487	424
Ferramentas	20%	3.245	1.084	2.161	2.227
Maquinas e Equipamentos	10%	25.305	791	24.514	2.590
Moveis e Utensilios	10%	573	506	67	103
Veiculos	20%	340	311	29	95
Em andamento		13	-	13	100
Software	20%	328	235	93	119
Total		**30.891**	**3.527**	**27.364**	**5.658**

10.1 Redução ao valor recuperável dos ativos – *Teste de Impairment:* A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Na avaliação da Administração, inexistem indicadores de *“impairment”*, sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Empresa. **10.2 Revisão da vida útil estimada:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia revisou os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização, identificando a necessidade de ajustar a vida útil de determinados bens do ativo imobilizado, mais especificamente do grupo de máquinas e equipamentos. **11 Fornecedores:** Uma parte dos serviços contratados é efetuada por empresas que prestam ou subcontratam serviços de outras empresas. Os valores dos serviços contratados são elaborados de forma global a valores de mercado. As transações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e os saldos correspondentes naquelas datas estão representados por:

	2021	2020
Fornecedores:		
Materiais	11.464	12.275
Serviços	35.805	26.905
Total	**47.269**	**36.180**

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	**Taxas de juros**	**2021**	**2020**
Capital de Giro	(a) Pós/Pré Fixado	53.521	12.823
Conta Garantida	(b) Pós Fixado	811	3.299
Terceiros e Leasing			
Financeiro	1,36% a.m. a 1,40% a.m	2.986	3.323
		57.318	19.445
Circulante		25.173	11.961
Não circulante		32.145	7.484

(a) A Companhia possui contratos de empréstimos com taxa Pós-fixada CDI + Juros que variam de 0,3% a 1,53% am.

13 Parcelamentos Tributários

	2021	2020
Circulante		
PERT - PROG.ESP.DEMAIS DEBITOS	6.844	5.253
PERT - PROG.ESP.DEBITOS PREVIDENCIÁRIOS	555	555
Pis e Cofins	198	203
IRPJ e CSL	4.089	3.182
Outros	2.623	207
Liq.PERT-art.2-INC.III Pgto a vista+ Parc.unica	-555	-555
Liq. Parc.c/ prej.fiscais Lei 13.043/2014	-307	-307
Total	**13.447**	**8.538**
Não Circulante		
IRPJ e CSL	292	3.447
INSS	4.979	211
Outros	2.867	
PERT - PROG.ESP.DEMAIS DEBITOS	38.781	42.464
Total	**46.919**	**46.122**

14 Contingências: A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível (incluindo ambiental), tributária e trabalhista. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis, nas datas das demonstrações contábeis:

	2021	2020
Provisões Prováveis Trabalhistas	1.703	1.703
Provisões Prováveis Judiciais	35	35
	1.738	1.738

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. As naturezas das obrigações podem ser sumariadas como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

15 Patrimônio Líquido: 15.1 Capital e Reservas: O capital social integralizado é representado por R$ 265.514.245,00 (Duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e cinco reais) representado por 39.475.586 (trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas. As ações ordinárias da Companhia dão o direito a voto, sendo que, cada uma representa um voto na assembléia geral. **15.2 Ajuste de Avaliação patrimonial:** A Companhia decidiu atribuir novos valores aos bens do ativo imobilizado, com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. O valor dessa mais-valia, no montante de R$ 22.232 mil foi registrado no ativo imobilizado e a contrapartida no Patrimônio Líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os tributos diferidos sobre essa mais valia totalizaram o montante de R$ 7.559 mil e foram reconhecido no passivo não circulante, de acordo com as particas contábeis vigentes.

16 Conciliação entre a Receita Bruta e a Receita líquida:

	2021	2020
RECEITAS DE SERVIÇOS		
Receitas de serviços	244.282	407.437
Outras receitas	61.515	1.385
Total das receitas	305.797	408.822
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		
Cofins	(169)	(209)
Pis	(37)	(45)
Iss	(10.022)	(16.872)
total deduções s/ receitas	(10.228)	(17.126)
Receitas líquidas	295.569	391.696

Em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia, amparada pelos seus assessores jurídicos, reconheceu um como líquido e certo, o pleito judicial referente no montante de R$ 50.000 mil, referente ao processo judicial da Barragem Pedra do Cavalo.

17 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

18 COVID -19: Iniciamos o ano de 2021 confiantes que todas as medidas adotadas durante o exercício de 2020, surtiriam efeitos positivos para a retomada da normalidade das atividades operacionais como um todo. Todavia, com o aumento do número de casos no início de 2021, o governo retomou as algumas medidas de restrição para enfrentamento ao COVID-19, o que afetou, as atividades econômicas, principalmente no 1º semestre de 2021. A administração da Companhia atendeu todas as determinações estabelecidas, e implementou Planos de contingências para manutenção adequada de suas operações sem prejuízos aos seus clientes e colaboradores, e acredita que com o avanço da imunização contra a COVID-19, o retorno atividades operacionais, esperado no início de 2021, ocorreu de forma gradativa, a partir do 3º trimestre de 2021. A Administração avaliou até a data de emissão deste relatório, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações contábeis.

Danilo Luiz Iasi Moura - Diretor

Elaine Cristina de Sousa Moitinho - Contadora - CRC/SP 166728/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas **Planova Planejamento e Construções S.A. -** Barueri - SP . **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Planova Planejamento e Construções S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planova Planejamento e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Clientes/contas a receber no ativo não circulante:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia possui créditos/valores a receber não circulante, relacionados a contratos de obras e retenções junto a órgãos/empresas públicas e privadas, no montante de R$ 101.461 mil. Deste montante, R$ 97.788 mil são oriundo de pleitos e/ou ações judiciais. Durante exercício corrente, a Companhia reconheceu no resultado, a receita no montante de R$ 60.890 mil, referente a estes pelitos. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. **Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 30 de março de 2022. **SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S. -** CRC 2SP 024845/O-2. **Alexandre Ralf Slavic -** Contador CRC 1SP207032/O-5.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EB29-C3C5-EF13-B664.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EB29-C3C5-EF13-B664.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EB29-C3C5-EF13-B664 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EB29-C3C5-EF13-B664

Hash do Documento

8016E1CA6A7380D83D447A48E89BD0E42005F9AD7B660190D2ADDA27AABD43D0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2022 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 31/03/2022 02:14 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00